



DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DO AMAZONAS

Manaus, terça-feira, 15 de dezembro de 2015

Número 33.184 ANO CXXII

PODER EXECUTIVO

LEI N.º 4.268, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015**DISPÕE** sobre o Plano Plurianual para o período 2016-2019.**O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS****FAÇO SABER** a todos os habitantes que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA decretou e eu sanciono a presente**LEI:**

Art. 1.º Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, em cumprimento ao disposto no artigo 157, §1.º da Constituição Estadual, na forma dos Anexos I, II e III.

Art. 2.º O PPA 2016-2019 é instrumento de planejamento governamental que define as Macrodiretrizes, os Objetivos de Governo por Área Temática, as Diretrizes e Metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento.

Art. 3.º O PPA 2016-2019 terá como Macrodiretrizes:

- I – Qualidade de Vida;
- II – Diversificação e Fortalecimento Econômico;
- III – Desenvolvimento do Interior; e,
- IV – Modernização da Gestão.

Art. 4.º Os Programas, no âmbito da Administração Pública estadual, como instrumento de organização das ações de Governo, ficam restritos àqueles integrantes do Plano Plurianual.

Art. 5.º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – **ÁREA TEMÁTICA:** retrata a agenda de governo organizada pelos temas das políticas públicas e orienta a ação governamental, por meio de um conjunto de Programas que contribuirão para a consecução dos Objetivos de Governo, considerando as demandas da sociedade;

II – **PROGRAMA:** instrumento de organização da ação governamental que articula um conjunto de ações visando à concretização do objetivo nele estabelecido, sendo classificado como:

- a) **Programa Finalístico:** pela sua implementação, são ofertados bens e serviços diretamente à sociedade e são gerados resultados passíveis de aferição por indicadores;
- b) **Programa de Gestão de Políticas Públicas:** compreende as ações de gestão do governo relacionadas à formulação, coordenação, supervisão, avaliação e divulgação de políticas públicas;
- c) **Programa de Apoio Administrativo:** engloba ações de natureza tipicamente administrativa que, embora colaborem para a consecução dos objetivos dos programas Finalísticos e de Gestão de Políticas Públicas, suas despesas não foram passíveis de apropriação;

III – **AÇÃO:** instrumento de programação que contribui para atender ao objetivo de um programa, podendo ser orçamentária ou não orçamentária, sendo a orçamentária classificada conforme a sua natureza, em:

a) **Projeto:** instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

b) **Atividade:** instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

c) **Operação Especial:** despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Art. 6.º O somatório das metas físicas estabelecidas para o período do Plano Plurianual, respeitada a respectiva regionalização, constitui-se em limite a ser observado pelas Leis de Diretrizes Orçamentárias e pelas Leis Orçamentárias e seus créditos adicionais.

Art. 7.º Os valores consignados a cada ação no Plano Plurianual são referenciais e não se constituem em limites à programação das despesas expressas nas Leis Orçamentárias e seus respectivos créditos adicionais.

Art. 8.º Considera-se revisão do PPA 2016-2019 a inclusão, exclusão ou alteração de Programas, observado o disposto no artigo 10 desta Lei.

Parágrafo único. Os projetos de lei de revisão anual serão encaminhados à Assembleia Legislativa até o dia 30 de outubro de 2016, 2017 e 2018.

Art. 9.º As codificações de programas e ações deste Plano serão observadas nas Leis de Diretrizes Orçamentárias, nas Leis Orçamentárias e seus créditos adicionais, e nas Leis de revisão do Plano Plurianual.

Parágrafo único. Os códigos a que se refere este artigo prevalecerão até a extinção dos programas e ações a que se vinculam.

Art. 10. A inclusão, exclusão ou alteração de ações nos programas do Plano Plurianual poderá ocorrer também por intermédio das Leis Orçamentárias e seus créditos especiais.

Art. 11. O Poder Executivo publicará, no prazo de até 60 (sessenta) dias, após a aprovação do Plano Plurianual e de suas revisões anuais, o Plano atualizado, incorporando os ajustes das metas físicas aos valores das ações estabelecidos pela Assembleia Legislativa e os programas e ações não orçamentárias.

Art. 12. O Plano Plurianual e seus programas serão anualmente avaliados.

§1.º O Poder Executivo enviará à Assembleia Legislativa, até 31 de março de 2017, 2018, 2019 e 2020, relatório de avaliação do Plano Plurianual que conterá:

I – avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e observados;

II – demonstrativo, por programa e por ação, de forma regionalizada, da execução física e financeira do exercício anterior e a acumulada, distinguindo-se as fontes de recursos oriundas:

a) do orçamento fiscal e da seguridade social;

b) do orçamento de investimento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; e

c) das demais fontes;

III – demonstrativo, por programa e para cada indicador, do índice alcançado ao término do exercício anterior, comparado com o índice final previsto ao final do quadriênio;

IV – avaliação do alcance dos indicadores de cada programa.

§2.º Os responsáveis pela execução dos programas, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, deverão:

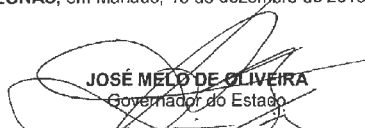
I – registrar, na forma determinada pela Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEPLANCTI, as informações referentes à execução física das respectivas ações;

II – elaborar, com a orientação da Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEPLANCTI, plano gerencial dos respectivos programas para o período 2016-2019.

Art. 13. As diretrizes que contemplam as Metas e Prioridades da Administração Pública Estadual, para o exercício de 2016, conforme determina o artigo 2.º da Lei de Diretrizes Orçamentárias, ficam estabelecidas no Anexo III desta Lei.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 15 de dezembro de 2015.


JOSÉ MELO DE OLIVEIRA
Governador do Estado


RAUL ARMÔNIA ZAIDAN
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

ANEXO I

CENÁRIO MACROECONÔMICO E ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DE GOVERNO

INTRODUÇÃO

O cenário macroeconômico consiste na definição de determinadas premissas que permitam projetar o comportamento futuro das principais variáveis econômicas. Sua elaboração visa orientar o processo de planejamento, análise e decisão dos investimentos e fornecer ao gestor um quadro prospectivo das condições que afetam os mercados, tornando seu processo de decisão mais eficiente.

Aborda-se a conjuntura econômica global brasileira e, consequentemente, amazonense, expondo o que vem sendo a economia em 2015 e projetando as estimativas para os próximos anos. Salientam-se neste documento novas alternativas ao desenvolvimento estadual, bem como discorre-se sobre novas possibilidades que complementem o modelo ZFM e o Polo Industrial de Manaus, de forma que a médio prazo se possa diversificar a composição de nosso Produto Interno Bruto.

A análise realizada parte do sentido de se atingir diretamente as macrodiretrizes estabelecidas no Plano Plurianual 2016-2019, assim estabelecidas: Desenvolvimento do Interior, Diversificação e Fortalecimento Econômico, Modernização da Gestão e Qualidade de Vida. Cada uma vinculada às suas respectivas áreas temáticas.

CENÁRIO ECONÔMICO GLOBAL 2016-2019

O crescimento potencial das economias mais avançadas já estava diminuindo antes mesmo das últimas crises. O aumento do envelhecimento populacional é um dos vários fatores que vêm influenciando essa dinâmica de contração no processo de desenvolvimento das nações mais desenvolvidas, somado à desaceleração da produtividade total.

Os Estados Unidos representaram o segundo maior parceiro comercial brasileiro em 2014, com US\$34,9 bilhões, indicando uma participação de 15,3% das compras do país, o que evidenciou um recuo de 2,3% em relação ao ano anterior. De acordo com o levantamento feito pelo FMI, em parceria com a Bloomberg e Itaú, a estimativa de crescimento do PIB americano é de 2,5% para 2015 e 2016; 2,3% para 2017; 2,1% para 2018; e 2,0% para 2019 e 2020.

A China lidera o *ranking* de principais fornecedores de produtos ao Brasil com US\$ 37,3 bilhões, indicando uma participação de 16,3% das compras do país, com 0,1% de crescimento em relação ao ano anterior. A expansão econômica também vem ocorrendo em ritmo mais moderado nos demais países asiáticos, em função do baixo crescimento do comércio mundial.

A China, economia de principal destaque dos últimos anos, aproxima-se de uma crise de crédito, o que está gerando expectativas aos países que ostentam relações comerciais com a segunda maior potência econômica mundial hoje.

Embalados pelo seu acelerado desenvolvimento, os chineses começam a demonstrar sintomas de uma economia desequilibrada e sem preocupação com o crescimento econômico sustentável. Diante disso, a estimativa de crescimento do PIB chinês calculado pelo FMI é de 6,7 para 2015; 6,6 para 2016; 6,2 para 2017; 5,9 para 2018; 5,7 para 2019; e 5,5 para 2020.

Com o PIB nominal estimado em US\$ 4,77 trilhões e crescimento de 0,89% em 2014, o Japão posicionou-se como a 3ª economia do mundo. O setor de serviços é o principal ramo de atividade e respondeu por 73,2% do PIB, seguido do industrial com 25,6% e do agrícola com 1,1%. O Japão apresentou em 2014 superávit em transações correntes de US\$ 45,42 bilhões e déficit na balança comercial de bens de US\$ 122 bilhões. A perspectiva de crescimento do PIB japonês é de 0,8% para 2015; 1,6% para 2016; 0,7% para 2017; 0,9% para 2018; 1,2% para 2019; e 1,0% para 2020.

Na Alemanha em 2014, automóveis, máquinas mecânicas, máquinas elétricas e produtos farmacêuticos responderam por 50,2% das exportações. As principais relações comerciais no tocante à importação se deram com os Países Baixos, Estados Unidos, Reino Unido, China e Bélgica, que respondem por 38% de tudo que foi importado; o Brasil aparece apenas na 26ª posição.

Quanto às exportações, as principais relações se verificam com a França, Estados Unidos, Reino Unido, China e Países Baixos, que corresponde a 37,2% das exportações alemãs; o Brasil ocupa apenas a 24ª posição com 0,9%. Café, minérios e farelo de soja somam 50,7% das exportações brasileiras com destino à Alemanha no ano passado.

No que se refere à economia global, indicadores antecedentes apontam, no horizonte relevante para a política monetária, um crescimento compatível com a tendência em importantes economias maduras e emergentes. Particularmente, na Europa, em que pesem ações de política monetária recentes, altas taxas de desemprego, aliadas à consolidação fiscal e a incertezas políticas constituem elementos de contenção de investimentos e do crescimento.

Em relação à política monetária, de modo geral, nas economias maduras e emergentes prevalecem posturas acomodatórias. As taxas de inflação permanecem em níveis baixos nas economias maduras e em níveis relativamente elevados nas emergentes.

CENÁRIO ECONÔMICO NACIONAL 2016-2019

O panorama econômico brasileiro é preocupante, quando analisamos a economia nacional de tempos recentes. Além disso, existe a instabilidade política do governo atual, que assola as instituições públicas e, consequentemente, inibe a capacidade de diversificação dos investimentos em tempos de crise. Isso reitera a árdua e necessária tarefa do Estado brasileiro em promover a resiliência necessária para o rompimento do retrocesso vigente.

A Taxa de Crescimento Real do PIB é o método mais consistente na análise de variação de todos os bens e serviços produzidos no país, uma vez que este leva em conta apenas as variações nas quantidades produzidas dos bens, e não nas alterações de seus preços de mercado.

Inúmeros fatores podem configurar a taxa, seja para cima ou para baixo. Dentre elas está o crescimento populacional, levando em consideração que, quanto menores forem as taxas de crescimento projetadas para uma determinada população, maiores serão os crescimentos do PIB *per capita* para um mesmo crescimento do PIB.

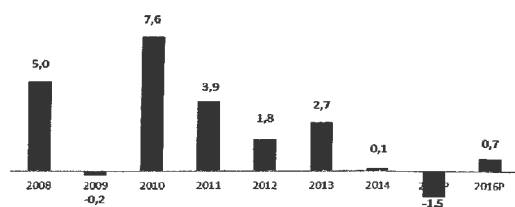


Figura 1. Taxa de Crescimento Real do Produto Interno Bruto Brasileiro de 2008 a 2016.¹

Conforme se pode observar, estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam queda do PIB brasileiro para 2015, seguida de uma recuperação da economia nacional a partir de 2016. Em função da fraca atividade econômica para o ano de 2015, estimativas do FMI apontam retomada de crescimento em US\$ trilhões de 1,92 para 2016; 2,03 para 2017; 2,13 para 2018; 2,24 para 2019; e 2,35 para 2020.

Embora o cenário econômico a curto prazo seja pessimista, de acordo com o Centre for Economics and Business Research (Centro de Pesquisas em Economia e Negócios), instituição situada no Reino Unido, o bloco econômico do qual o Brasil faz parte - o BRICS - ocupará até 2020 3 das 5 maiores economias do mundo. Conforme o estudo, o Brasil ocupará a posição de 6ª maior economia do mundo.

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), que incorpora estimativas para a produção mensal dos três setores da economia, bem como para impostos sobre produtos, constitui importante indicador coincidente da atividade econômica. Em maio de 2015, o IBC-Br recuou 4,75% em relação ao mesmo mês do ano anterior e, ajustado sazonalmente, avançou 0,03% em relação a abril.

A redução do índice de atividade econômica significa dizer que o país está desacelerando a geração de riquezas mediante a extração, transformação e distribuição de recursos naturais, bens e serviços, tendo como finalidade a satisfação de necessidades humanas, como educação, alimentação, segurança, entre outros.

Mediante isso, o PIB apresentou queda de 1,9%, na comparação do segundo trimestre de 2015 contra o primeiro trimestre do ano, levando-se em consideração a série com ajuste sazonal. A Agropecuária (-2,7%), a Indústria (-4,3%) e os Serviços (-0,7%) tiveram retração. Este indicador caracteriza a chamada recessão técnica, que engloba dois trimestres seguidos de contração do Produto Interno Bruto (PIB). O mais provável é que a economia brasileira retraia 1,5% neste ano.

O Purchasing Managers Index (PMI) composto para o Brasil, se deslocou de 42,9 em maio para 41,0 em junho, indicando que o produto do setor privado recuou, em meio a quedas, tanto na produção de manufaturados quanto na atividade de serviços.

Após cinco quedas consecutivas, o Índice de Confiança da Indústria (ICI) da Fundação Getúlio Vargas avançou 1,5% entre junho e julho. Já os índices do Consumidor (ICC) e de Serviços (ICS) recuaram 2,3% e 2,9%, respectivamente.

Produto Interno Bruto

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB), que é a medida de todos os bens e serviços produzidos dentro do território nacional, em determinado período de tempo apresentou um crescimento de apenas 0,1% em 2014. Em valores correntes, a riqueza gerada pela economia brasileira em 2014 atingiu R\$ 5,52 trilhões (ou US\$ 1,73 trilhão). Já o PIB *per capita* (por pessoa) ficou em R\$ 27.230.

Ainda segundo o IBGE, a indústria brasileira em 2014 caiu 1,2% em relação ao ano anterior, mas os dados do setor mostraram os bens de consumo como o subsetor de melhor desempenho em dezembro, com as taxas de crescimento tanto da produção quanto do volume de novos pedidos ultrapassando as observadas pelas empresas produtoras de bens intermediários. Em comparação, a produção de bens de capital caiu, devido à queda continuada na entrada de novos trabalhos.

A atividade fabril avançou 0,6% em maio, ante o mês anterior, após recuar 1,2% em abril último, de acordo com a série livre de influências sazonais divulgada pelo IBGE. Assim, o setor industrial acumula nos últimos doze meses a variação de -5,3% em maio de 2015. Na série sem ajuste sazonal, a produção industrial recuou 8,8% em maio, em relação ao mesmo mês do ano anterior, com resultados negativos nas quatro categorias de uso e em 23 dos 26 ramos pesquisados.

De acordo com dados divulgados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o faturamento real da indústria de transformação avançou 1,6% de abril para maio de 2015, de acordo com a série livre de influências sazonais, e encontra-se em nível 10,1% menor do que o registrado em maio de 2014. O indicador PMI do setor industrial, por seu turno, variou de 45,9 em maio para 46,5 em junho.

Os serviços cresceram 0,7% em 2014. Mas, o crescimento é bem menor que os 2,5% registrados em 2013. O baixo desempenho foi influenciado pelo recuo de 1,8% no comércio e pelo avanço menos vigoroso do consumo das famílias: 0,9%, o pior resultado desde 2003.

Entre as micro e pequenas empresas, o setor de serviço teve os melhores resultados de 2014. No entanto, o faturamento em janeiro de 2015 foi de quase 15% abaixo do mesmo mês do ano anterior e com 2,5% menos funcionários.²

Por outro lado a agricultura brasileira cresceu 0,4% em comparação com o ano anterior. Prova disso foi que em 2014 foi marcado pela ampliação e manutenção de mercados no agronegócio brasileiro, com ênfase em questões sanitárias e fitossanitárias.

As exportações brasileiras da soja e seus derivados representaram 14% do total exportado, o que evidenciou um crescimento de 1,4% em relação a 2013, carnes e café cresceram 3,8% e 26,1%. A baixa do setor ficou por conta do açúcar e etanol que recuou 24,5%, participando com 4,6% das exportações nacionais. O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE projetava em junho um crescimento de 6,7% na produção de grãos em 2015, em relação a 2014.

O ano de 2014 foi marcado ainda pelo início das exportações de carne suína pelo estado de Santa Catarina ao Japão, e de carne de frango para o México. Em ambos os casos, o Brasil estava habilitado desde 2013 para exportar, mas foi no ano passado que os embarques começaram a ganhar volume: para o Japão foram exportados, entre janeiro e novembro, US\$ 15,92 milhões em carne suína e para o México, US\$ 32,99 milhões em carne de frango. Dentre os países que abriram o mercado para os produtos brasileiros, estão a Rússia, México, Japão, África do Sul, China, Coreia do Sul, Colômbia, Iraque, Irã, Egito e Tailândia.

Já os investimentos na economia brasileira sofreram queda de 4,4%, o principal fator que contribuiu para esse recuo foi a alta da taxa de juros e dos *spreads* bancários que são a diferença entre o custo de captação e o de aplicação, além da queda da confiança tanto por parte de empresas quanto dos consumidores no futuro, e a desaceleração da economia nacional. Nesse sentido, um fator determinante que inibe o crescimento do empresariado e consequentemente do país é a carga tributária, e no Brasil não é diferente.

Isso porque quando existe uma carga tributária excessiva, essa por sua vez incide sobre o patrimônio e a renda, sobre o consumo e sobre a margem de lucro. Daí o fator preponderante na fuga das empresas que acarreta na fuga de capital.

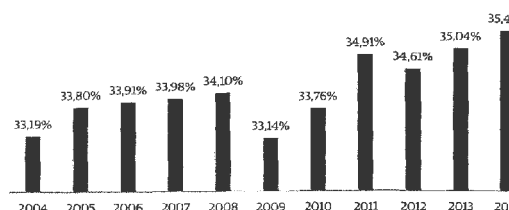


Figura 2. Carga tributária brasileira 2004-2014²

O endividamento das empresas e das famílias com os bancos públicos cresceu em 2014, impulsionados pelos saldos dos empréstimos que atingiram 52,9%. A qualidade desse crédito também aparenta queda devido ao aumento das operações envolvendo cheque especial por parte das pessoas físicas 14,7%. Essa fuga de crédito deveria ter sido contida pelo governo com a liberação de recursos para os bancos, mas a alta dos juros inibiu os tomadores, causando impacto quase que irrelevante.

Com o aumento do poder de compra, aliado às mudanças de hábitos do consumidor brasileiro, o consumo das famílias cresceu 0,9% em relação a 2013. Prova disso foi o setor de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, que aponta para uma cadeia sólida e em ascensão. Atualmente responsável por 1,8% do (PIB) nacional, o Brasil ocupa posição de destaque no cenário mundial atrás apenas da China e Estados Unidos. No entanto, observaremos essa questão dos cosméticos no tópico de alternativas econômicas para o crescimento econômico.

Nos mercados internacionais, as perspectivas indicam moderação na dinâmica dos preços de *commodities*, bem como a ocorrência de focos de tensão e de volatilidade nos mercados de moedas.

Balança Comercial Brasileira

O saldo da balança comercial em 2014, comparado a 2013, registrou queda de 73,18% muito em função da valorização do dólar que, mesmo registrando maiores possibilidades para as exportações, encareceu o custo de produção em razão da dependência de insumos importados, o que acaba anulando os ganhos para quem vende para fora do país.

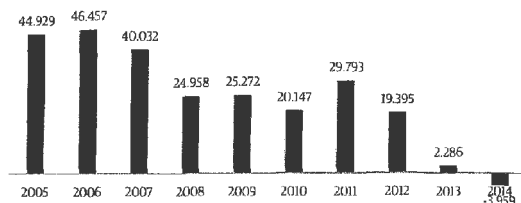


Figura 3. Evolução do Saldo Comercial em US\$ Milhões (2005-2014)

Os produtos básicos exerceram a função de "carro-forte" ao faturar 48,7% das exportações, seguidos dos manufaturados e semimanufaturados com 35,6% e 12,9%, respectivamente. As importações também seguiram ritmo de queda em relação à 2013, cerca de 4,5%. Os bens de capital reduziram 7,6%, os de consumo 5,2 e intermediários 3,3%. O Brasil desde 2005 tem reduzido os percentuais de importação de bens intermediários.

Contas Públicas e Ajuste Fiscal

No que diz respeito às contas públicas, a moderação do crescimento econômico e a adoção de medidas de incentivo à atividade de setores específicos tiveram impactos significativos sobre a arrecadação de impostos e contribuições no ano de 2015. Esse fato, associado ao crescimento de algumas despesas acima do projetado inicialmente, especialmente as de custeio e de capital foram determinantes para que o setor público consolidado registrasse deficit. Diante desse cenário, o ano de 2015 será basicamente para o realinhamento das contas públicas.

A receita bruta do Governo Federal totalizou R\$ 906,2 bilhões em 2014, aumentando 1,3% em relação a 2013. Segundo o Banco Central, destacaram-se os crescimentos nas arrecadações do Imposto de Renda Retido na Fonte (10,9%) em função do crescimento da massa salarial e dos recolhimentos sobre aplicações financeiras; e do IPI (9,6%), associado à recomposição parcial de alíquotas incidentes sobre automóveis, linha branca e móveis.

Em oposição, houve redução de 64,1% nas receitas de concessões e de 3,1% nas relativas ao Cofins, influenciadas pela redução no volume de vendas e por compensações tributárias. As desonerações tributárias em 2014 foram estimadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em R\$ 104 bilhões (R\$ 78,6 bilhões em 2013).

Ainda de acordo com o Bacen, os estados e municípios registraram deficit primário de R\$ 7,8 bilhões (0,15% do PIB) em 2014, ante superavit de R\$16,3 bilhões (0,34% do PIB) em 2013. As arrecadações do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal tributo regional, e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) atingiram R\$387,2 bilhões e R\$34,8 bilhões, respectivamente, aumentando, na ordem, 5,2% e 18% no ano. As despesas com pessoal e encargos e com investimentos cresceram 15,6% e 22%, respectivamente, no ano.

O deficit nominal do setor público, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, atingiram R\$ 343,9 bilhões (6,71% do PIB) em 2014, elevando-se 3,46 p.p. do PIB em relação a 2013. O financiamento desse deficit ocorreu mediante expansões da dívida mobiliária, do financiamento externo líquido e das demais fontes de financiamento interno, que incluem a base monetária, neutralizadas em parte pela redução da dívida bancária líquida.

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central elevou os juros básicos da economia para 14,25% ao ano, uma nova alta de 0,50 ponto percentual. Esse novo aumento da taxa Selic ultrapassa o maior patamar desde o início de 2009, quando estava em 13,75% ao ano.

Ao tomar o crédito e o investimento mais caros, os juros elevados prejudicam o crescimento da economia, consequentemente, reduzindo a produção de riquezas do país. Com uma taxa mais alta de juros, o Banco Central tenta controlar o crédito e o consumo, atuando assim para segurar a inflação.

Quanto à inflação, a projeção para a inflação de 2015 manteve-se estável em relação ao valor considerado na reunião anterior e permanece acima da meta de 4,5% fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN); a taxa de inflação é o aumento no nível de preços.

O índice de inflação indica a média do crescimento dos preços de um conjunto de bens e serviços em um determinado período. Se todos os preços (bens, serviços, salários, lucros, etc.) aumentassem uniformemente, o cenário seria pacífico. O problema é que a inflação mexe nos preços relativos e assim dá ganhos para alguns e perdas para outros. Quando a inflação é superior ao aumento de salários, por exemplo, há perda de poder de compra da população assalariada.

O panorama mostra a fragilidade da economia brasileira, fruto do baixo nível de atividade, com desemprego em alta, mas com a inflação fortemente pressionada pelo aumento de tarifas públicas, como energia elétrica e gasolina.

Para 2016, a projeção de inflação mostrou estabilidade no cenário de referência e se elevou no cenário de mercado, permanecendo nos dois casos acima da meta de 4,5% fixada pelo CMN.

No longo prazo, o melhor remédio para a inflação é a expansão da capacidade produtiva, que aumenta a oferta de produtos e reduz seus preços.

A atual política de câmbio flexível responde tanto a choques econômicos adversos quanto a choques favoráveis. Nesse cenário, onde é extremamente difícil prever uma taxa para o câmbio equilibrada, uma das alternativas é a política de acumulação de reservas internacionais que serve de instrumento e tem funcionado como protetor da economia nacional.

Uma das principais preocupações do governo brasileiro é uma possível volatilidade excessiva no câmbio, bem como a resistência da inflação e que alternativas garantirão a manutenção da estabilidade de preços na economia. Essa resistência deve-se, se não total mas, parcialmente, aos aumentos de preços ao consumidor, pressões sazonais e pressões localizadas, entre outros.

A preocupação com a taxa de câmbio para a economia brasileira esbarra no significado do risco país. Este indicador mede o grau de perigo que cada país representa para o investidor. Mede apenas países emergentes.

Quando se refere à economia nacional, é também chamado de risco Brasil. Quanto menor o risco, maior a capacidade do país para atrair investidores. Se um país tiver o risco alto e quiser atrair investimentos, ele tem que aumentar sua taxa de juros para, mesmo com o elevado grau de incerteza, ainda ser uma opção atraente para o investidor.

Como consequência dos desafios econômicos e políticos que o Brasil enfrenta, a agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P) recuou em "BB+", com perspectiva negativa, a nota de crédito de longo prazo do Brasil em moeda estrangeira. O patamar é o mais baixo dentro do grau de investimento. O rating do país em moeda estrangeira e nacional, de curto prazo, em 'A-3' e 'A-2', respectivamente. A S&P prevê que a dívida pública (líquida de ativos, sem incluir reservas internacionais) deve subir para 53% do PIB em 2015, de 47% do PIB em 2014. Para a agência, a dívida pública média deve ser de 58% do PIB entre 2016 e 2017. No que se refere aos dados fiscais, a S&P espera que o deficit nominal suba para 7,5% do PIB em 2015, de 6,1% em 2014, e desacelere para 5,2% do PIB em 2017.

Cenário Estadual 2016-2019

O estado do Amazonas é um dos maiores territórios do mundo com uma área de 1.559.148.890 km² e uma população estimada para 2014 em 3.873.743 habitantes. Configura-se como de suma importância a consonância das políticas públicas e dos devidos mecanismos estratégicos que operacionalizem o desenvolvimento e garantam a sustentabilidade ambiental, a biodiversidade e recursos minerais e hídricos, indissolavelmente, vinculados ao crescimento econômico, geração e distribuição de renda que se traduzam na melhoria da qualidade de vida da população amazonense.

O panorama econômico variável e sem perspectivas de melhorias socioeconômicas, a curto prazo, permeia todo o país e aqui não é diferente. O Polo Industrial de Manaus tem sentido os impactos dessa instabilidade no mercado financeiro internacional que torna o câmbio volátil, desvaloriza a moeda nacional e aumenta o lucro das exportações, na medida em que encarece a compra de insumos importados e que, somados a outras determinantes econômicas como a taxa de juros - a maior do mundo - desregula nossa balança comercial, sem contar a necessidade de enfrentar as barreiras tarifárias e não tarifárias que interferem nas negociações.

Setor primário

O Amazonas sofre ano após ano com os desastres naturais causados pelas cheias dos rios que afetam todo o interior e o comércio agropecuário do Estado e sente quase que de imediato os

impactos de plantações destruídas e meios de transporte mais caros. Outro aspecto de fundamental importância que assola a cadeia produtiva é que, com os danos às culturas plantadas a partir de financiamentos, os produtores correm o risco de ficar inadimplentes quanto ao crédito rural adquirido junto ao governo do Estado e aos bancos públicos.

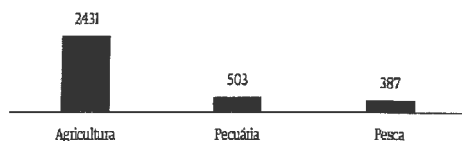


Figura 4. Composição do PIB Agropecuário do Amazonas 2014 em R\$ milhões.

Diante desse cenário perene, fruto da crise econômica, cabe ao Governo do Estado propor alternativas que venham amenizar os impactos naturais, ou até mesmo solucioná-los, por meio de ações que visem a resiliência dessas comunidades afetadas. E, no aspecto econômico, expandir as ações de fomento à produção rural, considerando as peculiaridades climáticas regionais, como forma de aumentar a participação do setor no PIB estadual.

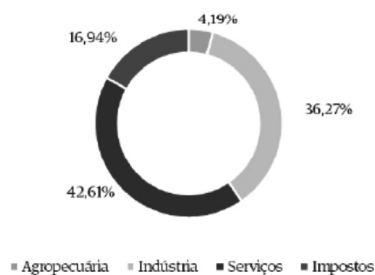


Figura 5. Composição do Produto Interno Bruto do Amazonas (2014)

Na tentativa de diversificar a economia amazonense, foi lançado o Plano Safra Amazonas 2015-2016, um pacote de investimentos de R\$ 362 milhões para o setor primário foi desenvolvido pelo governo estadual que visa atender cerca de oito mil produtores em várias frentes, do assessoramento e extensão rural ao fomento.

Para a produção de peixe em cativeiro, o Governo do Estado está viabilizando projetos que contemplem a criação em tanques-rede, nova tecnologia utilizada no aproveitamento de potencial de reservatórios hidrelétricos, como é o caso de Balbina, em Presidente Figueiredo (a 107 quilômetros de Manaus), onde serão cultivados 60 hectares de áreas aquícolas. Aliados aos 700 hectares de viveiro escavado que deverão ser viabilizados, garantem a produção de 18,6 mil toneladas de peixe no primeiro ano de programa.

Serão destinados R\$ 4 milhões para a pesca manejada do Piranicu. Em 2012, a produção era de 43 toneladas; em 2014 esse número alcançou o valor de 1.625 toneladas. A atividade envolve 21 municípios, 307 comunidades e 3.517 pescadores.

Já a pesca extrativa receberá R\$ 32 milhões que deverão gerar 200 mil toneladas de peixe, considerando a pesca comercial e a de autoconsumo. Trata-se da atividade econômica mais tradicional e estratégica do Amazonas, representando um total de 102 mil pescadores artesanais e profissionais. Para essa atividade estão previstas ações de fortalecimento organizacional, assistência técnica e extensão rural, e acesso a instrumentos de crédito oficial.

Nesse sentido, fica evidente que o estímulo à produção rural configura-se amplamente uma alternativa à diversificação econômica estadual e contribui para a geração de emprego e renda ao povo amazonense, contribuindo para o desenvolvimento do Estado como um todo.

Indústria

A valorização do dólar, atrelada à incerteza por parte do mercado financeiro quanto aos aspectos político e socioeconômico, reflete em nas diversas Unidades da Federação, entre estas, o Amazonas. O Estado vem oscilando nas atualizações a respeito dos indicadores industriais, prova disso é a Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (PIM-PF) divulgada pelo IBGE.

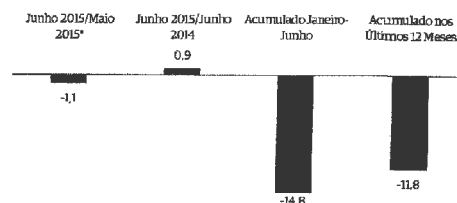


Figura 6. Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (PIM-PF)

O Polo Industrial de Manaus vem sentindo duramente as consequências da volatilidade econômica atual. Nossos principais parceiros comerciais, tal qual o Brasil, passam por um momento delicado. Prova disso foi o recuo de aproximadamente US\$ 12 bilhões nas transações envolvendo o Estado.

E o panorama que vem se configurando - num cenário otimista - é de que pelo menos até o início do segundo semestre haja uma completa inércia de modo geral quanto aos indicadores de transação comercial que favoreça o Estado.

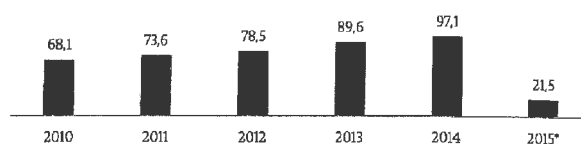


Figura 7. Evolução da Receita Polo Industrial de Manaus (2010-2015)

As exportações em 2014 registraram queda de 10,8% comparado a 2013, totalizando um pouco mais de US\$ 943 bilhões. Os bens de consumo lideram com 69,32%, muito por conta dos não duráveis (alimentos, roupas, calçados entre outros), que representaram 45,47%.

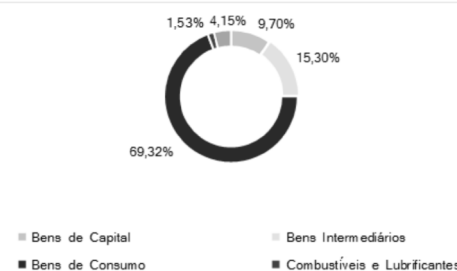


Figura 8. Participação percentual sobre o total das exportações - 2014.³

De um modo geral, essa redução pode ser evidenciada pelos cinco principais países para o qual nós exportamos. A Argentina, desde o ano passado, sente os agravamentos financeiros de 2001, quando não conseguiu saldar a dívida externa. Atualmente, a economia argentina enfrenta seu segundo *default* (calote) em pouco mais de 13 anos.

A Venezuela teve uma queda menos acentuada frente aos demais países sul-americanos, retraindo as compras em 3,80% em 2014, fruto da instabilidade político-econômica que assola o governo e as empresas de um modo geral.

Tanto a Argentina quanto a Venezuela enfrentam uma grave crise econômico-institucional que afetam sua credibilidade no mercado financeiro. Tendo em vista esse agravante, o horizonte para o Brasil e, particularmente, para o Amazonas, é bastante pessimista quanto ao intercâmbio comercial.

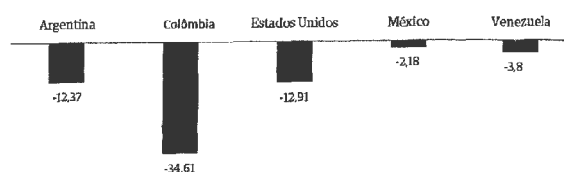


Figura 9. Exportações Amazonas - Var (%) 14/13⁴

⁴ Fonte: Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Quanto às importações, estas apresentaram queda de 8,52%, registrando aproximadamente US\$ 13 bilhões com quedas em 4 dos 5 principais países (com exceção à Coreia do Sul). Os resultados negativos da importação de matérias-primas, que já era esperado, é fruto da re-estruturação do mercado cambial, impulsionado pela valorização da moeda americana frente às demais.

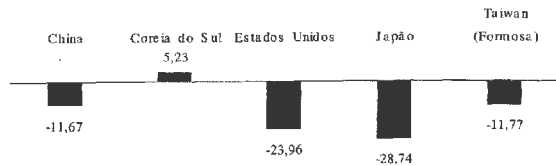


Figura 10. Importações Amazonas - Var (%) 14/13⁸

Balança comercial

Abaixo, observa-se, com exceção do ano de 2014, um comportamento inverso entre os saldos da balança comercial brasileira e a amazonense, o que caracteriza o cenário contínuo de déficit da economia estadual muito em função do caráter importador do Polo Industrial de Manaus - PIM.

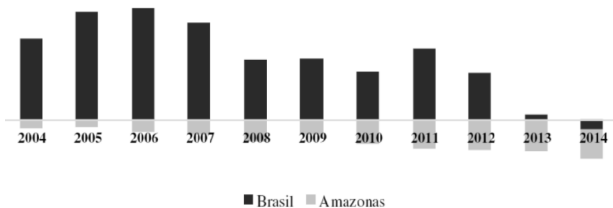


Figura 11. Comparativo Brasil x Amazonas Balança Comercial 2004-2014 em US\$ 1.000 FOB.⁹

Desenvolvimento Econômico Amazonense

O estado do Amazonas, com uma população estimada de 3.873.743 em 2014, e PIB com um pouco mais de R\$ 79 bilhões, é caracterizado por ser um dos mais industrializados do país, em razão da Zona Franca de Manaus. Mesmo em tempos difíceis com a crise econômica que assombrou a economia brasileira e mundial em 2009, sob o efeito do *subprime*, o Amazonas incrementou seu PIB.

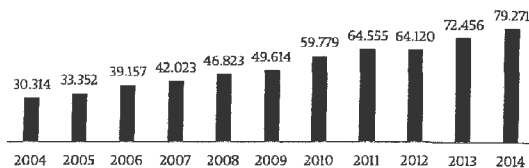


Figura 12. Produto Interno Bruto do Estado do Amazonas⁷

No entanto, para o ano de 2015 as previsões apontam queda em relação ao ano anterior muito em função de fatores como a alta excessiva da taxa de juros, que freiam os investimentos no PIM, bem como a retomada da valorização do dólar, que é bom para as exportações. No entanto, em se tratando de Amazonas, estado excessivamente importador, o cenário é mais pessimista, tendo em vista que o custo para a aquisição de insumos importados está mais alto. Além, é claro, da inflação que eleva o nível de preços e consequentemente inibe o consumo em todas as esferas.

O Governo do Amazonas vem buscando a todo custo minimizar os efeitos infraestruturais decorrentes de um território continental de 1.559.148,890 km² e com especificidades intra-regionais próprias, o que dificulta a implementação de uma política pública harmoniosa para todo o Estado.

A noção de desenvolvimento perpassa a do crescimento econômico. Somos o terceiro Estado mais industrializado do país que, por sua vez, até pouco tempo atrás não refletia na melhoria da qualidade de vida da população amazonense. Segundo o último relatório do

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, as disparidades regionais vêm sendo reduzidas drasticamente.

A diferença entre a RM de IDHM mais elevado (São Paulo) e a RM de IDHM mais baixo (Manaus) caiu de 22,1% para 10,3%. Em termos de desenvolvimento humano, portanto, as regiões metropolitanas estão menos desiguais em 2010 do que estavam em 2000, e estarão menos desiguais em 2020 do que eram em 2010.

Um dos objetivos da consulta à sociedade é nortear as principais ações governamentais analisando as próprias disparidades intra-regionais. Nestes levantamentos são emanados os principais anseios da população, sejam eles econômicos, a exemplo da estruturação de cadeias produtivas de fomento à produção e comercialização de insumos regionais; sociais, como a implantação de novas escolas de tempo integral; ou ambientais, com políticas públicas que subsidiem a conservação da nossa biodiversidade e seu melhor aproveitamento econômico.

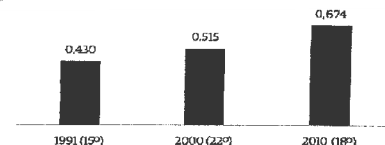


Figura 13. Evolução no Índice de Desenvolvimento Humano do Amazonas⁸

Resalta-se que a política atual do Governo do Estado de desenvolvimento a médio prazo, contemplada no PPA 2016-2019, com a priorização da geração de emprego e renda às famílias da capital e interior do Estado, concentrar-se-á no desafio de interiorizar a economia estadual como alternativa ou complemento à matriz já existente, que tem base vigente no PIM.

Tendo em vista que Manaus caracteriza-se numa outra realidade quanto aos parâmetros que norteiam o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano, é possível observar os avanços apresentados pela capital amazonense situados na faixa de municípios com alto desenvolvimento humano.

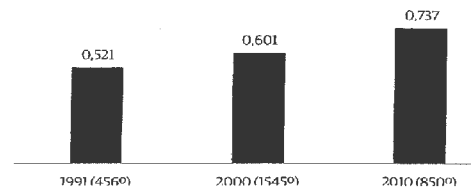


Figura 14. Evolução no IDH-M de Manaus⁹

⁷ PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano.

⁸ PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano.

Meio Ambiente

O Amazonas é referência global, por ser o detentor de grande parte de um dos principais patrimônios da humanidade, que é a floresta amazônica, ponto chave na questão de sustentabilidade ambiental e principal combatente natural contra a desestabilização climática mundial.

Desde então, preponderantemente, foco dos principais órgãos reguladores da política ambiental, não só em nível nacional como mundial, temos o desafio de manter nossa fauna e flora e ainda estáveis, bem como buscar mecanismos que possam contribuir para a geração de riqueza da população local dependente dos insumos florestais.

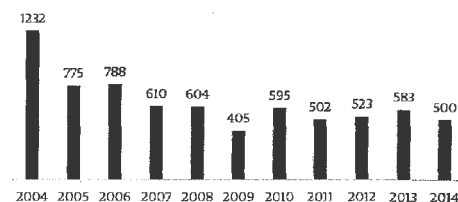


Figura 15. Taxa consolidada do desmatamento no Amazonas 2004-2014 em (km²/ano)¹⁰

Quanto a isso, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) considerou como municípios e com desmatamento monitorado e sob controle, dentre outros, os municípios de Boca do Acre e Lábrea com 23.013 e 69.669 km², respectivamente. Abaixo, é possível observar a influência da política de priorização referente aos municípios citados.

¹⁰ Fonte: Ministério do Meio Ambiente.

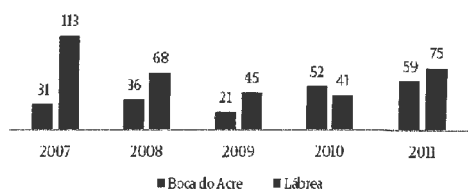


Figura 16. Taxa de desmatamento nos municípios de Boca do Acre e Lábrea de 2007 - 2011 por km²¹¹

Neste sentido, o Governo do Estado dará início ao Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Madeira que prevê o mapeamento de informações na área ambiental, econômica e social de seis municípios localizados nessa calha de rio: Apuí, Borba, Novo Aripuanã, Nova Olinda do Norte, Manicoré e Humaitá, que viabilizarão políticas públicas de desenvolvimento sustentável à região a partir da compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a conservação ambiental.

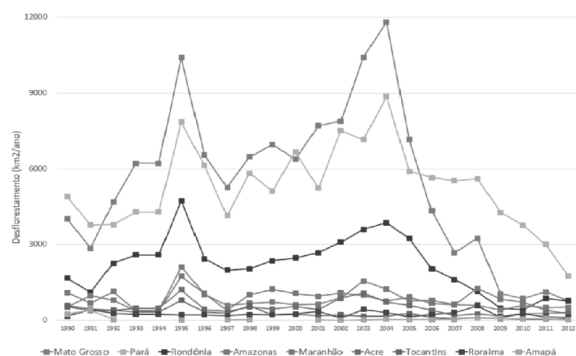


Figura 17. Desmatamento por corte raso por Estado em (km²/ano)¹²

¹¹ Fonte: Ministério do Meio Ambiente.

¹² Fonte: Ministério do Meio Ambiente.

Biotecnologia

A Biotecnologia moderna engloba áreas de aplicações biológicas em saúde e biomedicina, na agricultura e na produção de insumos industriais, com uma forte orientação multidisciplinar e experimental.

Estimativas mais conservadoras apontam a Biotecnologia como responsável por aproximadamente 1% do PIB dos países da OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development), com um potencial atual de contribuir para 5,6% do PIB desses países. Estima-se que em 2030 a área de Biotecnologia contribua para 80% dos novos medicamentos, 35% da produção química e 50% da produção do setor primário, num total de 2,7% do PIB dos países ligados à OCDE, ou seja, em torno de 1 trilhão de USD.

O desenvolvimento do Estado do Amazonas dependerá cada vez mais do nível de conhecimento sobre a sua realidade e das relações do conhecimento tradicional com o científico, conjugados e direcionados à resolução de problemas sociais, econômicos e ambientais, a partir de produtos e processo inovadores.

Educação

Desenvolvido pelo Governo do Estado e coordenado pela Secretaria de Estado de Educação (Seduc), o Programa Amazonas Alfabetizado tem a proposta de alfabetizar pessoas com idade superior a 15 anos que não tiveram a oportunidade de se dedicar aos estudos na idade convencional. Essas iniciativas vem refletindo positivamente nos índices de avaliação do desempenho escolar, como é o caso do IDEB.

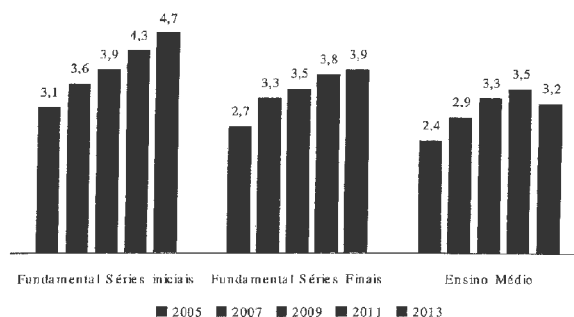


Figura 18. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, segundo a Unidade de Agregação

DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA: NOVAS PERSPECTIVAS PARA O CRESCIMENTO

A dinâmica de retração nos principais componentes econômicos caracteriza um momento de apreensão quanto ao ponto-chave para a retomada econômica, na pior das hipóteses, no primeiro semestre de 2017 e, sob um olhar mais otimista, a partir do segundo semestre de 2016.

No entanto, é certo que nos momentos de crise novas alternativas se consagram como potenciais oportunidades, como a nossa peculiar relação com a vizinha Venezuela, cujo estreitamento das relações com o Brasil nos últimos anos tem dinamizado o intercâmbio econômico bilateral, promovendo um crescimento significativo do comércio entre os dois países, favorecendo amplamente o Brasil.

Mesmo assim, esse aumento das relações comerciais não foi suficiente para o desenvolvimento de cadeias produtivas articuladas, particularmente, em projetos que dinamizassem as regiões de fronteira. Mais recentemente, os governos manifestaram o interesse de incrementar a integração entre o Norte do Brasil e o Sul da Venezuela, considerando as particularidades físico-geográficas que abrem oportunidades para o desenvolvimento desta.

Em 2014, sete dos primeiros dez itens correspondiam a produtos primários agrícolas (açúcar, carne bovina congelada, ovos de galinha, arroz e outros animais) que, em conjunto, constituíam pouco mais da metade das exportações brasileiras ao país vizinho; dois itens correspondiam a bens industrializados baseados em recursos naturais (preparações para a elaboração de bebidas e leite em pó) e estavam ao redor de 8%, e apenas um bem industrializado de tecnologia intermediária (pneus) respondia por 1,8% do total exportado.

Confirma-se um deslocamento importante do intercâmbio comercial de bens industrializados a produtos primários. A provisão de bens do Brasil concentrou-se em alimentos em detrimento da exportação de bens de média e de alta tecnologia. Essa variação foi determinada pela demanda, salientando as deficiências do setor agropecuario venezuelano comparado ao incremento do consumo de alimentos no país. No caso das exportações deste país, evidencia-se uma reprimarização derivada dos problemas operacionais e de fornecimento de insumos à indústria.

Uma alternativa para a diversificação econômica que venha a fortalecer o intercâmbio existente é a implantação do Polo de Fertilizantes que consolidaria tanto o Amazonas quanto o estado de Roraima como um importante eixo de desenvolvimento econômico-produtivo sustentável na Amazônia.

Entre as vantagens, se destacam a proximidade e a facilidade de acesso para o intercâmbio de bens e serviços. As grandes distâncias e a inexistência de vias adequadas de comunicação derivadas de particularidades físico-geográficas são algumas das principais dificuldades que confrontam os estados do Amazonas e de Roraima em suas relações econômicas com outras regiões do país.

Outra alternativa que impactaria substancialmente a matriz econômica estadual é a mineração. A indústria extrativa merece destaque, em função do absurdo incremento que essa cadeia causará ao Produto Interno Bruto estadual, uma vez implantada. A finalidade dos minérios é, em sua maioria, para uso de cerâmica, construção civil, engarrafamento, fabricação de cimento, fertilizantes, metalurgia e diversas finalidades industriais.

Na produção de extração mineral, destacam-se o calcário e argila. O calcário é utilizado para fins de fabricação de cimento e outros que se encontram em fase de autorização de pesquisa e requerimento de lavra na área industrial.

A argila é extraída para a produção de Cerâmica. O município de Uruará destaca-se pela exploração de calcário, ferro e gipsita. A produção de calcário em 2011 foi de 1.194.232 (t) contra

816.503 (t) em 2012, tendo queda de 32%; a gipsita teve extraído do solo 35.004 (t) em 2011 contra 64.791 (t) em 2012, alta de 85% e a extração de minério de ferro que em 2011 produziu 14.860 (t) contra 29.324 (t) em 2012, aumento de 97%.

A exploração mineral gera arrecadação para o Estado, por meio de uma compensação financeira à conta da exploração do minério (CFEM), gerando receitas para os cofres públicos.

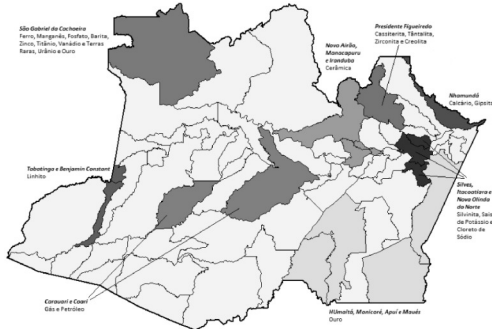


Figura 19. Potenciais minerais do estado do Amazonas

Num contexto mais amplo, o Amazonas está condicionado a diversificar cada vez mais sua matriz econômica vigente, bem como melhorar a qualidade de vida da população, e para isso vem atuando no seguinte sentido:

- Propor novas formas de produzir e consumir com responsabilidade social, apoiada e estimulada em iniciativas de desenvolvimento sustentável dos recursos naturais de origem florestal, mineral e agropecuária, em especial a pesca, com ênfase na geração de valor, emprego e renda;
- Expandir a infraestrutura logística da Região Metropolitana de Manaus, bem como de todo o Amazonas;
- Aprimorar o transporte hidroviário – o principal para o escoamento da produção regional – com foco na instalação de uma plataforma logística;
- Integrar a logística interoceânica que liga o Atlântico ao Pacífico, por meio das hidrovias amazônicas do Madeira, Solimões, Amazonas, Marañon e Ucayali, estimulando a navegação comercial até Iquitos e Saramaribo no Peru e Putumayo no Equador, para escoamento da exportação e importação de insumos.
- Melhorar a infraestrutura turística, na capital e no interior tendo por base a elaboração de projetos pertinentes à cadeia produtiva;
- Promover a gestão do patrimônio fundiário do Estado, com atualização de dados georeferenciados que deem suporte às estratégias de desenvolvimento estadual;
- Efetuar o Zoneamento Ecológico-Econômico de todo o território estadual;
- Promover a valorização socioambiental, com planos de manejo sustentável;
- Desenvolver o Turismo Sustentável, estimulando o desenvolvimento da atividade produtiva;
- Fortalecer a cadeia produtiva de produção florestal não madeireira;
- Revitalizar a cadeia produtiva da pesca e aquicultura com plano sustentável de manejo pesqueiro;
- Ampliar a capilaridade do microcrédito, expandindo oportunidades para novos empreendedores.
- Inserir a atividade extrativa mineral de forma mais acentuada com foco nos minérios estratégicos para o Estado, como nióbio, silvinita e caulim.
- Ampliar o acesso à educação para toda a população, com foco na melhoria dos indicadores educacionais.
- Estimular a atração de investimentos para aplicação em empresas de base tecnológica;
- Desenvolvimento da bioindústria estadual, com encadeamento produtivo e apropriação de insumos regionais no processo produtivo;
- Apoiar programas estratégicos de transferência tecnológica para a área rural, com vistas ao aumento da produção.
- Estimular o combate à violência contra crianças, mulheres e idosos, e erradicação do trabalho infantil;
- Propor a adoção de políticas públicas que visem a instalação de comunidades resilientes;
- Aprimorar a vigilância socioassistencial sistematizando as informações de vulnerabilidades sociais em todo o território;

- Aprimorar o serviço continuado de atenção integral à família, em especial às instaladas em áreas de risco;
- Expandir as ações de políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência;
- Propor parcerias público-privadas voltadas para a ampliação da cobertura em atenção primária à saúde e vigilância sanitária;
- Ampliar o acesso às políticas públicas desportivas;
- Fortalecer a promoção de eventos culturais;
- Fortalecer o sistema de segurança pública, ampliando a cobertura do monitoramento em todo o Amazonas.

Essas são algumas dentre as diversas possibilidades que se apresentam ao estado do Amazonas, que apresenta características próprias completamente disformes quando avaliadas suas divisões intra-regionais. As proposições acima não são garantias de crescimento e desenvolvimento econômico, mas sem dúvida traduzem, em caráter mais estrito, aspectos pontuais a re-estruturação da matriz econômica estadual.

Conclusão

É notável que o momento atual é arriscado, volátil e desafiador para o Amazonas no instante em que os indicadores, sobretudo, os de produção industrial, nos colocam entre os que mais foram afetados com a crise econômica.

O estado do Amazonas continuará em posição de destaque no cenário nacional, no que refere-se à industrialização de sua economia. É certo que as ações propostas no Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 serão de fundamental importância para minimizar os efeitos econômicos decorrentes de nossa crise político-econômico-institucional, com soluções inovadoras e voltadas para a geração de emprego e renda e, consequentemente, para a melhoria da qualidade de vida.

Outros investimentos serão realizados por meio do PPA 2016-2019, como a melhoria da infraestrutura do Estado, onde o foco é aprimorar a mobilidade urbana e favorecer condições mais acessíveis, sobretudo, à população do interior do Amazonas. Cabe ressaltar que essas iniciativas ampliam oportunidades em especial aos setores agrícolas e industriais, incrementando a economia amazonense.

A conservação da biodiversidade do Estado é prioridade desse Governo, tendo em vista seu valor econômico e social para as próximas gerações, com políticas que reduzam o desflorestamento e as demais formas de prejuízo ao bioma amazônico, proporcionando oportunidades ao povo amazonense.

REFERÊNCIAS

- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano (2014).
- Fundo Monetário Internacional, World Economic Outlook (2015)
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Contas Nacionais Trimestrais.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Boletim de Economia e Política Internacional (2015).
- Banco Central do Brasil, Relatório de Inflação (2015).

PLANO PLURIANUAL 2016-2019

O Plano Plurianual (PPA) é uma exigência das Constituições Federal (1988 (artigo 165, §1º) e da Constituição Estadual (artigo 157) e, estabelece de forma regionalizada (conjunto de municípios ou uma região), as diretrizes (orientações), os objetivos (o que se pretende alcançar) e as metas (o tempo para atingir o objetivo e o valor que se almeja gastar para chegar lá) da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e as relativas aos programas de duração continuada.

O PPA reflete o programa de Governo apresentado pelo candidato eleito ao cargo de Chefe do Poder Executivo, constituindo-se no principal instrumento de planejamento do Governo, reforçado pelas Leis de Responsabilidade Fiscal, Diretrizes Orçamentárias e a Orçamentária Anual. É um instrumento de organização da ação governamental, estabelecendo metas para quatro anos, visando melhorar o desempenho gerencial da Administração Pública e contribuir para a consecução das prioridades de governo.

Para melhor fundamentação do processo de elaboração do PPA, foram realizados, com a participação de dirigentes e técnicos das diversas unidades que compõem a Administração Pública, além do próprio Chefe do Poder Executivo, Reuniões, Treinamentos e Oficinas sobre o conteúdo e

metodologia do Plano, forma de alimentação no Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Estado do Amazonas (SPLAM) além da disseminação das Orientações Estratégicas, com avaliação de desempenho da execução dos Programas do PPA anterior, de forma a facilitar a avaliação das políticas públicas, a otimização dos recursos financeiros e o processo de tomada de decisão.

CONSULTA À SOCIEDADE

Com o objetivo de identificar as demandas que poderiam orientar o Governo do Estado na definição de programas e ações nas diversas áreas a serem elencados no Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, o Governo do Estado do Amazonas, decidiu realizar uma Consulta à Sociedade que, além de conferir maior visibilidade ao planejamento governamental junto ao seu público alvo e de revitalizar o processo de planejamento no Estado, veio referendar os objetivos estabelecidos pelo governo na estratégia de modernização e democratização da Gestão Pública, que se propõe a imprimir maior eficiência, transferência, participação e legitimidade à ação governamental.

A Consulta à Sociedade foi realizada de duas formas: presencial e virtual. A presencial foi por meio de Oficinas por área temática no âmbito Governamental em Manaus e, Oficinas nos municípios de Presidente Figueiredo, Itacoatiara, Tefé, Parintins e Tabatinga, com a participação dos representantes de órgãos do governo, organizações não governamentais, iniciativa privada, associações, cooperativas e lideranças comunitárias, dentre outros.



A consulta de forma virtual foi realizada utilizando os seguintes meios: hotsite, e-mail, telefonia fixa, telefonia móvel (whatsapp) e presencial mediado.

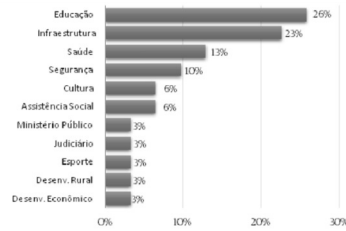
O Hotsite (www.ppa.am.gov.br) foi a plataforma tecnológica que recepcionou o diálogo com a Sociedade em torno dos desafios do PPA. Seu acesso pode ser feito por meio de computadores, mas também por smartphones e tablets. A versão mobile foi desenvolvida com o objetivo de facilitar o acesso e ampliar a participação da população.

A página hotsite compunha-se de doze temas divididos em Educação; Habitação, Infraestrutura e Saneamento Básico, Energia e Comunicação (Internet, telefonia móvel e fixa); Saúde; Segurança, Justiça, Direitos Humanos e Cidadania; Assistência Social, Trabalho e Renda; Desenvolvimento e Diversificação Econômica; Desenvolvimento Rural; Esporte e Lazer; Cultura e Turismo; Meio Ambiente; Judiciário e Ministério Público. Após escolher um dos temas, o internauta destacava uma ou mais sugestões, com a opção de enviar uma proposta de solução.

Para a Consulta presencial mediada, o Governo do Estado utilizou a tecnologia de comunicação como ferramenta para transmitir o conhecimento sobre o Plano Plurianual (PPA) e o procedimento da pesquisa aos alunos da Universidade do Estado do Amazonas localizados no interior do Estado.

A participação da sociedade envolveu um levantamento de 896 formulários que foram destinados a 31 municípios do Estado contendo sugestão de propostas, tendo como resultado a participação de 53% de pessoas do sexo masculino e 47% do sexo feminino, na faixa etária entre 26 a 35 anos, correspondendo a 27% e, acima de 46 anos ou mais de idade, equivalente a 19%, além do grau de escolaridade, com 26% do ensino médio completo, 17% do ensino superior incompleto e outros 17% pós-graduados.

O ranking do quantitativo de sugestões dos 31 municípios, com relação às prioridades por área, apresentou os seguintes percentuais:



Fonte: Seplancti

O caráter da consulta à sociedade é propositivo e as propostas apresentadas passaram por estudo e análise por parte da Administração Pública Estadual, procedendo-se a sua incorporação por meio de critérios de pertinência e de factibilidade, em razão dos escassos recursos governamentais para atender a todos os apelos.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

A orientação estratégica define as Macrodiretrizes de governo e estabelece as diretrizes e metas que nortearão as ações a serem desenvolvidas, bem como a avaliação de sua execução. Destina-se, portanto, a orientar na definição dos programas que compõem o PPA.

ESTRUTURAÇÃO DA ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA DE GOVERNO



As Macrodiretrizes são linhas que definem e regulam um traçado ou um caminho a seguir. Essa etapa é essencial na implantação da gestão estratégica. Servem como grandes orientadoras da elaboração e seleção de programas e ações governamentais. Elas se desdobram em Áreas Temáticas, atendendo as prioridades da atual administração do Governo do Amazonas.

MACRODIRETRIZ	ÁREA TEMÁTICA
QUALIDADE DE VIDA	EDUCAÇÃO
	SAÚDE
	SEGURANÇA, JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS
DIVERSIFICAÇÃO E FORTALECIMENTO ECONÔMICO	SOCIAL
	ECONÔMICA
	INFRAESTRUTURA
DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR	MEIO AMBIENTE
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO	INTERIORIZAÇÃO DA ECONOMIA
	PLANEJAMENTO E GESTÃO
	LEGISLATIVA, CONTROLE EXTERNO E JUDICIÁRIO

A cada Área Temática está alinhado um Objetivo de Governo que norteia as Diretrizes e Metas, conforme segue:

Macrodiretriz: Qualidade de Vida

Área Temática: Educação

Objetivo: Garantir o acesso da população amazonense a uma educação de qualidade e ao conhecimento com equidade, valorizando a diversidade etnocultural.

Diretrizes

- Assegurar o Ensino Fundamental e oferecer, de forma prioritária, o Ensino Médio à população que os demandar.

- Ampliar e otimizar a rede pública estadual de educação para atender o programa de Aceleração do Desenvolvimento Educacional do Amazonas.
- Ampliar o acesso à educação, com a valorização do professor e atenção especial à melhoria da qualidade do ensino.
- Aumentar as oportunidades de ensino técnico profissionalizante destinadas aos jovens, para ingresso no mercado de trabalho.
- Expandir o Programa de Inclusão Digital, com acesso à internet banda larga e cursos de informática nos municípios do Estado.
- Ampliar a oferta do ensino superior com novos cursos de graduação, de acordo com a demanda da comunidade, da vocação regional e da perspectiva da geração de emprego e renda.
- Assegurar as obras de implantação da Cidade Universitária.
- Difundir, por meio de multimídia, a educação formal, profissional e ambiental, medicina a distância e conteúdo ambiental para todo o Estado.

Metas

- Aumentar progressivamente os atuais 25% dos recursos oriundos da receita estadual destinados à educação.
- Universalizar o Ensino Fundamental, com duração de nove anos, para toda a população de 6 a 14 anos, e garantir que 70% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada.
- Universalizar o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos.
- Universalizar, para a população de 4 a 17 anos que possua alguma deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente, na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.
- Implantar e implementar gradativamente a educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender pelo menos 50% dos estudantes da educação básica.
- Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias estaduais para o IDEB: 5,4 nos anos iniciais do ensino fundamental, 4,8 nos anos finais do ensino fundamental, e 4,2 no ensino médio.
- Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a atender as populações do campo e as mais pobres, além de igualar a escolaridade média entre negros e não negros e os indígenas.
- Elevar para 93,5% a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais de idade, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.
- Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional, nos ensinos fundamental e médio.
- Universalizar o acesso à rede de computadores em banda larga e aumentar a relação computador/aluno nas escolas estaduais.
- Oferecer 730 mil novas vagas de cursos de qualificação profissional, sendo 100 mil vagas voltadas aos produtores rurais.
- Implantar 15 novos núcleos de educação profissional nos municípios do interior do Estado.
- Oferecer novos cursos de graduação, de acordo com a demanda da vocação regional e da perspectiva de geração de emprego e renda.
- Implantar novos núcleos da UEA nos municípios do Interior e ampliar as ações de extensão.
- Realizar intercâmbio com as entidades de ensino nacional e internacional.
- Alfabetizar, com aprendizagem adequada, todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental.
- Modernizar a TV Cultura do Amazonas para garantir a qualidade na veiculação e produção de conteúdos amazônicos e plataforma de programas de ensino e medicina a distância no Estado.
- Realizar 16 concursos e processos seletivos para ingresso em cursos técnicos e nas carreiras públicas do estado do Amazonas.
- Destinar, proporcionalmente, ao crescimento dos investimentos em educação, recursos para o provimento do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos profissionais da área, respeitando a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Macrodiretriz: Qualidade de Vida

Área Temática: Saúde

Objetivo de Governo: Garantir o acesso da população aos serviços de saúde, assegurando o atendimento à saúde básica, média e de alta complexidade, de forma mais permanente e extensiva em todo o Estado.

Diretrizes

- Desenvolver programas e ações que assegurem a integralidade da assistência à saúde, promovendo a melhoria da qualidade de vida da população do Estado.
- Consolidar a regionalização da saúde no Amazonas.
- Ampliar e implementar as redes de atenção à saúde.
- Expandir os serviços de urgência e emergência, com atividade de promoção à saúde, e organização de redes assistenciais que envolvem a atenção básica e especializada.
- Dar atenção especial ao pré-natal e ao parto, à vacinação contra doenças infecciosas infantis, à disponibilidade de saneamento básico, entre outros.

Metas

- Aumentar a eficiência, rapidez e qualidade nos serviços de saúde e humanizar o atendimento ao paciente.
- Aumentar a oferta de consultas e exames especializados.
- Ampliar o acolhimento e a recuperação de jovens vitimados pelas drogas.
- Oferecer à população do Interior outras especialidades médicas, de modo a aumentar a oferta de cirurgias e outros serviços especializados.
- Instituir o programa de cofinanciamento por parte do Governo do Estado para apoiar financeiramente a atenção primária em saúde nos 62 municípios.
- Implementar ações de controle de endemias; buscar a eliminação da circulação do vírus da dengue; e diminuir a ocorrência de casos de tuberculose e hanseníase no Estado.
- Intensificar ações de imunização contra doenças como sarampo, câncer de colo de útero, tétano, meningite, rubéola, difteria, varicela e coqueluche, dentre outras.

Macrodiretriz: Qualidade de Vida

Área Temática: Segurança, Justiça, Direitos Humanos e Cidadania.

Objetivo de Governo: Garantir a segurança pública e a defesa social; modernizar a operacionalização e o controle das políticas voltadas ao sistema prisional, direitos humanos e cidadania.

Diretrizes

- Ampliar e aprimorar as ações voltadas à segurança pública e à defesa social, desenvolvendo estratégias que mobilizem a sociedade para reduzir a violência, principalmente os crimes contra a vida.
- Fortalecer a segurança pública, com a integração de políticas públicas e controle de fronteiras.
- Preservar a ordem pública, a vida, a liberdade, o patrimônio e o meio ambiente, de forma a assegurar, com equilíbrio e equidade, o bem-estar social.
- Ampliar e modernizar a operacionalização do sistema penitenciário, tornando-o produtivo e desenvolvendo programas de humanização e ressocialização de apenados.
- Desenvolver ações de proteção e promoção de direitos humanos, subsidiando a formulação e implementação de políticas públicas orientadas para a justiça e a cidadania.
- Dar atenção especial às mulheres, jovens e adolescentes em situação de risco, estimulando parcerias diversas para o desenvolvimento de ações socioassistenciais.

Metas

- Reduzir a violência e combater a criminalidade nos bairros de Manaus e no interior do Estado, bem como preservar o patrimônio e o meio ambiente.
- Ampliar, reformar e modernizar as unidades do sistema de segurança pública.
- Criar novos Distritos Integrados de Polícia na capital, de forma a atender novas comunidades e conjuntos habitacionais, a exemplo dos Conjuntos Viver Melhor.
- Ampliar o número de policiais militares e civis, por meio de concurso público.
- Ampliar o número de unidades prisionais na capital e no interior.
- Construir uma penitenciária agrícola na Região Metropolitana de Manaus.
- Reduzir o déficit de vagas e o número de reincidentes no sistema prisional, ampliando a capacidade de atendimento social, jurídico, econômico e cultural ao público alvo da capital e interior do Estado.

- Garantir à população o acesso às políticas de direitos humanos e cidadania.

Macrodiretriz: Qualidade de Vida

Área Temática: Social

Objetivo de Governo: Ampliar e implantar serviços essenciais nas áreas da assistência social, cultura, esporte e lazer, e outros segmentos afins, promovendo a integração social nas suas mais variadas dimensões.

Diretrizes

- Promover o desenvolvimento social e humano, realizando trabalhos em parceria com as áreas de assistência social, cidadania, cultura, esporte e lazer, e outras afins.
- Garantir o acesso à assistência social e promover a segurança alimentar e nutricional.
- Propor o aprimoramento do serviço de atenção integral à família, com a efetivação de políticas públicas voltadas ao idoso, indígenas, pessoas com deficiência e pessoas com vulnerabilidade social.
- Promover a articulação, integração e inclusão social, por meio do esporte e lazer, como estímulo à cidadania e aos direitos sociais.
- Intensificar e promover os eventos culturais, estimulando a criação e identificação de grupos e artistas nas diversas áreas, valorizando os conhecimentos populares e tradicionais da cultura amazônica.

Metas

- Implantar ações que assegurem à população serviços de qualidade no âmbito da proteção social básica e especial, atendimento socioeducativo, e segurança alimentar e nutricional.
- Implantar novas unidades do Liceu de Ofício Cláudio Santoro no interior do Estado, gerando novas oportunidades de emprego e renda para as populações locais.
- Intensificar a programação de eventos e ensino de artes, e promover a política de museus, centros culturais e patrimônio histórico no Amazonas, com a criação de polos no interior.
- Ampliar e melhorar os espaços de esporte e lazer na capital e interior; e atendimentos em programas voltados ao esporte educacional, juventude e lazer.
- Implantar o Programa Todos pela Vida, numa ação conjunta entre os órgãos do Estado, para dar cobertura aos serviços de segurança pública, saúde, educação, esporte e lazer, cultura e socioassistenciais.

Macrodiretriz: Diversificação e Fortalecimento Econômico

Área Temática: Econômica

Objetivo de Governo: Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, investindo na diversidade, produtividade e competitividade da economia, no empreendedorismo e no desenvolvimento regional, gerando emprego e renda.

Diretrizes

- Desenvolver projetos com foco na diversificação da matriz econômica do Amazonas.
- Incentivar a implantação da indústria de biocossméticos, medicamentos e outros nichos econômicos, a partir de produtos extraídos da floresta amazônica.
- Fortalecer e aumentar a competitividade da Zona Franca de Manaus, principalmente com melhorias das condições de infraestrutura logística.
- Promover o desenvolvimento regional com projetos de indústria naval, gás-química, fertilizantes e outros inerentes às potencialidades da economia regional.
- Implementar a política estadual de meio ambiente e desenvolvimento sustentável dos recursos de natureza ambiental, bem como os originários da floresta, mineração, pesca e agropecuária.
- Promover ações para integração dos sistemas de Ciência, Tecnologia e Inovação, de modo a estimular o empreendedorismo, o alcance de novos mercados e a criação de emprego e renda.
- Ordenar e desenvolver as funções sociais das cidades e das propriedades urbanas e rurais, garantindo ao cidadão o direito à terra e à moradia.
- Consolidar a posição do Amazonas como polo de eventos nacionais e internacionais, desenvolvendo parcerias entre as áreas da cultura, turismo, esporte e lazer, e a iniciativa privada.

Metas

- Fortalecer o Polo Industrial, atraindo novos investimentos e empresas com alternativas econômicas, criando novos nichos de mercado, como a indústria naval, mineral, logística, fitoterápica, farmacêutica e biocossmética, dentre outras.
- Reorganizar a estrutura administrativa do sistema de meio ambiente do Estado, melhorando sua gestão e licenciamento ambiental.
- Implantar programas de desenvolvimento regional, territorial e ambiental, visando promover o crescimento socioeconômico nas regiões do Amazonas.
- Ampliar o programa de regularização fundiária na capital e no interior.
- Apoiar a produção e comercialização de produtos artesanais, regionais, e outros, oriundos de grupos empreendedores.
- Operacionalizar linhas de crédito no setor primário, secundário e terciário, contribuindo para o desenvolvimento regional do Estado.
- Promover a Marca Amazonas no âmbito nacional e internacional, aproveitando o potencial e as atrações turísticas do Estado.

Macrodiretriz: Diversificação e Fortalecimento Econômico

Área Temática: Infraestrutura

Objetivo de Governo: Ampliar e recuperar a infraestrutura nas áreas de transporte, energia, habitação, telecomunicação, saneamento, sistema viário e urbanização, viabilizando a execução de programas e projetos com vistas ao desenvolvimento do Estado.

Diretrizes

- Possibilitar abertura e conservação da malha rodoviária estadual e da malha de ramais vicinais, essenciais à circulação da população e ao escoamento de produção.
- Expandir a infraestrutura logística da Região Metropolitana de Manaus, integrando os municípios que a compõe, ampliando a capacidade de investimento na região.
- Articular e viabilizar ações junto aos órgãos da administração pública, empresas privadas e entidades civis para disponibilizar comunicação, energia, aeroportos e malha rodoviária, hidrovias e portos à população amazonense.
- Revitalizar, recuperar e ampliar os sistemas de abastecimento de água dos municípios do interior.
- Promover o desenvolvimento urbano integrado e sustentável, ampliando e melhorando as condições de moradia, saneamento, acessibilidade e mobilidade urbana.

Metas

- Implantar, recuperar e revitalizar rodovias estaduais, estradas e vicinais.
- Desenvolver a requalificação urbanística e a revitalização dos igarapés da capital e do interior.
- Realizar obras e serviços de engenharia para a contenção de processos erosivos graves em bairros da capital e municípios do interior.
- Realizar parcerias nas esferas federal, estadual e municipal para implantar soluções viárias em Manaus e demais municípios do Estado.
- Construir 30.000 moradias para famílias de baixa renda na capital, 12.000 nas sedes municipais e 5.000 nas áreas rurais; reassentar famílias e ressarcir valores pagos indevidamente, por meio de parcerias com o governo federal.
- Revitalizar, recuperar e ampliar o sistema de saneamento básico dos municípios do interior.
- Promover a melhoria das hidrovias dos rios Madeira, Solimões e Amazonas (balizamento e sinalização).

Macrodiretriz: Diversificação e Fortalecimento Econômico

Área Temática: Meio Ambiente

Objetivo de Governo: Garantir a implementação de políticas na área ambiental que possibilitem a conservação e manutenção dos recursos naturais, contribuindo para a qualidade de vida da população e o desenvolvimento sustentável.

Diretrizes

- Implementar a política estadual de meio ambiente e desenvolvimento sustentável.
- Assegurar a preservação e a conservação dos recursos naturais, por meio da gestão integrada e compartilhada, e promover a mitigação das mudanças do clima.

- Executar as políticas estaduais de meio ambiente e garantir a utilização dos recursos naturais, por meio de ações de comando e controle.
- Ordenar o uso múltiplo das águas tendo como unidade de planejamento a bacia hidrografia e as águas subterrâneas.

Metas

- Promover a melhoria da estrutura administrativa do sistema de meio ambiente, otimizando os recursos humanos e financeiros para melhor desempenho da gestão e do licenciamento ambiental.
- Controlar, monitorar e fiscalizar as atividades poluidoras, degradadoras e utilizadoras de recursos naturais.
- Fortalecer a gestão, controle e monitoramento dos recursos hídricos.
- Promover a educação ambiental de forma integrada e compartilhada entre os órgãos que atuam na área.
- Coordenar as políticas estaduais de proteção e conservação ambiental para a gestão das áreas protegidas.
- Formular, coordenar e implementar políticas estaduais de ordenamento territorial e ambiental.
- Monitorar a implementação de programas e projetos com fins de conservação ambiental, no âmbito dos fundos financeiros.
- Desenvolver mecanismos efetivos de fiscalização das atividades de degradação ambiental.

Macrodiretriz: Desenvolvimento do Interior

Área Temática: Interiorização da Economia

Objetivo de Governo: Promover o desenvolvimento dos municípios do interior do Estado com ampliação da consciência ambiental e sustentável, investindo na interiorização da economia.

Diretrizes

- Promover o desenvolvimento regional, respeitando as vocações do lugar, com o aproveitamento das potencialidades.
- Promover o desenvolvimento rural sustentável, priorizando o desenvolvimento da produção de alimentos, projetos de piscicultura e mineração.
- Implementar a política estadual de meio ambiente e desenvolvimento sustentável dos recursos de natureza ambiental, bem como os originários da floresta, da mineração, da pesca e da agropecuária.
- Ordenar e desenvolver as funções sociais das cidades e das propriedades urbanas e rurais, garantindo ao cidadão o direito a terra e à moradia.

Metas

- Implantar distritos industriais de micro e pequenas empresas no interior.
- Implantar programas de desenvolvimento regional, territorial e ambiental, visando promover o crescimento socioeconômico nas regiões do Amazonas.
- Fomentar ações para expandir a fruticultura e ampliar a presença de agroindústria no interior.
- Prestar assistência técnica à produção rural, promovendo o desenvolvimento integrado da agricultura, pecuária, florestal, pesca e aquicultura.
- Fomentar o extrativismo madeireiro e não madeireiro da floresta, a ocupação produtiva e seu uso de forma sustentável.
- Viabilizar infraestrutura de escoamento da produção rural e dos distritos florestais.
- Estruturar e fortalecer no Amazonas o programa de agricultura indígena para atender às diversas peculiaridades étnicas aos diferentes sistemas de produção.
- Ampliar o programa de regularização fundiária no interior.
- Fomentar pesquisas que agreguem o conhecimento tradicional ao conhecimento tecnológico.
- Apoiar a produção e comercialização de produtos artesanais, regionais e outros oriundos de grupos empreendedores.
- Operacionalizar linhas de crédito no setor primário, secundário e terciário, contribuindo para o desenvolvimento regional do Estado.
- Revitalizar, recuperar e ampliar o sistema de abastecimento de água de municípios do interior.

Macrodiretriz: Modernização da Gestão

Área Temática: Planejamento e Gestão

Objetivo de Governo: Promover o desenvolvimento socioeconômico do Amazonas com a melhoria da qualidade dos serviços públicos, buscando a modernização da gestão dos órgãos do governo e a eficiência dos gastos públicos.

Diretrizes

- Ampliar e agilizar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos e atender as demandas da sociedade.
- Criar instrumentos permanentes de controle e monitoramento, estabelecendo metas em relação à economia de gastos e medindo os níveis da qualidade dos serviços públicos.
- Incentivar maior integração entre os programas e ações dos órgãos do governo para melhor aplicação dos recursos e implementação das políticas públicas de forma eficaz.
- Promover o planejamento participativo onde estejam contempladas ações conjuntas entre entidades governamentais e não governamentais para o desenvolvimento regional do Estado do Amazonas.
- Assegurar ações que possam contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Amazonas.
- Apoiar a formação de recursos humanos e o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação, visando a construção de uma nova base econômica para o estado do Amazonas.

Metas

- Implantar práticas de gestão por resultados na administração pública estadual, com contrato de acordo de metas.
- Modernizar a administração pública por meio da profissionalização dos servidores, da disseminação de valores éticos, da ampliação dos mecanismos de participação social e do fortalecimento de políticas públicas e práticas de transparência administrativa.
- Ampliar o programa estadual de Parcerias Público-Privadas.
- Otimizar a arrecadação do Estado sem aumento de impostos.
- Melhorar a capacidade de planejamento setorial.
- Desenvolver ações de fomento ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação.
- Monitorar e avaliar as ações finalísticas da administração pública, em especial, os projetos prioritários do Governo, verificando as restrições na sua execução para as devidas providências.
- Elaborar projetos de captação de recursos junto aos órgãos da esfera internacional e federal, para o desenvolvimento regional e da ciência, tecnologia e inovação.
- Investir na capacitação dos servidores estaduais nas várias áreas de atuação da administração pública.
- Manter a atuação do estado do Amazonas no âmbito da Metrologia Legal e Qualidade Industrial.
- Investir no desenvolvimento regional do estado do Amazonas.
- Promover e divulgar o potencial turístico do Estado do Amazonas no âmbito nacional e internacional.
- Modernizar a administração pública por meio da tecnologia da informação e comunicação, com o objetivo de promover economia e celeridade no Governo.
- Modernizar a administração pública através da tecnologia da informação e comunicação, com o objetivo de promover economia e celeridade no Governo.
- Formular, coordenar e implementar a política de mineração e geodiversidade do estado do Amazonas.

Macrodiretriz: Modernização da Gestão

Área Temática: Legislativa, Controle Externo e Judiciário.

Objetivo de Governo: Propiciar à sociedade amazonense uma legislação clara e uma fiscalização mais eficiente; garantir ao cidadão amazonense o pleno exercício do direito, por meio dos serviços jurisdicionais.

Diretrizes

- Proporcionar à população do Estado o atendimento das demandas judiciais, visando a celeridade dos processos judiciais.

- Aprimorar a atuação da Assembleia Legislativa e modernizar o Controle Externo do Estado

Metas

- Modernizar os serviços do Poder Legislativo, realizar o controle externo e judiciário e disseminar os valores éticos, ampliando os mecanismos de participação social; fortalecer as políticas públicas e práticas de transparência administrativa.

CONTEXTUALIZAÇÃO DAS ÁREAS TEMÁTICAS

EDUCAÇÃO

Educação Básica

A conjuntura educacional para a Educação Básica atualmente depara-se com uma situação propícia perante um contexto de desafios para melhorar a qualidade do ensino, pois sinaliza crescimento nos indicadores educacionais evidentes nos decorrentes resultados dos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no estado do Amazonas.

Na busca pela melhoria dos indicadores da educação, o Governo do Estado do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (Seduc) implantaram o Sistema de Avaliação do Desempenho da Educação do Amazonas - Sadeam, que visa um contínuo monitoramento do sistema educacional, bem como subsidiar a gestão institucional, no que se refere às definições de políticas educacionais para possíveis correções de distorções desse processo.

No Sadeam foi construído o Índice de Desenvolvimento da Educação do Amazonas (Ideam) com o objetivo de possibilitar uma visão mais integrada do desenvolvimento educacional do Estado, o qual está em consonância com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

O Governo do Estado do Amazonas, com o objetivo de melhorar os indicadores da educação, premiou 151 escolas que alcançaram os índices do IDEB de 5,7 nas séries iniciais e 5,1 nas séries finais do ensino fundamental; e as que atingiram o índice de 5,0 no ensino médio no Sistema de Avaliação do Desempenho da Educação do Amazonas - Sadeam, com o Prêmio Escola de Valor, onde cada escola recebeu R\$ 30.000,00 para investimento na própria escola.

No mesmo sentido, destaca-se ainda a premiação de 197 escolas com 14º, 15º e 16º salários.

Na premiação do 14º salário, foram contempladas as escolas que atingiram o índice do IDEB de 6,3 nas séries iniciais, 5,7 séries finais e 5,6 no ensino médio. O 15º salário foi recebido pelas escolas que atingiram 6,6 nas séries iniciais, 6,1 nas séries finais e 6,0 no ensino médio, ressaltando que a Escola Estadual Professor Gilberto Mestrinho, do município de Beruri, foi premiada com o 16º salário por atingir o índice 8,0 nas séries iniciais do ensino fundamental no Ideb.

Um agregado de ações vem sendo direcionado e concretizado pelos departamentos estratégicos do sistema estadual da educação, o que colaborou para aprimorar os resultados dos indicadores educacionais constantes dos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb, introduzindo o Estado do Amazonas em um plano educacional mais elevado, evidenciado no indicador de 5,1 do Ideb nas séries iniciais, em que a rede estadual de ensino ultrapassou a meta de 5,0 projetada para 2017 pelo Ministério da Educação - (MEC).

Portanto, os resultados apresentados no Índice do Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) são reflexos das ações dos programas que formam o eixo estratégico do sistema estadual de ensino público. Uma demonstração disso está na superação dos índices projetados para o estado do Amazonas pelo Ministério da Educação (MEC), ao atingir em 2013 a média planejada para 2015.

As políticas públicas educacionais perpetuam-se na busca estratégica do poder executivo para melhoras no acesso escolar, mediante a garantia da criação de novas vagas para as diversas modalidades de ensino da Educação Básica, a partir de estudos de georreferenciamento que identificam as demandas da população em idade escolar, assim como as demandas reprimidas que não tiveram oportunidade na idade devida.

O Centro de Mídias de Educação do Amazonas (Cemeam) oferta o Ensino Presencial Mediado por Tecnologias no desenvolvimento constante do programa de acesso escolar ampliado para todos os municípios do Estado, proporcionando aos alunos o ensino médio, ensino fundamental e ensino de jovens e adultos. Dessa forma cria novas vagas para oportunizar maior acesso e inclusão das populações residentes nas comunidades rurais dos municípios do estado do Amazonas.

Norteadas nos princípios da eficiência e economicidade, as ações do projeto estratégico do Ensino Presencial Mediado por Tecnologia, promovem as ferramentas que impactam positivamente nos índices de avaliação do ensino, ao disponibilizar aos moradores das localidades rurais dos municípios do estado do Amazonas à Educação Básica adequada à qualidade e excelência do quadro docente e dos recursos tecnológicos necessários para tal empreendimento.

Portanto, investimentos financeiros vêm sendo aplicados na expansão e manutenção do Ensino Presencial com Mediação Tecnológica para prover a oferta de vagas. Atualmente, com o uso da tecnologia do sistema de transmissão para 1.970 salas de aula, o CEMEAM atende um total de 36.328 alunos da Educação Básica nos 62 municípios do Amazonas, permitindo a inclusão e permanência desses discentes em suas localidades, inclusive oferecendo como suporte o transporte escolar. Desse total, 26.416 são alunos do Ensino Médio, 7.677 do Ensino Fundamental e 2.235 do Ensino de Jovens e Adultos.

No campo do ambiente físico escolar, o Executivo Estadual buscou transformar os espaços escolares existentes, construiu novas escolas com padrão arquitetônico adequado, tornando-os mais confortáveis e favoráveis ao processo de ensino, propiciando impacto significativo para a aprendizagem do aluno.

Para atender a comunidade escolar com a máxima qualidade, a gestão do Governo do Amazonas empreendeu no setor educacional a construção e implementação de Centros de Educação de Tempo Integral (CETIs), ora contemplados com 24 salas de aula climatizadas, laboratórios de informática, laboratório de ciências, biblioteca, piscina semiolímpica, campo de futebol, quadra poliesportiva, refeitório e demais recursos, perfazendo o atendimento de cerca de mil alunos na modalidade de tempo integral.

O quantitativo de Escolas de Tempo Integral (ETIs) e Centros de Educação de Tempo Integral (CETIs) está sendo ampliado, com a construção de novas unidades, tanto na capital quanto no interior do Estado, favorecendo o desenvolvimento integral do discente, com atividades didático-pedagógicas de complementação, extracurriculares, reforço escolar, programas de formação aplicados em parceria com outras instituições, assim como atividades esportivas e socioculturais, em observância à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A Rede Pública Estadual de Ensino no ano de 2015 tem, em sua composição, 54 Escolas de Tempo Integral (ETIs) e Centros de Educação de Tempo Integral (CETIs), sendo 31 na capital e 23 no interior do estado do Amazonas, beneficiando 23.261 alunos, sendo 16.298 alunos do Ensino Fundamental e 6.963 alunos do Ensino Médio.

O Poder Executivo do Estado, com o objetivo de executar Políticas Públicas Integradas para promover a melhoria das condições de vida da população, executa o Projeto de Desenvolvimento Regional do Estado do Amazonas, que vem beneficiando os alunos da Educação Básica com o Programa de Regionalização da Merenda Escolar (Preme) e o Programa de Regionalização do Mobiliário Escolar (Promove).

O Preme integra o conjunto de Políticas Públicas do Governo Estadual para o Desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Amazonas, com o fim de substituir os gêneros alimentícios importados por produtos regionais, contribuindo para a interiorização do desenvolvimento e o resgate de hábitos alimentares saudáveis na oferta de alimentos de qualidade para os alunos da rede pública de ensino da Educação Básica.

O Programa de Regionalização do Mobiliário Escolar (Promove) incentiva e estimula a produção de mobiliário escolar para os alunos da Educação Básica, que utiliza madeira manejada, valorizando a mão de obra local e o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Amazonas.

No âmbito da empregabilidade do recurso humano, a Política de Valorização do Profissional da Educação merece destaque mediante ação realizada pela Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (Seduc) voltada para os cursos de especialização, mestrado, formação inicial e formação continuada dos servidores da educação da capital e interior nas diversas áreas do conhecimento, bem como a premiação de incentivo à melhoria da educação. Esta, denominada "Premiação por Mérito do Desempenho Educacional", foi criada pelo Governo do Estado e estabelece o pagamento do 14º, 15º e 16º salários aos profissionais das escolas que atingem as metas pré-estabelecidas pela Seduc.

Para o Governo do Estado, a qualidade da educação está fortemente associada à motivação e à melhoria contínua das condições de trabalho dos educadores. Para tanto, a revisão completa e aprovação do novo Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração da Seduc (PCCR) foi uma das ações que beneficiaram 17.304 profissionais da educação com o pagamento das diferenças salariais concedidas por conta de progressões horizontais (concedidas por tempo de serviço) e progressões verticais (asseguradas pela obtenção de pós-graduações).

No âmbito da gestão educacional, ações foram efetivadas para o aperfeiçoamento da gestão da rede estadual de ensino, obedecendo ao processo cíclico de planejamento, avaliação e administração de suas atividades, utilizando as tecnologias de informação e comunicação, mapeando e formalizando os processos e/ou ações com vistas ao efetivo funcionamento do sistema educacional e à qualidade dos serviços oferecidos pelas unidades educacionais.

Assim sendo, as atividades concentraram-se na ampliação e integração dos sistemas informatizados existentes, visando a melhoria dos processos de comunicação e utilização dos meios tecnológicos, como ferramenta para aprimorar a qualidade do ensino e propor melhores condições para aprendizagem do aluno da Educação Básica.

Portanto, o cenário da Educação Básica no Estado do Amazonas hoje se encontra em posição favorável, apesar dos desafios enfrentados durante os últimos anos. O resultado dos

indicadores educacionais positivos se deve às ações implementadas pelo Governo do Estado visando o desenvolvimento e investimentos na educação, a melhoria da qualidade do ensino, promovendo a universalização do acesso, aumentando a valorização do servidor da educação, ampliando a infraestrutura e provendo inovações tecnológicas no ambiente escolar da rede estadual de ensino do estado do Amazonas.

Educação Profissional

A política pública de Educação Profissional no estado do Amazonas, a partir de 2003 passou a ser executada diretamente pelo Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, sendo dotada, desde então, de unidade gestora orçamentária específica. Tal atribuição gerou um atendimento mais imediato da demanda por qualificação e formação profissional oriunda do setor empresarial e da própria sociedade, por meio da oferta de variados cursos para a população do Amazonas.

Ao longo dos anos, o Cetam vem aumentando o número de atendimento aos cidadãos, de modo que o cenário mais adequado ao planejamento dos próximos 4 anos é a execução de 2014 e 2015. O Governo do Estado tem promovido, em média, a oferta de 180.000 vagas anuais em cursos de qualificação e formação profissional, e prevê a disponibilização de 750.000 novas vagas da educação profissional para o período de 2016-2019.

O planejamento da oferta de cursos para o atendimento das demandas provenientes dos diversos segmentos econômicos locais visa qualificar o cidadão para a ocupação das vagas de emprego existentes, bem como para a prestação de serviços autônomos demandados pela sociedade.

Este programa governamental enquadra-se na temática de educação, localizada na macro diretriz "Qualidade de Vida", porém fortalece as demais macro diretrizes, quais sejam: "Diversificação e Fortalecimento Econômico", "Desenvolvimento do Interior" e "Modernização da Gestão".

Educação Superior

Sob a responsabilidade da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) a Educação Superior tem por objetivo formar profissionais de ensino superior em todas as áreas do conhecimento puro e aplicado e atuar como núcleo de inteligência geradora da política desenvolvimentista do Estado.

A UEA atua nas ações finalísticas que remetem aos objetivos-fins da instituição, quais sejam ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidos por intermédio do Programa de Educação Superior, que tem demonstrado relevantes resultados e impactos sociais positivos desde sua criação.

No encerramento do primeiro semestre de 2015, verificou-se no ensino de graduação um total de 22.876 alunos matriculados na instituição, dos quais 10.138 na capital e 12.738 no interior, cumprindo com a finalidade de interiorização das ações. Os resultados gerados pelas ações de pesquisa e desenvolvimento se refletem na crescente fomentação das potencialidades e competências locais, com base na atividade de vários grupos de pesquisa registrados pela instituição. A extensão universitária da UEA tem adotado a política de implementação de projetos direcionados à aplicação prática dos conhecimentos, equilibrando demanda social à expertise universitária, além do apoio ao Programa de Assistência Estudantil, voltado para alunos carentes da instituição em situação de vulnerabilidade social.

SAÚDE

Demografia

O Amazonas é o maior estado do Brasil, com uma superfície de 1.558.987 km² da qual grande parte é ocupada por reserva florestal e a outra por água.

A população no Amazonas em 2014 estimada pelo IBGE é de 3.873.743 pessoas, sendo 1.956.917 (50,5%) do sexo masculino e 1.916.826 (49,5%) do sexo feminino. Em relação à faixa etária, a predominância no Amazonas é da população infanto-juvenil (de 0 e 19 anos) com 42,5% do total do Estado, enquanto que para a população adulta (entre 20 e 39 anos) este percentual atinge 34,16%.

POPULAÇÃO RESIDENTE NO AMAZONAS, POR REGIÃO DE SAÚDE - 2014

REGIÃO DE SAÚDE (CIR)	POPULAÇÃO	Nº DE MUNICÍPIOS	PERCENTUAL DE POPULAÇÃO
Alto Solimões	242.875	9	6,3%
Baixo Amazonas	236.773	5	6,1%
Entorno Manaus/Rio Negro	2.380.116	12	61,4%
Médio Amazonas	163.928	6	4,2%
Juruá	129.531	6	3,3%
Purus	128.062	5	3,3%
Rio Madeira	185.281	5	4,8%
Rio Negro/Rio Solimões	279.422	8	7,2%
Triângulo	127.755	6	3,3%
TOTAL	3.873.743	62	100%

Fonte: DATASUS, IBGE - Estimativas de população.

Na análise do número da população por região de Saúde, destaca-se a do Entorno Manaus/Rio Negro com 61,4% do total populacional do Estado, composto pelos municípios de Autazes, Careiro da Várzea, Careiro, Manaquiri, Nova Olinda do Norte, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Iranduba e Manaus. No município de Manaus, observa-se a concentração de 52,2% da população do Amazonas.

Acessibilidade

O acesso aos municípios amazonenses é lento e caro, em decorrência principalmente dos modais de transportes fluvial e/ou aéreo utilizados, sendo portanto o principal entrave para o deslocamento dessa população.

As enormes distâncias e dificuldades de locomoção através dos rios são fatores que interferem diretamente no custo saúde diferenciado, dispendido pelo Estado para a manutenção da rede assistencial no Amazonas, em relação aos outros estados da União.

Garantir o acesso das populações do interior do Amazonas aos serviços de saúde é um desafio e uma tarefa que envolve um grande esforço por parte de todo corpo técnico, tanto do Estado quanto dos municípios, além da alocação de uma grande quantidade de recursos financeiros para investimento e manutenção da rede assistencial.

Neste contexto, trabalhar a acessibilidade no estado do Amazonas será sempre considerado como um grande desafio a ser enfrentado pelo sistema de saúde, em razão de suas barreiras geográficas, culturais, financeiras, políticas, estruturais e outras.

Para melhorar a acessibilidade, a Secretaria de Saúde (Susam) implantou serviços estratégicos no interior e ampliou a rede de média complexidade na capital, além de apoiar tecnicamente a inserção de equipes de saúde da família nos municípios.

O Fortalecimento da Gestão do SUS do Amazonas tem como finalidade promover a consolidação deste Sistema, favorecendo a participação e o controle social em processo de gestão, capacitação de recursos humanos, desenvolvimento de ações de planejamento, controle, avaliação, auditoria, ouvidoria e assessoria aos municípios em ações relacionadas à gestão.

Profissionais de Saúde no Amazonas

A Secretaria de Estado de Saúde (Susam) e as Fundações de Saúde (FS) têm em seu quadro o total de 22.421 cargos, conforme informações do Departamento de Recursos Humanos da Susam e das seis Fundações de Saúde. Neste total de cargos, não estão incluídos os profissionais das cooperativas de saúde que atuam na rede assistencial do Estado.

QUANTITATIVO DE CARGOS DO SISTEMA ESTADUAL DE SAÚDE DO AMAZONAS - 2014

UNIDADE GESTORA	CARGOS
Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas - Susam	17.715
Fundação Centro de Controle de Oncologia do Amazonas - FCEcon	497
Fundação Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - FHemoam	421
Fundação Alfredo da Matta - Fuam	262
Fundação de Medicina Tropical Heitor Vieira Dourado - FMT-HVD	612
Fundação Hospital Adriano Jorge - FHAJ	880
Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas - FVS/AM	2.034
TOTAL	22.421

Fonte: DGRH/Susam, FCEcon, FHemoam, Fuam, FMT, FHAJ e FVS.

A Rede Assistencial do Estado conta atualmente com 62 unidades de saúde na capital do Amazonas, regularmente distribuídas em todas as zonas da cidade de Manaus. As estruturas dessas unidades de saúde variam em tipologia e nível de atenção à saúde, dispondo desde a atenção básica, realizada principalmente nos Centros de Atenção Integral à Criança (CAICs), Centros de Atenção Integral à Melhor Idade (CAIMIs), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e, parcialmente, nos Serviços de Pronto Atendimento (SPAs). A rede atende também, na média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, em policlínicas, hospitais/prontos-socorros (HPS) adultos e infantis, maternidades e fundações de saúde.

ESTABELECIMENTOS DA REDE ESTADUAL POR TIPO E ZONA DE MANAUS - 2014

TIPO DE ESTABELECIMENTO	ZONA				TOTAL
	NORTE	SUL	LESTE	OESTE	
Centro de Atenção Integral à Criança - CAIC	3	3	3	3	12
Centro de Atenção Integral à Melhor Idade - CAIMI	1	1	-	1	3
Centro de Atenção Psicossocial - CAPS	1	-	-	-	1
Serviço Residencial Terapêutico - SRT	1	-	-	-	1
Serviço Pronto Atendimento - SPA	1	1	1	3	6
SPA e Policlínica	1	-	-	1	2
SPA/Maternidade/Hospital	-	-	1	-	1
Unidade Pronto Atendimento - UPA	-	-	-	1	1
Policlínica	1	3	2	-	6
HPS Criança	-	1	1	1	3
HPS Adulto	-	1	2	-	3
PS Adulto	1	-	-	-	1
Maternidade/Unidade ginecológica	2	2	1	1	6
Hospital Infantil	-	2	-	-	2
Hospital Adulto	-	-	1	-	1
Pronto Atendimento Psiquiátrico	-	1	-	-	1
Fundações de Saúde	2	2	-	3	7
Farmácias Populares	2	1	1	1	5
TOTAL	16	18	13	15	62

Fonte: Secretaria Executiva de Atenção Especializada da Capital - SEASAC/SUSAM.

A Rede Assistencial do Estado no interior conta atualmente com 67 unidades de saúde distribuídas em todos os 61 municípios do Amazonas. Em relação à gestão de serviços de saúde de atenção especializada, três municípios aderiram ao Pacto Pela Saúde. Destes, dois estão gerindo serviços de média complexidade ambulatorial e hospitalar.

ESTABELECIMENTOS DA REDE ESTADUAL NO INTERIOR POR REGIÃO DE SAÚDE - 2014

REGIÃO DE SAÚDE (CIR)	TIPO DE ESTABELECIMENTO			TOTAL
	HOSPITAL/MATERNIDADE	UPA	CRIQ*	
Alto Solimões	10	1	-	1
Baixo Amazonas	6	-	-	6
Entorno de Manaus/Alto Rio Negro	12	-	1	3
Médio Amazonas	7	-	-	7
Juruá	6	-	-	6
Prims	5	-	-	5
Rio Madeira	5	-	-	5
Rio Negro/Rio Solimões	8	-	-	8
Triângulo	6	-	-	6
TOTAL	65	1	1	7

Fonte: Secretaria Executiva de Atenção Especializada do Interior (SEASAI).

Nota: * Centro de Reabilitação em Dependência Química.

Leitos no Amazonas

Os leitos nos estabelecimentos de saúde do Amazonas estão assim definidos:

- ✓ **Ambulatório - Leitos de repouso/observação:** Apresenta o quantitativo de leitos em ambulatórios. São aqueles leitos destinados a acomodar os pacientes que necessitam ficar sob supervisão médica ou de enfermagem, para fins de diagnóstico ou terapêutica durante um período inferior a 24 horas.

- ✓ **Urgência - Leitos repouso/observação:** Apresenta o quantitativo de leitos de repouso e/ou observação em ambientes de urgência/emergência.
- ✓ **Hospitalar - Leitos de internação:** Apresenta o quantitativo de leitos em ambientes hospitalares nas categorias cirúrgicos, clínicos, obstétricos, pediátricos, hospital dia e outras especialidades, na quantidade existente e disponibilizada para atendimento pelo SUS.
- ✓ **Hospitalar - Leitos complementares:** Apresenta o quantitativo de leitos em ambientes hospitalares nas categorias de leitos complementares (UTI, Unidade Intermediária e Isolamento), na quantidade existente e na disponibilizada para atendimento pelo SUS e atendimento Não SUS.

LEITOS EXISTENTES (SUS E NÃO SUS) POR TIPO DE GESTÃO - AMAZONAS, 2014

LEITOS EXISTENTES	TIPO DE GESTÃO			TOTAL EXISTENTE (SUS E NÃO SUS)
	Dupla	Estadual	Municipal	
Ambulatório/Observação	46	103	217	366
Urgência/Observação	285	455	212	952
Hospitalar/Internação	1.739	3.156	859	5.754
Hospitalar/Complementares	161	572	66	799
Total Geral	2.231	4.286	1.354	7.871

Fonte: Ministério da Saúde/CNES.

Foram contabilizados no Amazonas 7.871 leitos existentes (SUS e não SUS), sendo 366 leitos de ambulatório/observação, 952 leitos de urgência/observação, 5.754 leitos hospitalares/internações e 799 leitos hospitalares/complementares (leitos de UTI, unidade intermediária e isolamento).

LEITOS DE INTERNAÇÃO SUS E NÃO SUS - AMAZONAS, 2014

LEITOS DE INTERNAÇÃO	LEITOS SUS	LEITOS NÃO SUS	LEITOS EXISTENTES (SUS E NÃO SUS)
Hospitalar/Internação	4.816	938	5.754

Fonte: Ministério da Saúde/CNES.

LEITOS DE INTERNAÇÃO POR HABITANTE - AMAZONAS, 2014

LEITOS DE INTERNAÇÃO	Nº DE LEITOS	LEITOS HOSP. POR 1.000 HAB.
Leitos Existentes (SUS e Não SUS)	5.754	1,48
Leitos SUS	4.816	1,24

Fonte: Ministério da Saúde/CNES.

Os leitos de internação totalizaram 5.754 (excluindo leitos de UTI, unidade intermediária e isolamento), sendo 4.816 leitos SUS. Considerando o indicador número de leitos de internação por 1.000 habitantes, o Amazonas contou em 2014 com 1,48 leitos por 1.000 habitantes e 1,24 leitos SUS para cada grupo de 1.000 habitantes. Este número está inferior ao "Índice da Média Brasil" de 2,36 leitos de internação para cada grupo de 1.000 habitantes, que também está abaixo do mínimo recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que indica o equivalente a 2,5 a 3,0 leitos para 1.000 habitantes. O não alcance desse indicador foi observado também na maioria dos estados brasileiros, no entanto, houve um aumento do número de leitos de UTI e de unidade intermediária que são mais complexos.

Dados de Morbidade

O perfil de morbilidade da população amazonense em 2014 foi caracterizado pela crescente prevalência e incidência das doenças crônicas não transmissíveis, pela persistência de doenças transmissíveis que ainda permanecem como problema de saúde pública, bem como pela alta carga de acidentes e violências, caracterizando a tripla carga de doenças. A seguir, são apresentados dados das doenças e agravos que conformam o quadro de morbilidade do Amazonas, que resultaram em 2014 um total de 154.381 internações:

As internações no ano de 2014 das condições agudas e crônicas demonstraram que o maior número de atendimentos que causaram internações ocorreu em gravidez, parto e puerpério (39,1%), seguida por internações para tratamento de doenças do aparelho respiratório (10,5%) e das doenças do aparelho digestivo (10,2%). Observa-se que as doenças infecciosas e parasitárias ainda têm uma alta prevalência de internação no Estado, ficando em 4º lugar (7,8%) nas causas de internação.

Em relação à gravidez, parto e puerpério, verificou-se que a faixa-etária de 15 a 19 anos representou 27,1% do total das internações deste grupo de causa, demonstrando um alto número de

gravidez na adolescência. Há registros deste grupo de causa nas faixas etárias menor de 1 ano devido a um erro de preenchimento na Autorização de Internação Hospitalar (AIH) por alguma unidade de saúde integrada à rede assistencial do estado ou do município.

A gestação na adolescência é um problema mundial de saúde pública, ocasionando sérios riscos à saúde da mãe e do nascituro, e afeta principalmente a classe social mais carente e de menor escolaridade, sendo na maioria das vezes não planejada. Dentre os riscos, podem ser citados os biológicos, os psíquicos e os sociais. A gravidez precoce é problema importante no Amazonas, quando se analisou que em 2013, cerca de 28,8% de nascimentos no Estado foram de mães com menos de 20 anos.

Verificou-se-se que as doenças do aparelho respiratório acometeram mais a população infantil de 0 a 4 anos de idade, alcançando um percentual de 55,7% das internações deste grupo de causa. As doenças do aparelho digestivo ocorrem predominantemente na idade adulta de 20 a 59 anos, com o percentual de 59,3% das internações deste grupo.

Dados de Mortalidade

Em 2013 foram 15.075 óbitos no Amazonas. Neste período mais de 50% dos óbitos informados foram devidos a três grupos de causas: doenças do aparelho circulatório (17,9%), causas externas (17,1%) e neoplasias (15,6%), com pequenas variações em relação aos dados de 2012. A mortalidade por causas mal definidas ocupou o quarto lugar (13,8%) do total dos óbitos, com expressivas mortes sem assistência médica (47%). Já as doenças infecciosas e parasitárias ocuparam o sexto lugar, assumindo caráter descendente, em contrapartida com as causas externas e neoplasias, em linha ascendente.

As doenças do aparelho circulatório acometeram mais a população dos 40 a 80 anos, com o percentual de 94,7%. Somente na faixa-etária de mais de 70 anos, o percentual de mortalidade chegou a 56%. Nesse grupo, as maiores prevalências de mortalidade foram as doenças cerebrovasculares, com 38,3%; doenças isquêmicas do coração, com 27,2% (sendo o infarto agudo do miocárdio a que apresenta a maior prevalência das isquemias, com 83,1%); e as doenças hipertensivas, com 14,9%.

Em relação à mortalidade por causas externas, verificou-se que a faixa-etária de 15 a 39 anos representou 66,5% dos óbitos. Neste grupo destacam-se com maior prevalência de mortalidade as agressões, com 51,1%, seguidas pelos acidentes de transporte 22,2% e as quedas, afogamentos e as lesões autoprovocadas intencionalmente com 19,2%.

Quanto à mortalidade por neoplasias, os dados demonstraram que as faixas-etárias mais acometidas foram a partir dos 30 anos até 80 anos ou mais, alcançando um percentual de 92,9%. Analisando a mortalidade geral por neoplasias, concluímos que as neoplasias malignas do sistema digestivo representaram 30,8%, seguidas das neoplasias malignas do aparelho respiratório com 13,4%, e neoplasias malignas do colo de útero com 10,4%. Ao analisar a mortalidade de neoplasias por sexo, constatou-se que no sexo masculino predominam a mortalidade pelas neoplasias malignas do aparelho digestivo, seguidas das neoplasias malignas do aparelho respiratório, enquanto que no sexo feminino, predominaram as neoplasias malignas do colo de útero, em seguida as neoplasias malignas da mama, diferentemente da estatística nacional, em que as neoplasias malignas da mama aparecem em primeiro lugar e no Amazonas são as neoplasias malignas do colo de útero que lideram as estatísticas nas mulheres.

Neste cenário sobre a mortalidade no estado do Amazonas em 2012, prevaleceram as doenças do aparelho circulatório, causas externas e neoplasias, os três grupos que mais apresentaram óbitos, seguindo uma tendência nacional. Isso aponta claramente para a necessidade de estabelecer políticas que respondam de forma satisfatória às mudanças na organização da sociedade brasileira, que traz consigo problemas relacionados às doenças crônicas e o aumento da violência, especialmente nos centros urbanos, cujas diferenças sociais são mais aprofundadas.

Execução Financeira da Saúde no Amazonas

Segundo o Artigo 77, Inciso II e Parágrafo 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os Estados aplicam anualmente, no mínimo, 12% do produto da arrecadação de impostos e transferências nas ações e serviços públicos de saúde. O Amazonas está entre os estados brasileiros que mais investem seus recursos próprios na saúde pública.

Conforme quadro abaixo, nos últimos anos o estado do Amazonas tem aplicado na saúde um percentual sempre superior a 20% do total de recursos arrecadados em impostos e transferências, bem acima do mínimo previsto na Constituição Federal, que é de 12%. Em 2014 esse percentual foi de 22,21% (segundo informações do Sips - 6º Bimestre).

PERCENTUAL DOS RECURSOS PRÓPRIOS APLICADOS EM SAÚDE - AMAZONAS 2010 a 2014

INDICADOR FINANCEIRO	ANO				
	2010	2011	2012	2013	2014
Percentual da Receita Própria Aplicada em Saúde - LC 141/12	20,67	22,18	21,00	22,87	22,21

Fonte: SIPS

SEGURANÇA, JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Segurança Pública

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, concebida em forma de sistema que integra todos os órgãos envolvidos no processo, somando esforços em busca do bem-estar da comunidade. O Sistema é formado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil, Secretaria Executiva Adjunta de Inteligência, Gabinete de Gestão Integrada, Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública, Corregedoria Geral do Sistema de Segurança Pública, Defesa Civil, Departamento Estadual de Trânsito, Conselho Estadual de Segurança Pública, Conselhos Interativos Comunitários de Segurança da Capital e Comitê de Gerenciamento de Crises.

A Segurança Pública é ainda mais abrangente e não se limita somente à política de combate à criminalidade e nem se restringe à atividade policial, como também nas ações de prevenção, orientação e repressão. Realiza também o acolhimento do cidadão por meio de programas sociais como o Pró-Vida, Proerd, Formando Cidadão, Previne, Crack É possível vencer, Santa Bola, Vitória Régia, Estação Polícia Social, Bombeiro Mirim, Salvar, e Ronda Escolar Comunitária, que oferecem serviços sociais diferenciados junto à sociedade, objetivando prevenir a ocorrência de violência e criminalidade.

Manaus, como uma das cidades escolhidas para a sede das Olimpíadas de 2016, buscará minimizar seus problemas de toda ordem que possam divulgar de forma negativa a própria cidade e a imagem do País. Nesse sentido, é necessário a implantação de uma complexa operação de logística e segurança com o objetivo de receber delegações convidadas, autoridades, profissionais de empresas e turistas. Esse megaevento mundial irá exigir principalmente uma segurança pública e privada, a fim de garantir a incolumidade física de todos os envolvidos no processo.

Com o crescimento populacional superior à média das capitais brasileiras, a cidade de Manaus tem 2.020.301 habitantes, segundo fonte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentando um crescimento de 1,92% da população entre 2013 e 2014. A implantação do Programa Todos pela Vida objetiva construir um conjunto de ações articuladas de curto, médio e longo prazo que, definindo e monitorando responsabilidades, busque contribuir para interrupção do crescimento da violência criminosa no Amazonas e iniciar um processo de redução contínua e progressiva de tal violência, especialmente dos crimes contra a vida, com patrulhamento diurno, registrando a presença policial em pontos estratégicos requeridos pela demanda, tendo como plano piloto a zona Oeste de Manaus, em razão do alto índice de ocorrências registradas nessa área.

A questão da Segurança Pública é tratada de forma compartilhada com órgãos das esferas Municipal, Estadual e Federal. E faz isso por meio do Gabinete de Gestão Integrada, um fórum deliberativo e executivo que opera por consenso da maioria, sem hierarquia, e respeitando a autonomia das instituições que o compõem, objetivando a coordenação do Sistema Único de Segurança Pública no Estado, conforme Termo de Convênio celebrado entre o Ministério da Justiça e o Governo do Estado do Amazonas, instituído pela Secretaria Nacional de Segurança Pública - Ministério da Justiça, sendo composto por membros que compõem o ciclo de justiça criminal, defesa social e ordem pública, podendo, conforme a necessidade, convidar outros setores sociais ou partes interessadas.

Como instrumento de fiscalização e acompanhamento das atividades prestadas pelos seus agentes, a Corregedoria Geral do Sistema de Segurança Pública do Estado do Amazonas cumpre importante papel na transparência das ações policiais. Sua característica principal é o controle interno da atividade policial, mediante o gerenciamento de informações relativas à instituição e de interesse da mesma, que possa tomar-se de domínio público interno, externo e misto, a saber: policiais, funcionários, autoridades, órgãos públicos e privados relacionados ao trabalho exercido pela instituição, a sociedade e meios de comunicação. Sabemos que a Corregedoria é instrumento essencial para a política de Segurança Pública. Sem Corregedoria forte, independente e acessível à população, não teremos os mecanismos de controle interno e social da atividade policial. A Lei nº 3.278, de 21 de julho de 2008, institui o regime disciplinar dos servidores do sistema de Segurança Pública, revoga dispositivos da Lei nº 2.271, de 10 de janeiro de 1994, unifica procedimentos aplicáveis à Polícia Civil e ao Departamento de Trânsito, assimila as regras de procedimentos disciplinares na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar.

A Defesa Civil promove a defesa permanente contra desastres naturais, humanos e mistos, conforme classificação adotada pelo Sistema Nacional de Defesa Civil e aprovada pelo Conselho Nacional de Defesa Civil, a Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos, tendo como finalidade prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações atingidas, reabilitar e recuperar áreas deterioradas por desastres, atua em situação de emergência ou calamidade pública e mantém a articulação e a coordenação do Sistema Nacional de Defesa Civil.

O estado do Amazonas tem um dos mais modernos e eficientes sistemas de coleta de informações das ocorrências policiais do país, por meio do sistema Infopol, uma ferramenta tecnológica que permite a geração de estatísticas de toda a capital na hora em que estão ocorrendo. Isso facilita o planejamento e a execução das estratégias de combate da criminalidade, uma vez que a Segurança Pública tem condições de saber, a todo o momento, o mapa das ações criminosas.

ANO	Nº DE VÍTIMAS DE HOMICÍDIOS DOLOSOS - MANAUS	POPULAÇÃO ESTIMADA (IBGE)	TAXA DE HOMICÍDIOS (100.000 Hab.)
2013	728	1.982.177.000	36,4
2014	779	2.020.301.000	38,6
Varição (%)	7,01%		5,9%

Fonte: SISP

Justiça, Direitos Humanos e Cidadania

Com a Lei nº 4.163, de 9 de março de 2015, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Estado, foi criada a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) e a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos passou a denominar-se Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, assumindo as atribuições da Secretaria de Articulação de Políticas Públicas aos Movimentos Sociais (Seap), Secretaria Executiva de Políticas para as Mulheres (SEPM) e o Fundo Estadual da Criança e do Adolescente (Feca).

Essa reestruturação é importante, no sentido de garantir maiores investimentos na melhoria da rede de serviços, tanto na capital como no interior do Estado, visando a ampliação da oferta de vagas no Sistema Prisional e aperfeiçoando a gestão, com a organização dos serviços da justiça e direitos humanos de forma pactuada com os municípios do Estado.

A mudança possibilitará a otimização dos recursos humanos e financeiros, maior participação da iniciativa privada e dos órgãos estaduais e federais na qualificação de presos para o mercado de trabalho, bem como a proteção dos direitos e garantias individuais e de valorização da cidadania, reforçando o compromisso com a defesa intransigente dos Direitos Humanos entre a população do Amazonas.

SOCIAL

A Área Social integra a Política de Assistência Social, Promoção Social, Cultura, Esporte e Lazer.

De acordo com a Lei nº 4.163 de 9 de março de 2015, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do estado do Amazonas, a Política da Área Social foi fortalecida com a implantação do "Programa Todos Pela Vida", que possibilita maior articulação de ações interinstitucionais, promovendo a proteção social dos grupos, famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, com ações multisetoriais para a prevenção e enfrentamento da violência e da criminalidade, bem como para a promoção da melhoria da qualidade de vida.

A alta incidência da violência letal no estado do Amazonas justifica a necessidade de ações multisetoriais articuladas e integradas, no sentido de contribuir para a redução das vulnerabilidades sociais, riscos e violações de direitos, promovendo o referenciamento aos serviços públicos e o empoderamento dos cidadãos.

A democratização do acesso à prática esportiva é uma forma também de inclusão social, com a ampliação de equipamentos e serviços, combinados com a assistência social e cultura na viabilização de eventos e atividades que promovam o desenvolvimento social e humano.

Nos equipamentos da área de assistência social, cultura, esporte e lazer, são ofertados serviços diversificados voltados para famílias, idosos, pessoas com deficiência e demais segmentos, desenvolvendo potencialidades e fortalecendo vínculos familiares e comunitários, proporcionando a emancipação e o protagonismo dos cidadãos, inclusão no mercado de trabalho, estímulo ao lazer, à cultura e ao convívio social, trabalhando para a redução das desigualdades.

O Amazonas dispõe de vários espaços culturais, shopping centers, rede hoteleira, restaurantes de categoria internacional, rede de ensino diversificada, parques ecológicos e espaços de integração social que asseguram qualidade de vida e bem-estar à população. O Estado conta ainda

com diversas opções de turismo, que vão da visita de cavernas e cachoeiras à prática do arvorismo, pesca esportiva, festivais folclóricos e patrimônios históricos.

ECONÔMICA

O panorama econômico variável e sem perspectivas a curto prazo, de melhorias socioeconômicas, permeia todo o país e também o Amazonas. O Polo Industrial de Manaus tem sentido os impactos dessa instabilidade no mercado financeiro internacional que torna o câmbio volátil, desvaloriza a moeda nacional e aumenta o lucro das exportações, na medida em que encarece a compra de insumos importados que, somado a outras determinantes econômicas, como a taxa de juros - a maior do mundo - desregula nossa balança comercial, sem contar a necessidade de enfrentar as barreiras tarifárias e não tarifárias que interferem nas negociações.

Para reverter essa situação, o Governo do Amazonas busca atrair investidores comprometidos com a sustentabilidade ambiental, direcionando esforços para diversificar a economia a partir do desenvolvimento de atividades voltadas ao aproveitamento de recursos naturais nas áreas de agroindústria, bioindústria, fruticultura, turismo, energia, piscicultura, dentre outras potencialidades abundantes na região.

Investimentos estão sendo direcionados a programas de desenvolvimento regional, empreendedorismo, meio ambiente, turismo, ciência, tecnologia e inovação, dentre outros que possibilitem o fortalecimento e reestruturação de matriz econômica do Amazonas.

A política de incentivos fiscais continuará a integrar a programação do Governo, visando fomentar o desenvolvimento da atividade industrial e a geração de emprego e renda.

O estado do Amazonas está dividido em 62 municípios. De acordo com estudos, de um modo geral os solos amazonenses são relativamente pobres, entretanto, verifica-se, principalmente no interior do Estado, uma região propícia à exploração de minerais, como o nióbio, caulim e silvinita. Ainda segundo esses estudos, é no estado do Amazonas que se encontram as três grandes reservas minerais inexploradas do mundo.

A Ciência, Tecnologia e Inovação vem tendo um papel estratégico no desenvolvimento de tecnologias apropriadas às particularidades da região, de maneira a contribuir com a diversificação da economia e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos que habitam na Amazônia, incentivando também a transversalidade na construção das políticas públicas, de forma a difundir e popularizar o conhecimento nos diversos segmentos da sociedade amazonense.

INFRAESTRUTURA

O Governo do Estado do Amazonas apresenta um dos mais representativos volumes de obras e ações já realizadas em todo o Estado, beneficiando tanto a população da capital quanto do interior. São intervenções de todos os tipos, atendendo às mais diversas demandas, desde a recuperação do sistema viário dos municípios, passando pelo saneamento básico, até a recuperação e construção de estradas e vicinais. Tais ações são necessárias para a comunicação entre os municípios e o escoamento da produção rural, cujo volume tem aumentado, gradativamente, e tende a crescer ainda mais com a implantação do Plano Safra Amazonas 2015-2016, idealizado e implantado pelo Governo do Estado. O Plano visa incentivar a produção sustentável, apoiando a vocação econômica de cada região do Estado com políticas públicas voltadas para a produção da mandioca, da fruticultura, de hortaliças, grãos e de culturas industriais - como o guaraná e o cacau; e ainda o setor de piscicultura, considerado como um dos principais pilares do Plano Safra Amazonas.

Para dar suporte e garantir o escoamento da produção, ações estão sendo desenvolvidas visando a elaboração de projetos direcionados à revitalização dos sistemas viários já existentes no interior - na sede e na zona rural dos municípios, e para a construção de novas estradas e vicinais, de modo a garantir a comunicação e a circulação da produção. Também outras ações vêm sendo realizadas para a recuperação das orlas de diversos municípios e na construção de portos que garantam infraestrutura adequada para o transbordo de cargas e passageiros, além de firmar convênios com as prefeituras para atender as demandas mais imediatas de seus municípios.

A área de infraestrutura na Capital, direcionada para o sistema viário, tem o ponto mais malto dessas ações nos trechos 2, 3 e 4 da Avenida das Flores, e nas diversas intervenções viárias realizadas em 2014 e 2015, como as dos Anéis Viários Leste e Sul. São intervenções que buscam a redução dos problemas ocasionados pelo crescente número de veículos em uma cidade carente de alternativas viárias.

Na região Metropolitana, a ação do Estado se faz visível com a duplicação da rodovia "Manuel Urbano", na AM-070, que liga Manaus ao município de Manacapuru, e ainda à Iranduba e Novo Airão. O impacto social e econômico dessa obra é perceptível nos seus primeiros quilômetros, com o crescimento da atividade econômica em Iranduba, que passa a figurar no mapa dos grandes investimentos industriais e imobiliários. Ainda na região Metropolitana, a construção da Cidade Universitária representa um marco no setor educacional.

Na área de infraestrutura, o Governo do Estado tem atuado na melhoria do sistema viário dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Manaus, melhorando a trafegabilidade nas

vias urbanas dos municípios e em suas estradas e vicinais, visando facilitar o escoamento de sua produção rural, especialmente nos municípios de Iranduba, Manacapuru e Novo Airão, que sofreram um grande aumento no fluxo de veículos em decorrência da inauguração da Ponte Rio Negro.

O Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - PROSAMIM, considerado de referência internacional pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e executado pela Unidade Gestora de Projetos Especiais - UGPE, contabilizou até o primeiro semestre de 2015 a inauguração dos igarapés do Franco e Bombeamento, no bairro da Compensa; Sapolândia, no bairro da Alvorada; Igarapé do Bindá, no bairro da União; o Igarapé do Santo Agostinho, entre a Compensa e o bairro de Santo Agostinho; o Parque Rio Negro, na orla do São Raimundo; a Quadra Bairro São Raimundo, a Quadra Bairro Cajual, a Quadra Bairro Liberdade, o Parque Urbano Igarapé da Freira, e a 2ª fase do complexo viário do Quarenta.

As intervenções viárias realizadas pelo PROSAMIM, nas margens do Igarapé do Franco, foram de extrema importância para o tráfego de veículos naquela região da cidade, com a construção de pontes e de um sistema viário inteiramente novo na margem esquerda daquele Igarapé. Além das novas pontes construídas sobre o Igarapé do Franco, o Governo do Estado também construiu, por meio do PROSAMIM, uma quarta ponte sobre o Igarapé do São Raimundo, interligando o novo viário da Avenida Brasil, na Compensa, com o Boulevard Álvaro Maia, no Centro, aumentando assim as alternativas viárias entre o Centro e a região Oeste de Manaus.

Em razão do seu sucesso, o Prosimim começou a ser replicado para outras áreas, inclusive para o interior do Estado. Na capital foram iniciadas as obras do programa Prosimim CAF, financiadas pela Cooperação Andina de Fomento - CAF, nos Igarapés do Sesc e Sharp, e os reassentamentos dos Igarapés São Sebastião e Bindá, que estão em fase de licitação e terão suas obras iniciadas no início de 2016. No município de Maués, foram iniciadas as obras do programa Prosimimaués, com recursos provenientes do BID. A seleção dessas áreas de intervenção foi baseada na relação custo/benefício socioambiental, considerando a densidade populacional da área e a gravidade de seus problemas sociais e ambientais.

Além disso, encontram-se em fase de planejamento e contratação, junto a instituições financiadoras, as obras do Sistema Viário da Cidade Universitária - CIDU, a duplicação da Estrada AM-010, do trecho de Manaus até o Rio Preto da Eva, as obras do Igarapé do Crespo e a revitalização das orlas dos municípios de Parintins e Boca do Acre.

Mesmo com esse volume de obras, a Pesquisa de Consulta à Sociedade registra as demandas nos vários segmentos da infraestrutura, principalmente, nos municípios do Interior, tais como:

Saneamento Básico

- ✓ Instalação de esgoto de esgotos com tratamento antes de despejos nos rios;
- ✓ Implantação de aterro sanitário;
- ✓ Criação de centro de aproveitamento de lixo urbano e coleta seletiva;
- ✓ Construção de fossa séptica;
- ✓ Construção de poços artesianos na zona rural;
- ✓ Ampliação do fornecimento de água potável;
- ✓ Construção, ampliação e recuperação de muro de arrimo nas orlas das cidades;
- ✓ Drenagem e recuperação de Igarapés.

Sistema Viário, Urbanização e Transporte

- ✓ Pavimentação das ruas das cidades;
- ✓ Ampliação e melhoria das estradas que interligam a capital aos municípios;
- ✓ Construção de meio-fio, calçadas e sarjetas;
- ✓ Abertura e recuperação de estradas vicinais;
- ✓ Construção, ampliação e reforma de aeroportos e portos;
- ✓ Construção de pontes que interliguem os bairros;
- ✓ Construção de parques.

Habitação

- ✓ Incentivo à aquisição da casa própria;
- ✓ Construção de casas populares;
- ✓ Erradicação das palafitas ao longo da orla fluvial;
- ✓ Adoção de medidas que impeçam invasões.

MEIO AMBIENTE

O Governo do Amazonas tem buscado implementar a política estadual de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, por meio de gestão integrada estruturada em diferentes eixos

ambientais, como os recursos pesqueiros, florestais, áreas protegidas (Unidades de Conservação), recursos hídricos, mudanças climáticas e monitoramento ambiental. Esses eixos permitem elencar prioridades de atuação com abordagem na gestão territorial, apoio à regularização ambiental e fundiária, desenvolvimento de capacidades das populações residentes e usuárias de unidades de conservação, assegurando o desenvolvimento equilibrado, aliando conservação e manejo dos recursos naturais, sem deixar de lado os instrumentos de comando e controle; e também a articulação com os demais órgãos de governo e sociedade civil, para a geração de benefícios sociais. Destacam-se ainda as ações integradas e avanços na política de meio ambiente do Amazonas, como a Política de Mudanças Climáticas, que instituiu o Programa Bolsa Floresta (pagamento por serviços ambientais aos moradores das unidades de conservação por desmatamento zero), e a implementação de um Projeto de Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma, unidade de conservação de categoria de uso sustentável; o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) que estabelece diretrizes para a criação, implantação e manutenção de 42 Unidades de Conservação Estaduais, com aproximadamente 19 milhões de hectares e 15 mil pessoas moradoras. Nas Unidades, as populações vivem do extrativismo vegetal, como a castanha-do-brasil, borracha (seringa), óleos, madeira e, também, da pesca de subsistência e comercial, a exemplo do pirarucu manejado.

Também tem sido priorizada a implantação de projetos de Universalização de Água Potável para as populações de baixa renda, assim como a realização de esforços no gerenciamento de resíduos sólidos, visando o controle e a extinção das áreas de deposição irregular e a implantação de aterros sanitários, em atuação conjunta com os municípios para a elaboração dos Planos Municipais de Resíduos Sólidos, em parceria com diferentes instituições.

No que diz respeito ao controle e prevenção do desmatamento, o Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento no Amazonas (PPCD-AM), desde 2009 tem balizado as iniciativas do Estado para a diminuição do desmatamento, em parceria com agentes das diferentes esferas de governo.

Gestão de Unidades de Conservação

Para o cumprimento da agenda institucional voltada à gestão e implantação das 42 Unidades de Conservação (UC) estaduais, conforme preceitua a Lei Complementar Estadual nº. 53/2007, de 5 de junho de 2007, e com o intuito de otimizar os esforços para gestão das UCs, foram firmadas parcerias com instituições não governamentais e governamentais importantes e atuantes na área socioambiental e territorial do Estado. Destacam-se nesse contexto as parcerias firmadas desde 2004 com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), para a execução de dois importantes projetos: Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Programa Arpa) e o Projeto Corredores Ecológicos (PCE).

Das 42 UCs estaduais, 29 possuem planos de gestão publicados, que são primordiais na implementação das ações de fortalecimento da gestão participativa e no desenvolvimento de ações com vistas ao uso dos recursos naturais, visando a geração de renda e, consequentemente, a melhoria da qualidade de vida das populações residentes nas UCs.

O Governo do Estado apoia a realização de atividades de geração de renda em 33 Unidades de Conservação estaduais de uso sustentável, visando desenvolver as cadeias produtivas para o incremento da renda dos moradores e usuárias das Unidades, tais como: castanha, madeira, óleos e sementes, borracha, produtos agrícolas, pescado e criação animal, com destaque para as atividades extrativas.

O manejo do pirarucu é uma das atividades de maior destaque na geração de renda em UCs estaduais de Uso Sustentável, além de proporcionar a recuperação dos estoques dessa espécie. Atualmente, essa atividade é realizada em cinco Reservas de Desenvolvimento Sustentável do Estado (RDS Mamirauá, Amanã, Piagaçu-Purus, Uacari e Cujubim) e na Floresta Canutama.

A piscicultura é uma atividade estratégica para o desenvolvimento socioeconômico do estado do Amazonas, assim como de toda a região amazônica. Dos 1.200 empreendimentos aquícolas licenciados, 12% são em Unidades de Conservação estadual de uso sustentável.

Tendo como premissa a valorização das populações tradicionais como parceiros na conservação das riquezas naturais e culturais da Amazônia, foi criado em 2006 o Programa de Monitoramento da Biodiversidade e do Uso dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas (ProBUC), por meio do qual os moradores das UCs são capacitados para atuarem como monitores da biodiversidade, contribuindo de forma participativa na geração de conhecimento para a gestão das Unidades de Conservação.

O Programa de Pesquisa em Unidades de Conservação (PIPUC) desempenha papel estratégico na geração de conhecimento nas Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas e, o Programa Agente Ambiental Voluntário tem como finalidade capacitar e apoiar a formação de comunitários, de forma contínua, para desenvolver ações de mobilização comunitária nas Unidades de Conservação do Amazonas (UC), mediante soluções para os problemas socioambientais;

Gestão de Resíduos Sólidos

Com o objetivo de acompanhar a implementação no Estado do Amazonas da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), apoiar e analisar os produtos gerados durante o desenvolvimento dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, a política municipal, estadual e metropolitana de resíduos sólidos, foi criado o Comitê Consultivo Estadual de Gestão de Resíduos Sólidos (CEGRS), órgão colegiado multidisciplinar de natureza técnico-científica e consultiva. O governo do Amazonas, como resultado do trabalho em cooperação com os municípios, destacou-se no cenário nacional pela entrega em agosto de 2012 dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de 59 dos 62 municípios do Estado.

Gestão de Recursos Hídricos

O Governo do Amazonas propôs parcerias com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), Agência Nacional de Águas (ANA), Serviço Geológico do Brasil (CPRM), Ministério da Integração Nacional, Ministério de Desenvolvimento Social, entre outros parceiros no âmbito do Governo Federal, Estadual e Municipal. Isso resultou na assinatura do Decreto Estadual nº 34.059, de 9 de outubro de 2013, que dispõe sobre a adesão do estado do Amazonas ao Pacto Nacional pela Gestão das Águas, o "Progestão", estabelecido pela Resolução ANA nº. 379, de 21 de março de 2013. Esse Pacto promove o estabelecimento de metas de cooperação federativa e desenvolvimento institucional acordadas com a União, por intermédio da Agência Nacional de Águas, e aprovadas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Amazonas.

Em parceria com o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), e com a intervenção da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente (SRHU/MMA), a Secretaria do Meio Ambiente está conduzindo os preparativos para a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos do estado do Amazonas (PERH/AM), que deverá observar a Lei Estadual nº 3.167 de 2007, a Lei Federal 9.433 de 1997, assim como a Resolução CNRH nº 145 de 2012, especialmente no que se refere ao conteúdo mínimo dos planos de recursos hídricos.

O Projeto "Água para Todos", no Amazonas, tem a finalidade de promover a universalização do acesso à água para consumo humano das famílias rurais que vivem com uma renda *per capita* abaixo de R\$ 140,00, em condições de vulnerabilidade social e/ou extrema pobreza, bem como de famílias mais suscetíveis ao isolamento durante o período da seca. No total, o projeto beneficiará diretamente 20.600 famílias, cerca de 103.000 moradores distribuídos em 30 municípios do Estado nas calhas dos rios Amazonas, Juruá, Negro, Solimões e Purus.

Compensação Ambiental

Está em tramitação um projeto de lei para instituição, normatização, discriminação de competências e ampliação do colegiado paritariamente para 14 membros da Câmara Estadual de Compensação Ambiental, que passará a ser denominada Câmara Técnica Estadual de Compensação Ambiental (CTECA). A CTECA será o órgão consultivo e deliberativo de natureza permanente do Governo do Amazonas, de caráter multidisciplinar, técnico-científico e decisório, com a finalidade de acompanhar, monitorar e dispor sobre implementação da obrigatoriedade da compensação ambiental para as atividades e empreendimentos geradores de significativo impacto ambiental no Estado do Amazonas. Em 2015 foram arrecadados recursos de compensação ambiental definidos pelo Comitê de Compensação Ambiental Federal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - CCAFI/IBAMA de dois empreendimentos, sendo um na Usina Hidrelétrica Teles Pires Paranaíba-MT e Jacarecanga-PA e Linha Tucuruí (Linha de Transmissão Oriximiná - Silves - Eng. Lechuma - Manaus, Lote C), no valor total de R\$ 1.737.930,55.

Dos empreendimentos licenciados no âmbito estadual, quatro processos de compensação ambiental estão com Planos de Aplicação de Compensação Ambiental a serem executados diretamente pelo empreendedor e cinco processos com compensação ambiental estão em fase de análise.

O Governo do Amazonas e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) celebraram um Termo de Cooperação Técnica visando a proposição de um mecanismo operacional e financeiro com vistas à consolidação e sustentabilidade das unidades de conservação do estado do Amazonas, em consonância com a Lei Federal nº. 9.985/2000-SNUC. O desenho do mecanismo financeiro será um passo essencial para agilização da execução dos recursos de compensação ambiental, bem como para seu monitoramento e fiscalização pela CTECA e os órgãos de controle.

Zoneamento Ecológico Econômico

O zoneamento ecológico-econômico (ZEE) é um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente que tem como objetivo viabilizar o desenvolvimento sustentável, por meio do desenvolvimento socioeconômico agregado à proteção ambiental. Em cumprimento à Lei Federal

nº 12.651 de 25 de maio de 2012, que estabelece o prazo de cinco anos para que todos os estados elaborem e aproveiem seus ZEEs, o Amazonas tem empenhado esforços para atingir a meta até o ano de 2018.

Cadastro Ambiental Rural

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é o registro público eletrônico das informações ambientais dos imóveis rurais. Seu objetivo é promover a identificação e a integração das informações ambientais das propriedades e posses rurais, visando o planejamento ambiental, monitoramento, combate ao desmatamento e regularização ambiental. Existem aproximadamente 70 mil imóveis rurais passíveis de cadastro. As áreas prioritariamente a serem atendidas concentram-se na região Metropolitana de Manaus e na região Sul do Estado.

Centro Integrado de Monitoramento Ambiental

O Centro Integrado de Monitoramento Ambiental (Cima) foi concebido para funcionar como um centro de gestão de informação ambiental, com a finalidade de integrar informações e ações de diferentes órgãos públicos para o controle e monitoramento ambiental, ordenamento e gestão do território e dos recursos naturais. O Cima subsidiará tomada de decisões na operação de curto prazo, por meio do acompanhamento das condições hidrológicas dos principais sistemas hídricos nacionais, de modo a identificar possíveis ocorrências de eventos críticos, permitindo a adoção de medidas preventivas e mitigadoras.

INTERIORIZAÇÃO DA ECONOMIA

A história da agropecuária no Amazonas se confunde com o seu processo de colonização, onde o extrativismo sempre esteve presente, contribuindo significativamente para a economia do Estado, a exemplo da produção da borracha, cacau, sorva, castanha do Brasil e outros de igual importância. As mudanças na matriz econômica do Estado, com o advento da Zona Franca de Manaus, provocaram mudanças espetaculares nas dinâmicas socioeconômicas, socioambientais e sociopolíticas do Estado.

Na Zona Rural, onde o processo de ocupação e uso dos recursos naturais se deu de forma desordenada, é necessário que se façam intervenções inteligentes que possam mitigar as graves questões econômicas, sociais e ambientais resultantes.

Isto posto, o Governo do Amazonas se propõe a enfrentar o desafio de reordenar o Sistema de Produção Rural do Estado, interagindo com as políticas públicas do Governo Federal voltadas para o setor, compartilhando com os outros subsistemas no âmbito da ciência e tecnologia; fomento rural; crédito rural; agroindústria; apoio à comercialização; infraestrutura e logística; e da sociedade organizada, buscando fomentar melhores condições de vida aos homens e mulheres do campo, com a criação de novas fontes de renda para esses produtores que moram em localidades distantes, visando elevar o nível social e cultural das pessoas que vivem na zona rural do Estado.

Nesse contexto, com o lançamento do Plano Safra 2015-2016, serão alavancadas as atividades produtivas, prioritariamente, a piscicultura, fruticultura, culturas industriais, hortaliças, pecuária, fibras, borracha e castanha, envolvendo todos os aspectos, da produção ao beneficiamento, com agregação de valor aos produtos agropecuários e florestais, desde insumos para a correção do solo, mecanização, assistência técnica, crédito agrícola e apoio, para que essa produção chegue ao mercado e melhore a renda de centenas de famílias que vivem da atividade, sobretudo, no interior do Estado.

PLANEJAMENTO E GESTÃO

Planejamento e Gestão

A temática Planejamento e Gestão tem por objetivo a implementação de instrumentos de planejamento governamental visando a efetividade das políticas públicas, promovendo o desenvolvimento socioeconômico do estado do Amazonas com a melhoria da qualidade dos serviços públicos, buscando a modernização da gestão dos órgãos do governo e a eficiência dos gastos públicos.

Nesse contexto, diante das demandas sociais que se apresentam ao estado do Amazonas, o governo vem desenvolvendo ações que incentivam a melhoria do serviço público, com a racionalização dos gastos e medidas que promovam a eficácia e a qualidade elevada desses serviços.

Com esse objetivo, ações para a consolidação de vários sistemas de tecnologia da informação foram mantidas, as quais vêm otimizando a gestão pública, com ferramentas que permitem agilidade e segurança nas informações, facilitando o acompanhamento do uso dos recursos públicos. Como resultado disso, são utilizados os sistemas: Correio Institucional - Expresso Livre, o Diário Oficial Eletrônico, o Controle de Patrimônio - Ajuri Patrimônio, Controle Total da Frota - CTF e Sistema de Controle de Diárias e Passagens - SCDP.

Resalta-se o aumento nos números de acesso ao Portal de Legislação de Recursos Humanos do Estado - RHNet, o qual vem facilitando a disseminação da informação de normativos estaduais e federais no que se refere à Política de Pessoal na esfera pública.

De igual modo, enfatiza-se o Sistema de Informações Governamentais do Amazonas - e-SIGA, que disponibiliza informações completas sobre o desempenho e projetos desenvolvidos pelos órgãos da rede pública do Estado. Além de ser uma importante ferramenta de controle, também se torna um excelente canal de comunicação com a sociedade e cidadãos, pois é aberto ao público em geral e acessado por servidores do Estado por meio de senha.

Outro destaque é o Sistema de Avaliação de Serviços de Bens e Informática - SASBI por ser uma ferramenta concebida para proporcionar aos órgãos do governo maior rapidez e confiabilidade na obtenção de parecer técnico para as aquisições de bens e serviços de informática e telecomunicações no âmbito do poder executivo do estado do Amazonas.

Destaca-se ainda o Sistema de Cadastro de Empresas Incentivadas do Polo Industrial de Manaus desenvolvido pelo Governo do Estado do Amazonas - CEIPIM. O cadastro define a coleta de informações relativas ao investimento, mão de obra, origem do capital, aquisição de insumos, faturamento, produção e vendas, informações sobre custos, tributos, custos com transportes e benefícios sociais. Essas informações compõem o banco de dados que tem por meta subsidiar a formulação de políticas públicas e fortalecer os mecanismos de acompanhamento das empresas incentivadas.

Ademais, o Amazonas foi um dos pioneiros no país na aplicação da Rede Nacional para Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM, sistema que as Juntas Comerciais do Brasil criaram para facilitar a vida dos empreendedores e órgãos competentes. Os processos de abertura, alteração e fechamento de negócios no Amazonas agora são iniciados pela internet. A modernização do cadastro na Junta Comercial do Estado (Jucea) veio com o site Empresa Super Fácil, serviço que reduz a burocracia para empreendedores, amplia o controle sobre a arrecadação de impostos e gera maior segurança nos dados empresariais. O serviço unifica a legalização em todos os órgãos de registro e licenciamento, criando um cadastro único para empresas.

Todo esse arcabouço vem permitindo alcançar a eficiência, eficácia e efetividade da ação do Estado, sem um aumento dos custos dessas ações, viabilizando um maior enfoque nas ações objetivas do Estado, sem descuidar do gerenciamento e controle na atividade-meio.

Outrossim, o governo vem executando o Programa de Capacitação do Servidor Público, promovendo ações que visam potencializar os recursos humanos do executivo estadual, com enfoque na alteração da cultura organizacional, para permitir ao servidor público desempenhar suas funções e atender as necessidades da população de forma mais profissional e humanizada no atendimento das expectativas do usuário final dos serviços.

Concerente à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), o governo direcionará os recursos disponíveis à massa crítica do Amazonas em busca de respostas aos desafios técnicos, científicos formulados pelas cadeias produtivas dos setores relevantes para diversificar e fortalecer sua matriz econômica.

Admitindo-se que a matéria-prima mais importante para a gestão da Ciência e Tecnologia é a inteligência humana, cabe ao órgão de CT&I fornecer os insumos necessários para estimular, ampliar e subsidiar essa inteligência, fornecendo concretude à criatividade em benefício da sociedade. Não se trata apenas de oferecer subsídios para a formação superior e/ou especializações subsequentes, na identificação de soluções aplicáveis ao cotidiano das pessoas, mas também de estimular a ciência, a cultura do empreendedorismo e de inovação em crianças e jovens do ensino fundamental e médio para a continuidade do processo.

Essa combinação de apoio focado sobre a inteligência humana é verdadeiramente de estímulo à ascensão social, e deve respaldar-se em uma permanente discussão com os diversos segmentos econômicos, sociais, instituições de ensino e pesquisa, além de órgãos governamentais, para que se construam convergências de opiniões voltadas para o desempenho focado em resultados mais concretos e imediatos. Essas articulações tornam-se possíveis com a inserção da CT&I na temática de planejamento, construindo assim um ambiente de inovação, tendo como base a integração de segmentos econômicos com o desenvolvimento da ciência.

LEGISLATIVA, CONTROLE EXTERNO E JUDICIÁRIO

No Brasil, três poderes formam os pilares da democracia: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, divididos em suas respectivas esferas de atuação. O Executivo e o Legislativo são observados na União, nos Estados e nos Municípios. Já o Poder Judiciário é de natureza federal e estadual. O Poder Legislativo exerce três funções primordiais para o estabelecimento de uma sociedade, que é representar a população, legislar e fiscalizar a aplicação de recursos públicos.

A Assembleia Legislativa tem funções especiais que se relacionam com o interesse público. Nas normas constitucionais, existem alguns agentes políticos que são legitimados para iniciar o processo legislativo, ou seja, são pessoas ou órgãos que podem apresentar projetos de lei à Assembleia Legislativa e são exercidos por qualquer deputado estadual, qualquer Comissão da Assembleia Legislativa, pelo governador do Estado, pelo Tribunal de Justiça, pelo Procurador Geral de Justiça e pelo Tribunal de Contas.

No Amazonas, a ampliação e modernização da infraestrutura física da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça e do Ministério Público do Estado possibilitaram maior eficiência e agilidade nos serviços oferecidos por esses órgãos.

O Tribunal de Contas do Estado é responsável pelo controle de bens e recursos públicos estaduais, promovendo a ética na gestão pública, visando garantir o exercício pleno da cidadania da população. Tem a competência constitucional de fiscalizar e julgar a boa e regular aplicação dos recursos públicos pelos administradores e demais responsáveis, auxiliando a Assembleia Legislativa do Estado no exercício do controle externo.

Em cumprimento a sua missão institucional, vem buscando, em seu processo de melhoria contínua, uniformizar procedimentos e aprimorar a agilidade e qualidade das suas auditorias e julgamentos, mediante o investimento no aperfeiçoamento do controle externo para melhorar a prestação do serviço junto à sociedade e o desenvolvimento institucional, nele inclusa a melhoria da qualidade e agilidade dos serviços prestados.

Apenas o viés repressor do Tribunal, por meio de suas auditorias, não tem sido suficiente para contribuir com o aperfeiçoamento da Administração Pública em benefício do estado do Amazonas. Tornou-se necessário reforçar a atuação pedagógica e preventiva, a fim de evitar que irregularidades ocorram e culminem em prejuízos aos cofres públicos, mas sem deixar de lado as suas atribuições constitucionais de coibir os desperdícios, as fraudes e os desvios de recursos públicos.

A Escola de Contas é o meio pelo qual o Tribunal busca desenvolver estudos relacionados às técnicas de controle da Administração Pública, ao planejamento e execução de ações destinadas à capacitação e ao aperfeiçoamento dos servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, assim como o treinamento de gestores e técnicos pertencentes aos órgãos jurisdicionados e a setores da sociedade civil organizada.

O Tribunal de Justiça do Amazonas nas últimas décadas, visando melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade amazonense, vem realizando diversas adequações em procedimentos e investimentos em pessoal, infraestrutura e tecnologia, buscando sempre a promoção da justiça. Em razão do amplo crescimento da demanda pelos serviços judiciais no estado do Amazonas, o Tribunal de Justiça investe na expansão da sua estrutura, aumentando a quantidade de Varas Especializadas e Juizados Especiais. Exemplo desse investimento são as criações dos Fóruns Desdor. Azarias de Menescal e Desdor. Lúcio Fontes de Rezende, situados nas regiões Leste e Norte da cidade de Manaus, respectivamente, buscando aproximar da comunidade os serviços e a celeridade nas sentenças proferidas.

Pensando sempre na qualidade da atividade jurisdicional, o Tribunal de Justiça do Amazonas vem desenvolvendo novos projetos de investimentos com a criação de novos Fóruns, melhoria da estrutura das comarcas do interior e também na sua capacidade administrativa. Paralelamente, investimentos na área de tecnologia da informação, com a implementação de sistemas automatizados no controle e manipulação dos processos judiciais, tornam o trâmite processual mais célere, aumentando a eficiência do Poder Judiciário Estadual, satisfazendo desta forma às determinações do órgão fiscalizador central do Poder Judiciário Nacional, o Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Estão sendo também realizados investimentos na qualificação de pessoal, assim como concursos públicos para o aumento do quantitativo de servidores, buscando atender à demanda das várias unidades que compõem a estrutura do Poder Judiciário Estadual.

ESTIMATIVA DAS DESPESAS



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Estimativa da Despesa por Área Temática

ÁREA TEMÁTICA	2016	2017-2019	TOTAL	%
Meio Ambiente	31.372.000	103.576.000	134.948.000	0,19
Saúde	1.243.557.600	4.093.066.004	5.337.214.264	7,63
Educação	1.242.175.041	4.138.102.755	5.378.277.796	7,69
Segurança, Justiça, Direitos Humanos e Cidadania	444.205.514	1.171.775.862	1.615.981.376	2,31
Social	293.974.186	936.324.840	1.220.299.026	1,74
Infraestrutura	917.293.000	2.965.421.000	3.902.714.000	5,58
Econômica	120.585.400	434.585.800	555.170.900	0,79
Planejamento e Gestão	11.041.130.000	36.458.164.425	47.499.294.425	67,92
Interiorização da Economia	71.865.000	236.666.000	306.531.000	0,44
Legislativa, Controle Externo e Judiciário	921.626.000	3.063.625.819	3.985.251.819	5,70
TOTAL	16.317.783.743	53.619.928.865	69.937.712.608	100,00



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Estimativa da Despesa por Fonte de Recurso

FONTE DE RECURSO	2016	2017-2019	TOTAL	%
100 - Recursos Ordinários	8.206.494.000	27.015.412.000	35.221.906.000	50,36
115 - Alienação de Bens	1.000.000	3.293.000	4.293.000	0,01
116 - Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Superior	315.072.000	1.097.204.000	1.352.276.000	1,93
117 - Contribuição para Infraestrutura Básica, Econômica e Social	105.000.000	345.653.000	450.653.000	0,64
121 - Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	1.840.000.000	6.067.188.000	7.897.188.000	11,29
127 - Cota-parte da Contribuição do Salário-Educação	70.000.000	230.438.000	300.438.000	0,43
130 - Cota-parte da Contribuição da Intervenção do Domínio Econômico	3.450.000	11.358.000	14.808.000	0,02
140 - Indenização pela Utilização de Recursos Hídricos e Exploração de Recursos Minerais	10.600.000	34.896.000	45.496.000	0,07
145 - Recursos do Royalties sobre o Petróleo	218.000.000	700.033.000	918.033.000	1,31
146 - Recursos do FUNDEB	1.550.000.000	5.102.535.000	6.652.535.000	9,51
150 - Outras Transferências de Recursos Federais	34.032.000	112.034.000	146.066.000	0,21
155 - Recursos de Transferência Financeira LC 87/98	11.732.000	38.871.000	50.603.000	0,07
160 - Recursos do FFI	901.278.000	2.959.738.000	3.861.016.000	5,52
170 - Recursos do FMPES	90.550.000	298.088.000	388.638.000	0,56
201 - Recursos Diretamente Arrecadados	233.900.000	790.108.000	1.024.008.000	1,46
210 - Acordos - PEPSI-COLA	1.000.000	3.293.000	4.293.000	0,01
211 - Acordos - RECOFARMA	3.000.000	9.877.000	12.877.000	0,02
220 - Transferências para Investimento em Desenvolvimento Social - AMBEV	1.000.000	3.293.000	4.293.000	0,01
230 - Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	501.240.000	1.650.062.000	2.151.302.000	3,08
240 - Transferências do FNAS	1.000.000	3.293.000	4.293.000	0,01
250 - Transferências do FNDE	125.000.000	411.496.000	536.496.000	0,77
261 - Fundo Financeiro - RPPS	369.171.000	1.261.137.000	1.670.308.000	2,39
262 - Fundo Previdenciário - RPPS	401.800.000	1.322.711.000	1.724.511.000	2,47
271 - Operações de Crédito Internas	262.000.000	785.179.000	1.037.179.000	1,48
275 - Operações de Crédito Externas	372.000.000	1.212.511.000	1.584.511.000	2,27
280 - Convênios	299.630.000	979.766.000	1.279.416.000	1,83
285 - Outras Fontes	160.150.000	527.206.000	687.356.000	0,98
295 - Transferências de Entidades Internacionais	15.000	45.000	60.000	0,00
296 - Doações de Pessoas ou Instituições Privadas Nacionais	60.000	192.000	252.000	0,00
297 - Doação para o Programa Social de Desenvolvimento Humano	1.000.000	3.293.000	4.293.000	0,01
591 - Plano de Despesa das Estatais	37.823.743	80.256.855	118.080.608	0,17
592 - Agência de Fomento do Estado do Amazonas	116.000.000	422.356.000	538.356.000	0,77
693 - Parcerias - União	3.000.000	10.200.000	13.200.000	0,02
694 - Parcerias - Estados	61.936.000	162.582.000	224.518.000	0,32
697 - Parcerias - Outros	4.787.000	14.361.000	19.148.000	0,03
TOTAL	16.317.783.743	53.619.928.865	69.937.712.608	100,00



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Estimativa da Despesa por Grupo de Despesa

GRUPO DE DESPESA	2016	2017-2019	TOTAL	%
Pessoal e Encargos Sociais	6.485.421.000	21.348.814.000	27.834.235.000	39,80
Juros e Encargos da Dívida	410.942.000	1.352.806.000	1.763.748.000	2,52
Outras Despesas Correntes	6.520.131.000	21.515.996.000	28.036.127.000	40,09
Investimentos	1.595.184.000	5.148.761.000	6.743.925.000	9,64
Inversões Financeiras	10.000	30.000	40.000	0,00
Amortização da Dívida	438.924.000	1.444.919.000	1.883.843.000	2,69
Não orçamentária	223.549.743	689.755.865	913.305.608	1,31
Reserva de Contingência	643.642.000	2.118.847.000	2.762.489.000	3,95
TOTAL	16.317.783.743	53.619.928.865	69.937.712.608	100,00



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Estimativa da Despesa por Programa

PROGRAMA	2016	2017-2019	TOTAL	%
- AMAZONAS CULTURAL	103.535.000	343.496.000	447.031.000	0,64
- AMAZONAS EMPREENDEDOR	110.924.400	402.774.500	513.698.900	0,73
- AMAZONAS INDÍGENA	1.858.400	6.209.700	8.068.100	0,01
- AMAZONAS 2020	513.282.000	1.701.952.000	2.215.234.000	3,17
- APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DO SUS	3.669.400	12.073.001	15.742.401	0,02
- ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	157.984.000	520.085.000	678.069.000	0,97
- ASSISTÊNCIA SOCIAL NO AMAZONAS	71.818.000	236.261.000	308.069.000	0,44
- ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO AMAZONAS	7.405.000	24.352.000	31.757.000	0,05
- ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO	899.657.200	2.961.596.825	3.861.254.025	5,52
- ATUAÇÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA	149.361.201	222.425.587	371.786.788	0,53
- ATUAÇÃO LEGISLATIVA	247.381.000	814.364.281	1.061.745.281	1,52
- CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	982.000	8.434.600	10.416.600	0,01
- CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS	173.578.000	582.576.000	756.154.000	1,08
- DEFESA JURÍDICA DO ESTADO	2.044.000	6.748.000	8.792.000	0,01
- DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS (RMM)	111.577.000	419.849.967	531.426.967	0,76
- DESENVOLVIMENTO E GARANTIA DA ATUAÇÃO INSTITUCIONAL	36.464.000	120.650.536	157.114.536	0,22
- DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO AMAZONAS	256.318.743	734.421.855	990.740.608	1,42
- EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE	762.641.000	2.631.833.000	3.414.474.000	4,88
- EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	64.319.000	210.753.000	275.072.000	0,39
- EDUCAÇÃO SUPERIOR	218.130.200	715.538.154	933.668.354	1,33
- FOMENTO E APOIO A INICIATIVAS DE PESQUISAS CIENTÍFICAS, TECNOLÓGICAS E INOVAÇÃO NO ESTADO DO AMAZONAS	98.487.000	324.455.650	422.942.650	0,60
- FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE E GESTÃO DE POLÍTICAS ESTRATÉGICAS E TRANSVERSAIS	691.000	2.274.000	2.965.000	0,00
- GESTÃO ADMINISTRATIVA, FISCAL, FINANCEIRA E CONTÁBIL	31.080.184	111.290.100	142.370.284	0,20
- GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.699.213	35.642.763	46.341.976	0,07
- GESTÃO E MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	168.000.000	554.000.000	720.000.000	1,03
- GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	48.429.273	147.719.680	196.148.953	0,28
- GESTÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	173.000.000	567.626.250	740.626.250	1,06
- GESTÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	191.350.410	606.683.894	798.034.304	1,14
- HABITAÇÃO	32.088.000	73.010.000	105.098.000	0,15
- INVESTIMENTO EM SAÚDE	167.295.000	550.720.838	718.016.838	1,03
- MAIS JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	21.667.770	68.334.747	91.002.517	0,13
- MEIO AMBIENTE	31.372.000	103.576.000	134.948.000	0,19
- OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	25.400.000	76.230.000	101.630.000	0,15
- OPERAÇÕES ESPECIAIS:	28.178.719	81.478.593	109.656.312	0,16
- CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS				
- OPERAÇÕES ESPECIAIS:	121.100.000	433.693.000	554.798.000	0,79
- GERENCIAMENTO DOS ENCARGOS GERAIS DO ESTADO				



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Estimativa da Despesa por Programa

PROGRAMA	2016	2017-2019	TOTAL	%
OPERAÇÕES ESPECIAIS:	5.010.000	16.030.000	20.040.000	0,03
PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO CAPITAL DAS EMPRESAS ESTATAIS				
OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇOS DA DÍVIDA INTERNA E EXTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÃO)	949.866.000	2.605.568.000	3.655.434.000	5,23
OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	2.313.785.000	7.591.818.000	9.895.583.000	14,15
POLÍTICA E GESTÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO AMAZONAS	3.826.000	13.281.000	17.109.000	0,02
PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL DA DEFESA E DA CIDADANIA	10.482.650	34.548.875	45.031.525	0,06
PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL DO 1.º GRAU NA JUSTIÇA ESTADUAL	337.201.000	1.120.629.000	1.457.830.000	2,08
PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL DO 2.º GRAU E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ESTADUAL	124.936.000	418.658.000	543.595.000	0,78
PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO ESTADO	1.469.819.000	4.693.564.233	6.383.403.233	9,13
PROGRAMA DE APOIO À GESTÃO DA FUNDAÇÃO AMAZONPREV	27.230.000	81.815.539	109.045.539	0,16
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	4.955.074.944	16.570.327.951	21.525.402.895	30,78
PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS	219.444.000	702.511.000	921.955.000	1,32
PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DO INTERIOR DO AMAZONAS	40.902.000	88.098.033	129.000.033	0,18
PROMOÇÃO, DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	53.252.990	166.618.870	219.871.860	0,31
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	9.661.000	31.811.000	41.472.000	0,06
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	643.642.000	2.118.847.000	2.762.489.000	3,95
SISTEMA PENITENCIÁRIO	7.821.000	26.627.000	34.448.000	0,05
TELECOMUNICAÇÃO E RADIODIFUSÃO PARA CULTURA E ENSINO A DISTÂNCIA	11.064.841	23.976.601	35.063.442	0,05
TERRA PRODUTIVA	71.865.000	256.666.000	308.531.000	0,44
TODOS PELA VIDA	68.849.205	227.246.330	296.095.535	0,42
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	14.260.000	46.937.000	61.197.000	0,09
TOTAL	16.317.783.743	53.619.928.865	69.937.712.608	100,00



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Estimativa da Despesa por Função

FUNÇÃO	2016	2017-2019	TOTAL	%
Legislativa	476.635.000	1.569.056.707	2.045.691.707	2,93
Judiciária	601.559.000	2.000.462.000	2.602.021.000	3,72
Essencial à Justiça	282.751.000	930.802.000	1.213.553.000	1,74
Administração	714.244.000	2.332.204.607	3.046.448.607	4,36
Segurança Pública	1.587.824.281	5.229.941.000	6.817.765.281	9,75
Assistência Social	113.613.000	373.995.000	487.608.000	0,70
Previdência Social	1.292.489.000	4.254.837.000	5.547.326.000	7,93
Saúde	2.196.647.000	7.231.247.000	9.427.894.000	13,48
Trabalho	13.591.000	44.737.000	58.328.000	0,08
Educação	2.902.366.000	9.554.472.000	12.456.838.000	17,81
Cultura	125.640.000	413.589.000	539.238.000	0,77
Direitos da Cidadania	368.978.000	1.214.626.000	1.583.604.000	2,26
Urbanismo	527.411.000	1.761.432.750	2.288.843.750	3,27
Habituação	56.138.000	148.939.000	204.077.000	0,29
Saneamento	228.139.000	732.703.093	960.842.093	1,37
Gestão Ambiental	59.086.000	194.505.000	253.591.000	0,36
Ciência e Tecnologia	107.502.000	354.807.000	462.309.000	0,66
Agricultura	114.234.000	376.166.000	490.400.000	0,70
Organização Agrária	18.261.000	60.114.000	78.375.000	0,11
Comércio e Serviços	220.106.000	723.944.000	943.949.000	1,35
Comunicações	81.375.000	255.808.000	337.183.000	0,48
Energia	29.273.743	54.709.866	83.983.609	0,12
Transporte	173.950.000	562.805.250	736.755.250	1,05
Desporto e Lazer	39.012.000	128.430.000	167.442.000	0,24
Encargos Especiais	3.344.917.719	10.996.822.593	14.341.740.312	20,51
Reserva de Contingência	643.642.000	2.118.847.000	2.762.489.000	3,95
TOTAL	16.317.783.743	53.619.928.865	69.937.712.608	100,00

ANEXO II

PROGRAMAS DE GOVERNO



EDUCAÇÃO



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Área Temática	EDUCAÇÃO
Objetivo do Governo	Garantir o acesso da população amazonense a uma educação de qualidade e ao conhecimento com equidade, valorizando a diversidade étnocultural.
Tipo de Programa	Finalístico
Programa	3283 EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE
Órgão Responsável	Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino
Órgãos Participantes	SEDUC, FEICMEB
Objetivo	Garantir o acesso da população à educação básica de qualidade, respeitando a diversidade.
Público-alvo	Alunos, professores, outros profissionais da educação e sociedade civil.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice	Índice previsto ao final do PPA
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Anos Finais (UN)	30/11/2013	3,90	4,40
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Anos Iniciais (UN)	30/11/2013	4,40	5,20
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ensino Médio (Ind)	30/11/2013	3,00	3,80
Valor do Programa			3.414.474.000,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social			
Despesa Corrente			1.790.025.000,00
Despesa de Capital			1.624.449.000,00



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Apoio ao Desenvolvimento da Formação do Aluno no Ensino Fundamental	Aluno atendido (Unidade)	Estado	FIS	253.681,75
			FIN	352.750.000,00
Apoio ao Desenvolvimento da Formação do Aluno no Ensino Médio	Aluno atendido (Unidade)	Estado	FIS	156.865,25
			FIN	142.500.000,00
Apoio ao Desenvolvimento da Formação Integral do Aluno no Ensino de Jovens e Adultos	Aluno atendido (Unidade)	Estado	FIS	22.537,75
			FIN	50.300.000,00
Apoio ao Desenvolvimento da Formação Integral do Aluno no Ensino Especial	Aluno atendido (Unidade)	Estado	FIS	252,50
			FIN	27.450.000,00
Apoio ao Desenvolvimento da Formação Integral do Aluno no Ensino Indígena	Aluno atendido (Unidade)	Estado	FIS	1.786,25
			FIN	45.600.000,00
Construção de Unidade Escolar e Quadra Poliesportiva	Unidade construída (Unidade)	Estado	FIS	98,00
			FIN	929.319.000,00
Expansão do Ensino Presencial por Mediação Tecnológica	Aluno atendido (Unidade)	Estado	FIS	39.247,25
			FIN	200.000.000,00
Fortalecimento da Gestão Escolar	Unidade administrada (Unidade)	Estado	FIS	714,00
			FIN	1.300.055.000,00
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar e Quadra Poliesportiva	Unidade reformada ou ampliada (Unidade)	Estado	FIS	205,00
			FIN	49.000.000,00
Valorização e Formação do Profissional de Educação	Profissional da educação beneficiado (Unidade)	Estado	FIS	37.350,00
			FIN	317.500.000,00

(FIS) Meta Física - Os respectivos totais são provenientes da soma total ou da média dos anos informados.
(FIN) Meta Financeira (R\$)

Área Temática EDUCAÇÃO

Objetivo do Governo Garantir o acesso da população amazonense a uma educação de qualidade e ao conhecimento com equidade, valorizando a diversidade etnocultural.

Tipo de Programa Finalístico

Programa 3249 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Órgão Responsável Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino

Órgãos Participantes CETAM

Objetivo Promover a oferta de Educação Profissional nos níveis básico, técnico e tecnológico, e da inclusão digital, com o intuito de elevar a empregabilidade e renda dos cidadãos nos vários segmentos econômicos do Estado do Amazonas.
Promover estudos, projetos, pesquisa aplicada, bens e serviços de natureza técnica, dentre os quais concursos e processos seletivos em função das demandas sociais relacionadas a atividade interna da instituição e de instituições públicas e privadas.

Público-alvo População do Estado do Amazonas

Indicadores (Unidade de medida)	Data	Índice de Referência	Índice	Índice previsto ao final do PPA
Número de cidadãos matriculados na Educação Profissional (UN)	30/12/2011	197.510,00		288.100,00
Percentual de serviços realizados (%)	30/12/2010	2,00		2,00

Valor do Programa	275.072.000,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	167.024.000,00
Despesa de Capital	108.048.000,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Concursos e Processos Seletivos	Concurso ou processo seletivo realizado (Unidade)	Estado	FIS	12,00
			FIN	2.147.000,00
Desenvolvimento de Projetos, Bens e Serviços Técnicos	Projeto desenvolvido (Unidade)	Estado	FIS	8,00
			FIN	360.000,00
Educação Profissional Técnica	Cidadão capacitado (Unidade)	Estado	FIS	43.800,00
			FIN	71.700.000,00
Formação Inicial e Continuada	Cidadão capacitado (Unidade)	Estado	FIS	365.000,00
			FIN	82.900.000,00
Implantação das Unidades Descentralizadas e dos Núcleos de Formação	Centro implantado (Unidade)	Estado	FIS	8,00
			FIN	46.384.000,00

(FIS) Meta Física - Os respectivos totais são provenientes da soma total ou da média dos anos informados.
(FIN) Meta Financeira (R\$)



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Inclusão Digital e Sociedade da Informação	Cidadão capacitado (Unidade)	Estado	FIS	321.200,00
			FIN	57.581.000,00
Manutenção das Unidades Descentralizadas e dos Núcleos de Formação	Centro mantido (Unidade)	Estado	FIS	16,50
			FIN	14.000.000,00

Área Temática EDUCAÇÃO

Objetivo do Governo Garantir o acesso da população amazonense a uma educação de qualidade e ao conhecimento com equidade, valorizando a diversidade etnocultural.

Tipo de Programa Finalístico

Programa 3246 EDUCAÇÃO SUPERIOR

Órgão Responsável Secretaria de Estado da Casa Civil

Órgãos Participantes UEA

Objetivo Formar profissionais de ensino superior em todas as áreas do conhecimento puro e aplicado e atuar como núcleo de inteligência geradora da política desenvolvimentista do Estado.

Público-alvo Comunidade amazônica que busque os ensinamentos e conhecimentos oferecidos pela UEA.

Indicadores (Unidade de medida)	Data	Índice de Referência	Índice	Índice previsto ao final do PPA
Índice de Desempenho Acadêmico - IDA (Ind)	31/07/2015		0,09	0,11
Índice de Qualificação do Corpo Docente - IQCD (Ind)	30/04/2015		3,24	3,42

Valor do Programa	933.688.354,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	631.941.354,00
Despesa de Capital	301.727.000,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Ampliação e Construção da Rede Física da UEA	Unidade ampliada/construída (Unidade)	Estado	FIS	22,00
			FIN	85.948.000,00
Atendimento às Atividades de Extensão e Assuntos Comunitários	Projeto e/ou atividade desenvolvida (Unidade)	Estado	FIS	102,50
			FIN	178.850.000,00
Atendimento às Atividades de Graduação	Aluno de graduação matriculado (Unidade)	Estado	FIS	23.612,50
			FIN	144.862.154,00
Atendimento às Atividades de Pesquisa e Pós-Graduação	Aluno de pós-graduação matriculado (Unidade)	Estado	FIS	4.587,50
			FIN	3.126.500,00
Construção da Cidade Universitária	Cidade Universitária construída (% de execução)	Região Metropolitana	FIS	17,30
			FIN	53.879.000,00
Manutenção das Unidades de Ensino da UEA	Unidade mantida (Unidade)	Estado	FIS	32,25
			FIN	460.102.700,00

Área Temática EDUCAÇÃO

Objetivo do Governo Garantir o acesso da população amazonense a uma educação de qualidade e ao conhecimento com equidade, valorizando a diversidade etnocultural.

Tipo de Programa Finalístico

Programa 3257 TELECOMUNICAÇÃO E RADIODIFUSÃO PARA CULTURA E ENSINO A DISTÂNCIA

Órgão Responsável Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino

Órgãos Participantes FUNTEC

Objetivo Modernizar e expandir a Televisão e Rádio Cultura do Amazonas, de forma a torná-la o principal meio de difusão de eventos culturais e informações de interesse público; implantar plataforma tecnológica de educação e de medicina a distância.

Público-alvo A sociedade em geral.

Valor do Programa	35.063.442,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	475.442,00
Despesa de Capital	34.588.000,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Expansão da TV Cultura	Retransmissora implantada (Unidade)	Região do Alto Solimões	FIS	1,00
			FIN	660.276,00
		Região do Baixo Amazonas	FIS	1,00
			FIN	660.276,00
		Região do Madeira	FIS	1,00
			FIN	660.276,00



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
		Região do Médio Amazonas	FIS FIN	1,00 560.275,00
		Região do Rio Negro/Solimões	FIS FIN	1,00 560.275,00
		Região do Triângulo (Juruá, Juruá, Solimões)	FIS FIN	1,00 560.275,00
		Região Metropolitana	FIS FIN	4,00 2.541.104,00
		Total da Ação:	FIS FIN	10,00 6.602.760,00
Implantação de Plataforma Tecnológica de Ensino a Distância e Telemedicina	Plataforma implantada (% de execução)	Estado	FIS FIN	100,00 3.725.388,00
Modernização e Digitalização da Televisão e Rádio Cultura	Equipamento digital implantado (Unidade)	Estado	FIS FIN	960,00 21.792.112,00
Reforma e Ampliação da Sede da Funtec	Sede construída e equipada (% de execução)	Estado	FIS FIN	100,00 2.943.182,00

Área Temática EDUCAÇÃO

Objetivo do Governo Garantir o acesso da população amazonense a uma educação de qualidade e ao conhecimento com equidade, valorizando a diversidade etnocultural.

Tipo de Programa Gestão de Políticas Públicas

Programa 3285 GESTÃO E MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Órgão Responsável Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino

Órgãos Participantes SEDUC

Objetivo Prover o órgão de recursos financeiros e administrativos para a manutenção da educação básica.

Público-alvo Alunos, professores e demais servidores da área de Educação.

Valor do Programa	720.000.000,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	672.000.000,00
Despesa de Capital	48.000.000,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Manutenção de Unidade Descentralizada e Núcleo de Formação	Unidade mantida (Unidade)	Estado	FIS FIN	75,00 88.000.000,00
Manutenção de Unidade Escolar do Ensino Fundamental	Unidade mantida (Unidade)	Estado	FIS FIN	370,75 389.000.000,00
Manutenção de Unidade Escolar do Ensino Médio	Unidade mantida (Unidade)	Estado	FIS FIN	268,25 244.000.000,00



SAÚDE



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Área Temática SAÚDE

Objetivo do Governo Garantir o acesso da população aos serviços de saúde, assegurando o atendimento à saúde básica, média e de alta complexidade, de forma mais permanente e extensiva em todo o Estado.

Tipo de Programa Finalístico

Programa 3258 ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA

Órgão Responsável Secretaria de Estado de Saúde

Órgãos Participantes FES

Objetivo Garantir a Assistência Farmacêutica no âmbito do SUS no Estado do Amazonas com a implantação da Política Estadual de Assistência Farmacêutica e reestruturação da gestão da Assistência Farmacêutica, por meio de gestão eficiente com otimização dos recursos financeiros contribuindo para melhoria do acesso e uso racional de medicamentos.

Público-alvo População usuária do SUS no Estado do Amazonas.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice previsto ao final do PPA
Gasto per capita com medicamento (R\$)	31/12/2014	9,24
		9,70

Valor do Programa	678.069.000,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	678.069.000,00
Despesa de Capital	

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Apoio às Farmácias Populares do Brasil	Farmácia popular mantida (Unidade)	Estado	FIS FIN	6,00 8.519.000,00
Fornecimento de Medicamentos e Insumos para Rede Assistencial do Estado	Unidade de saúde beneficiada (Unidade)	Estado	FIS FIN	113,00 514.038.000,00
Fornecimento de Medicamentos Especializados	Pessoa beneficiada (Unidade)	Estado	FIS FIN	314.000,00 38.207.000,00
Transferência de Recursos Financeiros aos Municípios para Farmácia Básica	Município beneficiado (Unidade)	Região do Alto Juruá	FIS FIN	6,00 614.000,00
		Região do Alto Rio Negro	FIS FIN	3,00 438.000,00
		Região do Alto Solimões	FIS FIN	7,00 423.000,00
		Região do Baixo Amazonas	FIS FIN	6,00 998.000,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Transferência de Recursos Financeiros aos Municípios para Farmácia Básica	Município beneficiado (Unidade)	Região do Madeira	FIS FIN	5,00 853.000,00
		Região do Médio Amazonas	FIS FIN	5,00 614.000,00
		Região do Purus	FIS FIN	5,00 620.000,00
		Região do Rio Negro/Solimões	FIS FIN	9,00 1.235.000,00
		Região do Triângulo (Juruá, Juruá, Solimões)	FIS FIN	8,00 646.000,00
		Região Metropolitana	FIS FIN	7,00 10.868.000,00
		Total da Ação:	FIS FIN	61,00 17.305.000,00

Área Temática SAÚDE

Objetivo do Governo Garantir o acesso da população aos serviços de saúde, assegurando o atendimento à saúde básica, média e de alta complexidade, de forma mais permanente e extensiva em todo o Estado.

Tipo de Programa Finalístico

Programa 3276 ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO

Órgão Responsável Secretaria de Estado de Saúde

Órgãos Participantes FHEMOAM, FUAM, FMT, FES, FCECON, FHCFM

Objetivo Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades da população; Promover mudança do Modelo de Atenção para organização em Redes de Saúde a partir da Atenção Primária em Saúde - APS, e integrando as funções assistenciais; Fortalecer a assistência ambulatorial especializada e hospitalar; Atender tanto os casos agudos quanto as doenças crônicas.

Público-alvo População do Estado do Amazonas.



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice	Índice previsto ao final do PPA
Coefficiente de detecção da hanseníase no Amazonas (1/100.000)	31/12/2014	14,71	4,26
Coefficiente de prevalência da hanseníase no Amazonas (1/10.000)	31/12/2014	2,58	0,58
Evolução do atendimento da hematologia (Índ)	31/12/2014	3,00	12,00
Número de casos de câncer de pele diagnosticados (UN)	31/12/2014	478,00	553,00
Número de casos de infecções sexualmente transmissíveis - IST diagnosticados (UN)	31/12/2014	3.897,00	4.378,00
Número de casos novos de AIDS em menores de 05 anos (UN)	31/12/2014	3,00	1,00
Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade (UN)	31/12/2014	136,00	110,00
Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência (UN)	31/12/2014	64,00	60,00
Números de testes sorológicos anti-HVC realizado no Amazonas (UN)	31/12/2014	41.900,00	43.000,00
Proporção de cirurgias realizadas em outras especialidades na FHAJ (%)	31/12/2014	74,00	79,00
Proporção de cirurgias realizadas em Traumatologia na FHAJ (%)	31/12/2014	81,00	86,00

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice	Índice previsto ao final do PPA
Proporção de consultas ambulatoriais realizadas em outras especialidades na FHAJ (%)	31/12/2014	54,00	63,00
Proporção de consultas ambulatoriais realizadas em Traumatologia na FHAJ (%)	31/12/2014	46,00	54,00
Proporção de contatos intradomiciliares de casos novos de hanseníase examinados (%)	31/12/2014	62,09	80,00
Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes (%)	31/12/2014	84,20	90,00
Proporção de parto normal (%)	31/12/2014	60,80	68,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária (Índ)	31/12/2014	0,49	0,51
Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos e população da mesma faixa etária (Índ)	31/12/2014	0,28	0,31
Razão de internações clínico-cirúrgicas de alta complexidade na população residente (1/1.000)	31/12/2014	1,24	1,45
Razão de internações clínico-cirúrgicas de média complexidade e população residente (1/100.000)	31/12/2014	2,34	2,50
Razão de procedimentos ambulatoriais de alta complexidade e população residente (%)	31/12/2014	4,38	5,20
Razão de procedimentos ambulatoriais de média complexidade e população residente (1/100.000)	31/12/2014	0,59	1,45
Taxa de doador de sangue por habitante (%)	31/12/2014	1,52	1,72

Valor do Programa	3.861.254.025,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	3.860.594.691,00
Despesa de Capital	658.334,00



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Ações Orçamentárias				
Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Apoio à Implementação de Convênios e Parcerias com o Estado	Convênio firmado (Unidade)	Estado	FIS FIN	8,50 36.536.000,00
Assistência à Saúde em Cardiologia e Outras Especialidades	Procedimento realizado (Unidade)	Estado	FIS FIN	613.000,00 28.194.000,00
Assistência à Saúde em Transplante de Fígado, Rins e Pâncreas	Paciente transplantado (Unidade)	Estado	FIS FIN	120,00 9.827.000,00
Assistência à Saúde na Área de Traumatologia e Outras Especialidades Médicas	Paciente atendido (Unidade)	Estado	FIS FIN	2.396.306,00 15.100.000,00
Atenção à Saúde das Pessoas Vivendo com HIV/AIDS, Outras DST's e Hepatites Virais	Paciente atendido (Unidade)	Estado	FIS FIN	78.309,00 5.318.000,00
Atenção Domiciliar	Pessoa atendida (Unidade)	Região Metropolitana	FIS FIN	106.000,00 24.608.000,00
Atendimento à População Indígena em Oncologia	Indígena atendido (Unidade)	Estado	FIS FIN	1.920,00 1.329.000,00
Atendimento ao Portador de Doenças Tropicais e Infecciosas	Paciente atendido (Unidade)	Estado	FIS FIN	1.320.228,00 28.395.000,00
Contratação de Empresas Assistenciais	Empresa contratada (Unidade)	Estado	FIS FIN	34,00 1.990.182.000,00
Contratação de Pessoas Jurídicas para Gestão de Unidades de Saúde	Contrato firmado (Unidade)	Estado	FIS FIN	4,00 150.278.000,00
Desenvolvimento de Atividades Educativas, Preventivas e de Detecção Precoce de Câncer	Campanha realizada (Unidade)	Estado	FIS FIN	24,00 237.000,00
Encaminhamento e Remoção de Pacientes em Tratamento Fora de Domicílio Interestadual	Paciente removido/encaminhado (Unidade)	Estado	FIS FIN	11.930,00 62.565.000,00
Implementação das Ações em Telemedicina	Teleconsulta realizada (Unidade)	Estado	FIS FIN	2.060,00 2.453.000,00
Monitoramento do Programa de Eliminação da Hanseníase	Município monitorado (Unidade)	Estado	FIS FIN	40,00 331.000,00
Operacionalização da Rede Ambulatorial e Hospitalar de Atenção Especializada	Unidade mantida (Unidade)	Região do Alto Juruá	FIS FIN	6,00 10.816.000,00
		Região do Alto Rio Negro	FIS FIN	3,00 3.348.000,00
		Região do Alto Solimões	FIS FIN	5,00 7.892.000,00
		Região do Baixo Amazonas	FIS FIN	5,00 7.458.000,00
		Região do Madeira	FIS FIN	4,00 7.622.000,00
Operacionalização da Rede Ambulatorial e Hospitalar de Atenção Especializada	Unidade mantida (Unidade)	Região do Médio Amazonas	FIS FIN	6,00 7.068.000,00
		Região do Purus	FIS FIN	5,00 10.962.000,00
		Região do Rio Negro/Solimões	FIS FIN	8,00 12.670.000,00
		Região do Triângulo (Juruá, Juruá, Solimões)	FIS FIN	7,00 7.829.000,00
		Região Metropolitana	FIS FIN	9,00 232.449.000,00
		Total da Ação:	FIS FIN	58,00 307.812.000,00
Operacionalização da Rede Básica Estadual	Unidade mantida (Unidade)	Região Metropolitana	FIS FIN	15,00 6.695.000,00
Operacionalização da Rede Cegonha	Parto normal realizado (Unidade)	Região Metropolitana	FIS FIN	80.887,00 146.160.000,00
Operacionalização da Rede de Atenção Psicossocial	Unidade mantida (Unidade)	Região Metropolitana	FIS FIN	4,00 11.951.000,00
Operacionalização da Rede de Crônicos	Contrato firmado (Unidade)	Estado	FIS FIN	50,00 211.394.000,00
Operacionalização da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência	Pessoa beneficiada (Unidade)	Estado	FIS FIN	59.000,00 26.568.000,00
Operacionalização da Rede de Urgência e Emergência	Atendimento realizado (Unidade)	Região Metropolitana	FIS FIN	9.477.000,00 338.563.000,00
Operacionalização da Saúde Itinerante no Amazonas	Atendimento realizado (Unidade)	Estado	FIS FIN	149.000,00 557.000,00
Operacionalização da Saúde nas Olimpíadas 2016	Atendimento realizado (Unidade)	Região Metropolitana	FIS FIN	500,00 3.015.798,00
Operacionalização das Atividades em Hematologia	Procedimento realizado (Unidade)	Estado	FIS FIN	3.376.616,00 12.776.785,00
Operacionalização das Atividades em Hemoterapia	Procedimento realizado (Unidade)	Estado	FIS FIN	3.015.798,00 31.558.240,00
Operacionalização do Serviço de Remoção Assistencial do Estado	Paciente removido/encaminhado (Unidade)	Estado	FIS FIN	4.100,00 19.065.000,00
Operacionalização dos Laboratórios de Pesquisa de FMT-HVD	Exame realizado (Unidade)	Estado	FIS FIN	4.442.000,00 12.303.000,00
Resolutividade Diagnóstica e Terapêutica em Hanseníase, Dermatologia e DST	Procedimento realizado (Unidade)	Estado	FIS FIN	1.450.000,00 2.397.000,00



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Saúde na Comunidade	Pessoa atendida (Unidade)	Região Metropolitana	FIS FIN	92.000,00 44.000,00
Serviços Prestados pela Rede Complementar do SUS	Contrato firmado (Unidade)	Estado	FIS FIN	51,75 274.145.000,00
Transferência de Recursos da Média Complexidade aos Municípios	Município beneficiado (Unidade)	Região do Alto Juruá	FIS FIN	2,00 2.916.000,00
		Região do Alto Rio Negro	FIS FIN	2,00 1.971.000,00
		Região do Alto Solimões	FIS FIN	2,00 2.326.000,00
		Região do Baixo Amazonas	FIS FIN	3,00 5.184.000,00
		Região do Madeira	FIS FIN	5,00 13.125.000,00
		Região do Médio Amazonas	FIS FIN	3,00 5.842.000,00
		Região do Purus	FIS FIN	2,00 53.000,00
		Região do Rio Negro/Solimões	FIS FIN	5,00 3.934.000,00
		Região do Triângulo (Jutai, Juruá, Solimões)	FIS FIN	1,00 5.373.000,00
		Região Metropolitana	FIS FIN	7,00 20.945.000,00
		Total da Ação:	FIS FIN	32,00 61.669.000,00
Tratamento e Controle do Câncer	Paciente atendido (Unidade)	Estado	FIS FIN	336.000,00 42.257.000,00

Área Temática SAÚDE

Objetivo do Governo Garantir o acesso da população aos serviços de saúde, assegurando o atendimento à saúde básica, média e de alta complexidade, de forma mais permanente e extensiva em todo o Estado.

Tipo de Programa Finalístico

Programa 3264 FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE E GESTÃO DE POLÍTICAS ESTRATÉGICAS E TRANSVERSAIS

Órgão Responsável Secretaria de Estado de Saúde

Órgãos Participantes FES

Objetivo Garantir o acesso da população a serviços de qualidade e ampliação do acesso equitativo aos serviços de saúde, mediante aprimoramento da atenção primária, definindo-a como eixo estruturante e reordenador da atenção à saúde no Estado do Amazonas.

Público-alvo Usuários do SUS no Estado do Amazonas.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice	Índice previsto ao final do PPA
Cobertura populacional estimada pelas equipes básicas de saúde bucal (%)	31/12/2014	50,56	49,70
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica (%)	31/12/2014	68,59	70,90
Média da ação coletiva de escovação dental supervisionada (%)	31/12/2014	1,63	2,57
Proporção de nascidos vivos de mães com no mínimo 07 consultas de pré-natal (%)	31/12/2014	41,40	48,00
Taxa de mortalidade infantil (1/1.000)	31/12/2014	15,50	15,40
Valor do Programa			2.965.000,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social			
Despesa Corrente			2.965.000,00
Despesa de Capital			

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Apoio à Implementação das Políticas Estratégicas e Transversais	Município apoiado (Unidade)	Estado	FIS FIN	62,00 2.661.000,00
Apoio ao Fortalecimento da Atenção Primária em Saúde	Município apoiado (Unidade)	Estado	FIS FIN	62,00 282.000,00
Co-financiamento para Reestruturação da Atenção Primária de Saúde no Estado	Município contemplado (Unidade)	Estado	FIS FIN	92,00 42.000,00



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Área Temática SAÚDE

Objetivo do Governo Garantir o acesso da população aos serviços de saúde, assegurando o atendimento à saúde básica, média e de alta complexidade, de forma mais permanente e extensiva em todo o Estado.

Tipo de Programa Finalístico

Programa 3267 INVESTIMENTO EM SAÚDE

Órgão Responsável Secretaria de Estado de Saúde

Órgãos Participantes FHEMOAM, FUAM, FHAJ, FVS, FES, FOCEN, FHCFM

Objetivo Implementação da programação dos investimentos em saúde, considerando a conformação das redes de atenção, planos regionais e necessidades da população, visando melhorar a resolutividade e ampliar a cobertura da assistência ambulatorial e hospitalar no estado do Amazonas.

Público-alvo População atendida no Estado.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice	Índice previsto ao final do PPA
Variação anual dos investimentos em construção, ampliação, reforma, adequação e aparelhamento em unidades de saúde. (%)	31/12/2014	2,40	2,48

Valor do Programa 718.016.838,00

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Despesa Corrente	623.474.220,00
Despesa de Capital	94.542.618,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Aquisição de Ambulâncias Terrestre e Fluvial para os Municípios	Município beneficiado (Unidade)	Região do Alto Juruá	FIS FIN	2,00 43.000,00
		Região do Alto Rio Negro	FIS FIN	2,00 43.000,00
		Região do Alto Solimões	FIS FIN	2,00 43.000,00
		Região do Baixo Amazonas	FIS FIN	2,00 43.000,00
		Região do Madeira	FIS FIN	2,00 43.000,00
		Região do Médio Amazonas	FIS FIN	2,00 43.000,00
		Região do Purus	FIS FIN	2,00 43.000,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Aquisição de Ambulâncias Terrestre e Fluvial para os Municípios	Município beneficiado (Unidade)	Região do Rio Negro/Solimões	FIS FIN	2,00 43.000,00
		Região do Triângulo (Jutai, Juruá, Solimões)	FIS FIN	2,00 43.000,00
		Região Metropolitana	FIS FIN	2,00 43.000,00
		Total da Ação:	FIS FIN	20,00 430.000,00
Aquisição de Equipamento e Material Permanente na Capital	Unidade equipada (Unidade)	Estado	FIS FIN	6,25 23.904.479,00
		Região Metropolitana	FIS FIN	57,00 17.172.000,00
		Total da Ação:	FIS FIN	63,25 41.076.479,00
Aquisição de Equipamento e Material Permanente no Interior	Unidade equipada (Unidade)	Estado	FIS FIN	9,75 4.087.540,00
		Região do Alto Juruá	FIS FIN	8,00 214.000,00
		Região do Alto Rio Negro	FIS FIN	4,00 214.000,00
		Região do Alto Solimões	FIS FIN	9,00 214.000,00
		Região do Baixo Amazonas	FIS FIN	7,00 214.000,00
		Região do Madeira	FIS FIN	5,00 214.000,00
		Região do Médio Amazonas	FIS FIN	6,00 214.000,00
		Região do Purus	FIS FIN	5,00 214.000,00
		Região do Rio Negro/Solimões	FIS FIN	9,00 214.000,00
		Região do Triângulo (Jutai, Juruá, Solimões)	FIS FIN	8,00 214.000,00
		Região Metropolitana	FIS FIN	7,00 214.000,00
		Total da Ação:	FIS FIN	75,75 6.227.540,00



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Construção e Ampliação da Estrutura Física da Saúde e de Gestão na Capital	Unidade construída/ampliada (Unidade)	Estado	FIS	5,00
			FIN	32.189.884,00
		Região Metropolitana	FIS	10,00
			FIN	839.000,00
Total da Ação:			FIS	15,00
			FIN	33.028.884,00
Construção e Ampliação da Estrutura Física da Saúde e de Gestão no Interior	Unidade construída/ampliada (Unidade)	Estado	FIS	9,25
			FIN	8.592.915,00
		Região do Alto Juruá	FIS	1,00
			FIN	517.400,00
		Região do Alto Rio Negro	FIS	1,00
			FIN	517.400,00
		Região do Alto Solimões	FIS	1,00
			FIN	517.400,00
		Região do Baixo Amazonas	FIS	1,00
			FIN	517.400,00
		Região do Madeira	FIS	1,00
			FIN	517.400,00
		Região do Médio Amazonas	FIS	1,00
			FIN	517.400,00
Região do Purus	FIS	1,00		
	FIN	517.400,00		
Região do Rio Negro/Solimões	FIS	1,00		
	FIN	517.400,00		
Região do Triângulo (Jutai, Juruá, Solimões)	FIS	1,00		
	FIN	517.400,00		
Região Metropolitana	FIS	1,00		
	FIN	517.400,00		
Total da Ação:			FIS	19,25
			FIN	13.766.915,00
Contraprestação da Parceria Público Privada	Contraprestação realizada (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	12,00
			FIN	620.516.000,00
Reforma e Adequação da Estrutura Física da Saúde e de Gestão na Capital	Unidade reformada/adequada (Unidade)	Estado	FIS	5,00
			FIN	1.467.220,00
		Região Metropolitana	FIS	10,00
			FIN	1.074.000,00
Total da Ação:			FIS	15,00
			FIN	2.541.220,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Reforma e Adequação da Estrutura Física da Saúde e de Gestão no Interior	Unidade reformada/adequada (Unidade)	Região do Alto Juruá	FIS	1,00
			FIN	43.000,00
		Região do Alto Rio Negro	FIS	1,00
			FIN	43.000,00
		Região do Alto Solimões	FIS	1,00
			FIN	43.000,00
		Região do Baixo Amazonas	FIS	1,00
			FIN	43.000,00
		Região do Madeira	FIS	1,00
			FIN	43.000,00
		Região do Médio Amazonas	FIS	1,00
			FIN	43.000,00
Região do Purus	FIS	1,00		
	FIN	43.000,00		
Região do Rio Negro/Solimões	FIS	1,00		
	FIN	43.000,00		
Região do Triângulo (Jutai, Juruá, Solimões)	FIS	1,00		
	FIN	43.000,00		
Região Metropolitana	FIS	1,00		
	FIN	43.000,00		
Total da Ação:			FIS	10,00
			FIN	430.000,00



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Área Temática

SAÚDE

Objetivo do Governo

Garantir o acesso da população aos serviços de saúde, assegurando o atendimento à saúde básica, média e de alta complexidade, de forma mais permanente e extensiva em todo o Estado.

Tipo de Programa

Finalístico

Programa

3274 VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Órgão Responsável

Secretaria de Estado de Saúde

Órgãos Participantes

FVS, FES

Objetivo

Buscar a melhoria da qualidade de vida da população do Estado do Amazonas, por meio da promoção e proteção à saúde, mediante ações integradas das vigilâncias epidemiológica, sanitária, ambiental e laboratorial, bem como o controle de doenças e agravos, incluindo educação, capacitação, pesquisa e ações interinstitucionais.

Público-alvo

População do Estado do Amazonas.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice	Índice previsto ao final do PPA
Cobertura da Vacina Pentavalente no Estado em crianças menores de 1 ano (%)	31/12/2014	88,91	95,00
Incidência Parasitária Anual (IPA) da Malária (%)	31/12/2014	17,50	8,61
Índice de infestação predial (IP) com larvas Aedes aegypti nos municípios prioritários para o controle da dengue no Estado (%)	31/12/2014	1,69	1,00
Percentual de municípios que executam as ações de Vigilância Sanitária consideradas necessárias a todos os municípios (%)	31/12/2014	15,00	100,00
Proporção de óbitos maternos investigados (%)	31/12/2013	94,00	100,00
Valor do Programa			61.197.000,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social			
Despesa Corrente			61.197.000,00
Despesa de Capital			

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Operacionalização das Ações de Vigilância Ambiental em Saúde	Número de casos de malária (Unidade)	Estado	FIS	173.488,00
			FIN	20.019.000,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Operacionalização das Ações de Vigilância Epidemiológica	Dose de vacina pentavalente aplicada (Unidade)	Estado	FIS	893.223,00
			FIN	16.541.000,00
Operacionalização das Ações de Vigilância Sanitária	Ação de vigilância sanitária municipal monitorada (Unidade)	Estado	FIS	382.000,00
			FIN	4.273.000,00
Operacionalização das Ações do Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	Exame realizado (Unidade)	Estado	FIS	108.900,00
			FIN	15.665.000,00
Operacionalização das Ações Estratégicas da Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas	Município com regulamentação no SIM (Porcentual)	Estado	FIS	80,00
			FIN	4.689.000,00

Área Temática

SAÚDE

Objetivo do Governo

Garantir o acesso da população aos serviços de saúde, assegurando o atendimento à saúde básica, média e de alta complexidade, de forma mais permanente e extensiva em todo o Estado.

Tipo de Programa

Gestão de Políticas Públicas

Programa

3231 APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DO SUS

Órgão Responsável

Secretaria de Estado de Saúde

Órgãos Participantes

FHEMOAM, FUAM, FES

Objetivo

Aperfeiçoar a capacidade de gestão do SUS no Amazonas para a execução das políticas de saúde.

Público-alvo

População usuária do SUS no Estado do Amazonas.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice	Índice previsto ao final do PPA
Componente do SNA estruturado (UN)	31/12/2014	2,00	3,00
Número de mesas ou espaços formais municipais e estaduais de negociação permanente do SUS, implantados e/ou mantidos em funcionamento (UN)	31/12/2014	2,00	2,00
Proporção de ações de educação permanente implementadas e/ou realizadas (%)	31/12/2014	73,00	70,00
Proporção de conselhos de saúde cadastrados no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (Siacs) (%)	31/12/2014	98,39	100,00



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Proporção de municípios com ouvidoria implantada (%)	31/12/2014	1,61	14,50
Proporção de plano de saúde enviado ao Conselho de Saúde (%)	31/12/2014	59,68	100,00
Valor do Programa			15.742.401,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social			
Despesa Corrente			14.863.665,00
Despesa de Capital			858.715,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Apoio ao Fortalecimento do Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Amazonas	Cosems/AM apoiado (Unidade)	Estado	FIS 1,00 FIN 42.000,00	

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Apoio ao Fortalecimento do Controle Social e Participação Popular	Atividade de controle social realizada (Unidade)	Estado	FIS 80,00 FIN 128.000,00	
Apoio ao Funcionamento do Consórcio de Saúde	Consórcio apoiado (Unidade)	Região do Alto Solimões	FIS 1,00 FIN 651.000,00	
Apoio ao Processo da Descentralização e Regionalização da Saúde	Regional apoiada (Unidade)	Estado	FIS 9,00 FIN 42.000,00	
Desenvolvimento das Ações de Educação em Saúde	Profissional qualificado (Unidade)	Estado	FIS 14.400,00 FIN 3.473.000,00	
Fortalecimento da Comissão Intergestores Bipartite/AM e Comissão Intergestores Regional	Comissão Intergestores funcionando (Unidade)	Estado	FIS 10,00 FIN 96.000,00	
Fortalecimento do Sistema de Regulação Assistencial do Estado	Complexo regulador mantido (Unidade)	Região do Alto Solimões	FIS 1,00 FIN 4.186.000,00	
		Região Metropolitana	FIS 1,00 FIN 3.493.000,00	
		Total da Ação:	FIS 2,00 FIN 7.679.000,00	
Implementação das Ações de Auditoria	Auditoria realizada (Unidade)	Estado	FIS 40,00 FIN 21.000,00	
Implementação das Ações de Ouvidoria	Ouvidoria funcionando (Unidade)	Estado	FIS 20,00 FIN 47.000,00	
Implementação do Sistema de Planejamento da Saúde, Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS do Amazonas	Município acompanhado (Unidade)	Estado	FIS 62,00 FIN 42.000,00	
Projeto Pronto Especialista	Projeto elaborado (Unidade)	Estado	FIS 1,00 FIN 42.000,00	
Realização de Atividades de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde	Atividade de ensino, pesquisa ou projeto realizado (Unidade)	Estado	FIS 2.300,00 FIN 3.435.401,00	
Realização de Concurso Público para SUSAM e Fundações	Concurso realizado (Unidade)	Estado	FIS 1,00 FIN 42.000,00	



SEGURANÇA, JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Área Temática	SEGURANÇA, JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
Objetivo do Governo	Garantir a segurança pública e a defesa social; modernizar a operacionalização e o controle das políticas voltadas ao sistema prisional, direitos humanos e cidadania.
Tipo de Programa	Finalístico
Programa	3264 ATUAÇÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA
Órgão Responsável	Secretaria de Estado de Segurança Pública
Órgãos Participantes	SSP, PC, PMAM, CBAM, SUBCOMADEC, DETRAN, FRAI
Objetivo	Integrar as ações das atividades desenvolvidas pelo Sistema de Segurança Pública, com vistas à promoção da melhoria na qualidade de vida da população do Estado do Amazonas.
Público-alvo	Instituições do Sistema de Segurança Pública

Valor do Programa	371.786.788,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	258.171.131,00
Despesa de Capital	115.615.657,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Ações da Corregedoria Geral da Segurança Pública	Procedimento realizado (Unidade)	Estado	FIS 240,00 FIN 434.984,00	
Ações de Combate ao Crime Organizado e ao Narcotráfico	Ação realizada (Unidade)	Estado	FIS 3.102,00 FIN 5.148.207,00	
Ações do Departamento da Polícia Técnico-Científica do Amazonas	Documento expedido (Unidade)	Estado	FIS 6.000,00 FIN 2.726.994,00	
Ações do Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública	Profissional qualificado (Unidade)	Estado	FIS 1.200,00 FIN 3.075.063,00	
Ações Integradas de Combate à Criminalidade nas Áreas de Fronteiras e de Divisas do Amazonas	Ação realizada (Unidade)	Estado	FIS 160,00 FIN 9.610.000,00	
Ações Integradas de Segurança Pública junto à Sociedade	Evento realizado (Unidade)	Estado	FIS 112,00 FIN 257.731,00	
Ampliação e Modernização de Serviços Técnicos	Unidade estruturada (Unidade)	Estado	FIS 1,00 FIN 393.371,00	
Apoio Sociopsicológico aos Servidores do Sistema de Segurança	Servidor/policial assistido (Unidade)	Estado	FIS 1.600,00 FIN 345.325,00	
Assistência ao Policiamento com Semoventes	Animal apto para o policiamento (Unidade)	Estado	FIS 42,00 FIN 7.940.320,00	

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Campanha Educativa para Prevenção do Adilhões de Trânsito	Campanha realizada (Unidade)	Estado	FIS 40,00 FIN 2.200.000,00	
Construção, Reforma e Adequação do Sistema de Segurança Pública	Percentual da execução física (Percentual)	Estado	FIS 6,00 FIN 10.440.593,00	
		Região do Alto Juruá	FIS 1,00 FIN 107.000,00	
		Região do Alto Rio Negro	FIS 1,00 FIN 287.000,00	
		Região do Alto Solimões	FIS 1,00 FIN 200.000,00	
		Região do Baixo Amazonas	FIS 1,00 FIN 308.000,00	
		Região do Madeira	FIS 1,00 FIN 200.000,00	
		Região do Purus	FIS 25,00 FIN 115.000,00	
		Região do Triângulo (Juruá, Juruá, Solimões)	FIS 1,00 FIN 200.000,00	
		Região Metropolitana	FIS 1,00 FIN 200.000,00	
		Total da Ação:	FIS 38,00 FIN 12.055.593,00	
Criação da Escola Pública de Trânsito do Estado do Amazonas	Pessoa capacitada (Unidade)	Estado	FIS 2.940,00 FIN 4.000.000,00	
Emissão e Documentação de CNH e de Documentos de Veículos Automotores	Documentação emitida (Unidade)	Estado	FIS 400.000,00 FIN 36.000.000,00	
Fortalecimento da Frota do Sistema de Segurança Pública	Veículo operacionalizado (Unidade)	Estado	FIS 1.771,00 FIN 190.364.286,00	
Fortalecimento das Ações de Caráter Sigiloso	Ação de inteligência (Unidade)	Estado	FIS 16.788,00 FIN 1.989.000,00	
Implantação dos Postos de Atendimento do Detran - PAD	Posto implantado (Unidade)	Estado	FIS 4,00 FIN 200.000,00	
Modernização e Operacionalização dos Sistemas de Informação e Telecomunicação dos Órgãos de Segurança Pública	Sistema operacionalizado (Unidade)	Estado	FIS 100,00 FIN 39.011.213,00	
Operacionalização dos Programas do Plano Nacional de Segurança Pública	Programa apoiado (Unidade)	Estado	FIS 76,00 FIN 21.529.044,00	

PODER EXECUTIVO



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Potencializar o Atendimento a Ocorrências	Ocorrência atendida (Unidade)	Estado	FIS FIN	30.292,00 5.729.400,00
Prevenção e Preparação para Desastres	Intervenção realizada (Unidade)	Estado	FIS FIN	20,00 4.103.000,00
Reabilitação e Reconstrução Pós-Desastre	Área reconstruída (Metro quadrado)	Estado	FIS FIN	69,00 115.000,00
Realização de Operações do Sistema de Segurança Pública	Operação realizada (Unidade)	Estado	FIS FIN	590,00 918.260,00
Reaparelhamento do Sistema de Segurança Pública	Unidade reaparelhada (Unidade)	Estado	FIS FIN	50,67 3.033.008,00
Sinalização Horizontal e Vertical de Trânsito no Estado	Sinalização horizontal e vertical implantada (Unidade)	Estado	FIS FIN	40,00 8.593.000,00
Socorro e Assistência às Vítimas de Desastre	Família assistida (Unidade)	Estado	FIS FIN	32.100,00 10.730.000,00
Uniformes e Acessórios para os Servidores Militares do Sistema de Segurança Pública	Policial militar uniformizado e equipado (Unidade)	Estado	FIS FIN	278,33 1.575.989,00

Área Temática SEGURANÇA, JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Objetivo do Governo Garantir a segurança pública e a defesa social; modernizar a operacionalização e o controle das políticas voltadas ao sistema carcerário, direitos humanos e cidadania.

Tipo de Programa Finalístico

Programa 3247 PROMOÇÃO, DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Órgão Responsável Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania

Órgãos Participantes OGE, SEJUSC, PROCON, FUNDECON, FEAD, FECA

Objetivo Exercer a competência legal, atribuída ao Estado para assegurar a promoção da política de direitos humanos, cidadania e de defesa do consumidor.

Público-alvo Cidadão brasileiro

Indicadores (Unidade de medida)	Data	Índice de Referência	Índice previsto ao final do PPA
Número de cidadãos assistidos (UN)	31/12/2014	607.055,00	750.000,00
Número de consumidores atendidos (UN)	31/12/2014	4.095,00	4.500,00
Número de mulheres atendidas vítimas de violência (UN)	31/12/2014	8.094,00	9.000,00

Valor do Programa 219.871.860,00

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Despesa Corrente	202.114.860,00
Despesa de Capital	17.757.000,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Ampliação do Quadro Funcional da SEJUSC	Cargo preenchido (Unidade)	Estado	FIS FIN	60,00 240.000,00
Apoio à Justiça e aos Direitos Humanos nos Municípios	Município assistido (Unidade)	Estado	FIS FIN	5,00 2.400.000,00
Articulação de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Social	Pessoa beneficiada (Unidade)	Estado	FIS FIN	240,00 240.000,00
Capacitação, Treinamento e Atualização de Servidores	Servidor capacitado (Unidade)	Estado	FIS FIN	400,00 3.200.000,00
Construção e Aparelhamento dos Centros Socioeducativos e de Atendimento às Mulheres	Centro construído (Unidade)	Região do Alto Solimões	FIS FIN	4,00 2.000.000,00
Construção e Aparelhamento dos Centros Socioeducativos e de Atendimento às Mulheres	Centro construído (Unidade)	Região do Baixo Amazonas	FIS FIN	4,00 2.000.000,00
		Região do Madeira	FIS FIN	4,00 4.000.000,00
		Região do Triângulo (Juruá, Juruá, Solimões)	FIS FIN	4,00 2.000.000,00
		Região Metropolitana	FIS FIN	4,00 5.167.000,00
		Total da Ação:	FIS FIN	20,00 15.167.000,00
Gestão e Operacionalização da Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	Cidadão atendido (Unidade)	Estado	FIS FIN	8.000,00 14.240.000,00
Gestão e Operacionalização das Atividades de Defesa do Consumidor	Consumidor atendido (Unidade)	Estado	FIS FIN	8.000,00 6.329.000,00
Gestão e Operacionalização dos Centros Socioeducativos	Adolescente e jovem atendido (Unidade)	Estado	FIS FIN	4.000,00 46.360.000,00
Gestão e Operacionalização dos Serviços de Atendimento às Mulheres	Mulher assistida (Unidade)	Estado	FIS FIN	4.000,00 26.240.000,00



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Gestão e Operacionalização dos Serviços de Cidadania	Atendimento realizado (Unidade)	Estado	FIS FIN	600.000,00 75.216.000,00
Implantação e Reforma das Unidades de Pronto Atendimento ao Cidadão - PAC	Unidade implantada (Unidade)	Região do Triângulo (Juruá, Juruá, Solimões)	FIS FIN	1,00 10.000,00
		Região Metropolitana	FIS FIN	1,00 10.000,00
		Total da Ação:	FIS FIN	2,00 20.000,00
Implementação das Unidades de Pronto Atendimento ao Cidadão - PAC	Atendimento realizado (Unidade)	Região do Baixo Amazonas	FIS FIN	560.000,00 32.000,00
		Região Metropolitana	FIS FIN	16.040.000,00 27.702.860,00
		Total da Ação:	FIS FIN	16.620.000,00 27.734.860,00
Operacionalização das Ações do Fundo Antidrogas	Cidadão beneficiado (Unidade)	Estado	FIS FIN	400,00 465.000,00
Reforma, Ampliação dos Centros Socioeducativos e de Atendimento às Mulheres	Centro reformado/adequado (Unidade)	Estado	FIS FIN	4,00 2.000.000,00

Área Temática SEGURANÇA, JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Objetivo do Governo Garantir a segurança pública e a defesa social; modernizar a operacionalização e o controle das políticas voltadas ao sistema carcerário, direitos humanos e cidadania.

Tipo de Programa Finalístico

Programa 3260 SISTEMA PENITENCIÁRIO

Órgão Responsável Secretaria de Estado de Administração Penitenciária

Órgãos Participantes SEAP, FUPEAM

Objetivo Prover as unidades prisionais, condições físicas estruturais adequadas à custódia dos internos do sistema penitenciário, reintegrando o apenado judicial ao convívio social, utilizando e aplicando os recursos jurídicos, laborais, educativos e profissionalizantes, direcionada às condições de cada regime de pena.

Público-alvo População carcerária.

Indicadores (Unidade de medida)	Data	Índice de Referência	Índice previsto ao final do PPA
Deficit de vagas no sistema prisional (UN)	31/12/2011	2.000,00	1.280,00
Percentual de Apenado Profissionalizado (%)	31/12/2011	15,00	30,00
Percentual de Servidores Capacitados (%)	31/12/2011	15,00	30,00

Valor do Programa 34.448.000,00

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Despesa Corrente	8.653.000,00
Despesa de Capital	25.795.000,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Construção e Aparelhamento de Unidades Prisionais no Estado	Unidade construída (Unidade)	Estado	FIS FIN	6,00 19.950.000,00
Equipamentos e Viaturas para o Sistema Penitenciário	Unidade equipada (Unidade)	Estado	FIS FIN	6,00 2.420.000,00
Implementação da Escola Penitenciária do Estado	Servidor capacitado (Unidade)	Estado	FIS FIN	250,00 1.150.000,00
Incentivo à Atividades Laborais	Custodiado beneficiado (Unidade)	Estado	FIS FIN	1.700,00 700.000,00
Mutirão da Execução Penal no Estado do Amazonas	Processo tramitado (Unidade)	Estado	FIS FIN	1.500,00 753.000,00
Operacionalização das Ações do Fundo Penitenciário do Estado do Amazonas	Apenado assistido (Unidade)	Estado	FIS FIN	820,00 3.950.000,00
Profissionalização de Detentos e Alergados	Apenado profissionalizado (Unidade)	Estado	FIS FIN	3.450,00 2.140.000,00
Reforma, Ampliação e Aparelhamento das Unidades Prisionais no Estado	Unidade reformada e ampliada (Unidade)	Estado	FIS FIN	6,00 3.385.000,00



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Área Temática	SEGURANÇA, JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
Objetivo do Governo	Garantir a segurança pública e a defesa social; modernizar a operacionalização e o controle das políticas voltadas ao sistema prisional, direitos humanos e cidadania.
Tipo de Programa	Gestão de Políticas Públicas
Programa	3263 GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA
Órgão Responsável	Secretaria de Estado de Segurança Pública
Órgãos Participantes	SSP, PC, PMAM, CBMAM, DETRAN
Objetivo	Promover o gerenciamento da segurança por meio das técnicas de gestão, seguindo uma perspectiva democrática e cidadã, e com rigorosa observância dos direitos humanos, contribuindo com a melhoria e o avanço das atividades de Segurança Pública.
Público-alvo	Instituições do Sistema de Segurança Pública
Valor do Programa	196.148.853,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	196.108.853,00
Despesa de Capital	40.000,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Ampliação do Quadro de Pessoal do Sistema de Segurança Pública	Cargo preenchido (Unidade)	Estado	FIS	1.210,00
			FIN	422.620,00
Capacitação e Formação dos Servidores do Sistema de Segurança Pública	Servidor capacitado (Unidade)	Estado	FIS	748,00
			FIN	934.155,00
Manutenção da Creche e do Colégio Militar da Polícia Militar	Aluno matriculado (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	3.996,00
			FIN	1.442.000,00
Manutenção das Unidades de Saúde da Polícia Militar	Unidades de Saúde Mantidas (Unidade)	Estado	FIS	12,00
			FIN	1.300.000,00
Manutenção das Unidades do Sistema de Segurança Pública	Unidade mantida (Unidade)	Estado	FIS	171,00
			FIN	73.818.195,00
Operacionalização do Serviço de Alimentação	Servidor beneficiado (Unidade)	Estado	FIS	1.200,00
			FIN	118.231.893,00

Área Temática	SEGURANÇA, JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
Objetivo do Governo	Garantir a segurança pública e a defesa social; modernizar a operacionalização e o controle das políticas voltadas ao sistema prisional, direitos humanos e cidadania.
Tipo de Programa	Gestão de Políticas Públicas
Programa	3266 GESTÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO
Órgão Responsável	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
Órgãos Participantes	SEAP
Objetivo	Promover o desenvolvimento da gestão penal assegurando condições dignas aos internos do sistema penitenciário.
Público-alvo	População carcerária.
Valor do Programa	740.626.250,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	740.626.250,00
Despesa de Capital	

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Manutenção do Sistema Penitenciário no Estado	Unidade mantida (Unidade)	Estado	FIS	6,00
			FIN	740.626.250,00

Área Temática	SEGURANÇA, JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
Objetivo do Governo	Garantir a segurança pública e a defesa social; modernizar a operacionalização e o controle das políticas voltadas ao sistema prisional, direitos humanos e cidadania.
Tipo de Programa	Gestão de Políticas Públicas
Programa	3269 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL DA DEFESA E DA CIDADANIA
Órgão Responsável	Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Órgãos Participantes	DPE, FUNDPAM
Objetivo	Assegurar assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita ao cidadão juridicamente necessitado do Estado do Amazonas.
Público-alvo	População do Estado
Valor do Programa	45.031.525,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	41.384.525,00
Despesa de Capital	3.647.000,00



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Amparo e Valorização ao Defensor Público e aos Servidores da DPE	Defensor Público e Servidor Beneficiário (Unidade)	Estado	FIS	365,00
			FIN	16.055.725,00
Ampliação do Quadro Funcional da DPE	Cargo preenchido (Unidade)	Estado	FIS	300,00
			FIN	351.175,00
Ampliação e Manutenção da Estrutura da Tecnologia da Informação	Unidade equipada (Unidade)	Estado	FIS	284,00
			FIN	5.682.500,00
Atendimento Jurídico Especializado	Pessoa atendida (Unidade)	Estado	FIS	770.000,00
			FIN	9.735.400,00
Atendimento Jurídico Especializado Itinerante	Pessoa atendida (Unidade)	Estado	FIS	5.400,00
			FIN	94.000,00
Desenvolvimento Institucional da DPE	Procedimento e projeto implantado (Unidade)	Estado	FIS	4,00
			FIN	455.175,00
Formação e Aperfeiçoamento dos Defensores Públicos e dos Servidores da DPE	Defensor Público e Servidor capacitado (Unidade)	Estado	FIS	140,00
			FIN	568.675,00
Implantação e Implementação das Unidades Básicas de Atendimento	Unidade construída, reformada e equipada (Unidade)	Estado	FIS	284,00
			FIN	11.405.875,00
Operacionalização da Escola Superior da Defensoria Pública	Curso ou evento realizado (Unidade)	Estado	FIS	170,00
			FIN	683.000,00



SOCIAL



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Área Temática	SOCIAL
Objetivo do Governo	Ampliar e implementar serviços essenciais nas áreas da assistência social, cultura, esporte e lazer, e outros segmentos afins, promovendo a integração social nas suas mais variadas dimensões.
Tipo de Programa	Finalístico
Programa	2003 AMAZONAS CULTURAL
Órgão Responsável	Secretaria de Estado de Cultura
Órgãos Participantes	SEC
Objetivo	Promover o resgate e a preservação da identidade cultural do Amazonas, bem como a restauração, preservação, conservação e defesa do patrimônio histórico, arquitetônico, documental e da cultura popular.
Público-alvo	Artistas, intelectuais, pesquisadores, estudantes, técnicos ligados à área cultural, prestadores de serviços de apoio e visitantes.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice Índice	Índice previsto ao final do PPA
Índice de Frequência da População nos Espaços / Eventos Culturais (%)	31/12/2014	27,67	28,50

Valor do Programa	447.031.000,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	444.844.000,00
Despesa de Capital	2.187.000,00



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Apoio à Execução de Políticas de Desenvolvimento Cultural	Contrato firmado (Unidade)	Estado	FIS 21,00	
			FIN 192.000.000,00	
Apoio a Projetos Culturais	Recurso financeiro repassado (Reais)	Estado	FIS 8.567.000,00	
			FIN 8.567.000,00	
Apoio às Festas Populares na Capital e Interior	Recurso financeiro repassado (Reais)	Região do Baixo Amazonas	FIS 40.000,00	
			FIN 40.000,00	
		Região do Madeira	FIS 20.000,00	
			FIN 20.000,00	
		Região Metropolitana	FIS 119.618.000,00	
			FIN 119.618.000,00	
		Total da Ação:	FIS 119.678.000,00	
			FIN 119.678.000,00	
Formação Técnica e Artística	Aluno atendido (Unidade)	Região do Baixo Amazonas	FIS 1.000,00	
			FIN 1.760.000,00	

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Formação Técnica e Artística	Aluno atendido (Unidade)	Região Metropolitana	FIS 10.000,00	
			FIN 16.000.000,00	
		Total da Ação:	FIS 11.000,00	
			FIN 17.760.000,00	
Integração Sistêmica das Unidades Culturais	Atendimento realizado (Unidade)	Estado	FIS 4.000.000,00	
			FIN 76.216.000,00	
Prêmios Governo do Estado	Pessoa premiada (Unidade)	Estado	FIS 190,00	
			FIN 10.200.000,00	
Preservação, Restauração e Manutenção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado	Patrimônio restaurado/mantido (Unidade)	Estado	FIS 9,00	
			FIN 1.140.000,00	
Realização de Eventos Culturais	Evento realizado (Unidade)	Estado	FIS 14,00	
			FIN 21.470.000,00	

Área Temática SOCIAL

Objetivo do Governo Ampliar e implantar serviços essenciais nas áreas da assistência social, cultura, esporte e lazer, e outros segmentos afins, promovendo a integração social nas suas mais variadas dimensões.

Tipo de Programa Finalístico

Programa 3005 AMAZONAS INDÍGENA

Órgão Responsável Secretaria de Estado para os Povos Indígenas

Órgãos Participantes SEIND

Objetivo Promover, incentivar e disseminar o etnodesenvolvimento dos povos indígenas do Amazonas.

Público-alvo População indígena do Estado do Amazonas.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice	Índice previsto ao final do PPA
Percentual de indígenas atendidos com programas de governo (%)	31/12/2014	41,89	100,00

Valor do Programa	8.068.100,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	7.638.100,00
Despesa de Capital	430.000,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Gestão Ambiental e Territorial Compartilhada nas Comunidades Indígenas	Indígena beneficiado (Unidade)	Estado	FIS 63.000,00	
			FIN 5.129.191,00	
Produção Sustentável dos Povos Indígenas	Indígena beneficiado (Unidade)	Estado	FIS 63.000,00	
			FIN 836.183,00	
Promoção dos Direitos Socioculturais dos Povos Indígenas	Indígena beneficiado (Unidade)	Estado	FIS 63.000,00	
			FIN 1.686.191,00	
Promoção e Proteção dos Conhecimentos Tradicionais	Indígena beneficiado (Unidade)	Estado	FIS 63.000,00	
			FIN 416.535,00	



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Área Temática SOCIAL

Objetivo do Governo Ampliar e implantar serviços essenciais nas áreas da assistência social, cultura, esporte e lazer, e outros segmentos afins, promovendo a integração social nas suas mais variadas dimensões.

Tipo de Programa Finalístico

Programa 3235 ASSISTÊNCIA SOCIAL NO AMAZONAS

Órgão Responsável Secretaria de Estado da Assistência Social

Órgãos Participantes FPS, FEAS

Objetivo Desenvolver um conjunto de ações voltadas para a proteção social dos indivíduos, grupos e famílias vulneráveis socialmente, ameaçados e ou com seus direitos violados, visando o bem estar social e a melhoria da qualidade de vida.

Público-alvo Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social, famílias e indivíduos que vivenciam violação de direitos.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice	Índice previsto ao final do PPA
Número de atendimentos socioassistenciais realizados (UN)	31/12/2014	2.797.463,00	3.500.000,00
Número de indivíduos atendidos pelo serviço psicossocial (UN)	31/12/2014	14.500,00	15.000,00

Valor do Programa	308.069.000,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	

Despesa Corrente	307.909.000,00
Despesa de Capital	80.000,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Apoio Financeiro a Iniciativas de Geração de Emprego, Renda e Exercício da Cidadania	Iniciativa apoiada (Unidade)	Estado	FIS 13,00	
			FIN 3.050.000,00	
Apoio Financeiro a Iniciativas de Inclusão Social	Iniciativa apoiada (Unidade)	Estado	FIS 4,00	
			FIN 66.000,00	
Benefícios Eventuais	Pessoa atendida (Unidade)	Estado	FIS 7.100,00	
			FIN 4.088.000,00	
Descentralização dos Serviços Socioassistenciais	Entidade conveniada (Unidade)	Estado	FIS 121,25	
			FIN 130.709.987,00	
Garantia de Direitos	Pessoa atendida (Unidade)	Estado	FIS 34.000,00	
			FIN 1.680.000,00	

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Implantação de Unidades de Acolhimento Institucional	Unidade implantada (Unidade)	Região do Alto Juruá	FIS 1,00	
			FIN 1.050.662,00	
		Região do Alto Rio Negro	FIS 1,00	
			FIN 1.050.662,00	
		Região do Alto Solimões	FIS 1,00	
			FIN 1.050.662,00	
		Região do Madeira	FIS 1,00	
			FIN 1.050.662,00	
		Região do Purus	FIS 1,00	
			FIN 1.050.662,00	
		Região do Triângulo (Juruá, Juruá, Solimões)	FIS 1,00	
			FIN 1.050.662,00	
		Região Metropolitana	FIS 2,00	
			FIN 1.450.662,00	
		Total da Ação:	FIS 8,00	
			FIN 7.754.774,00	
Implantação, Reforma e Aparelhamento dos Equipamentos da Assistência Social	Centro implantado e reformado (Unidade)	Estado	FIS 7,00	
			FIN 2.908.055,00	
Implementação das Atividades dos Centros Estaduais de Convivência da Família e do Idoso	Atendimento realizado (Unidade)	Região Metropolitana	FIS 10.870.000,00	
			FIN 106.091.378,00	
Implementação de Acolhimento Institucional	Pessoa acolhida (Unidade)	Região do Alto Juruá	FIS 20,00	
			FIN 360.000,00	
		Região do Alto Rio Negro	FIS 60,00	
			FIN 1.337.539,00	
		Região do Alto Solimões	FIS 60,00	
			FIN 1.688.880,00	
		Região do Madeira	FIS 20,00	
			FIN 360.000,00	
		Região do Purus	FIS 40,00	
			FIN 469.795,00	
		Região do Triângulo (Juruá, Juruá, Solimões)	FIS 60,00	
			FIN 2.892.345,00	
		Região Metropolitana	FIS 240,00	
			FIN 6.215.695,00	
		Total da Ação:	FIS 800,00	
			FIN 13.374.314,00	
Projeto Abrace a Vida	Atendimento realizado (Unidade)	Estado	FIS 630,00	
			FIN 38.320.492,00	



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Área Temática SOCIAL

Objetivo do Governo Ampliar e implantar serviços essenciais nas áreas da assistência social, cultura, esporte e lazer, e outros segmentos afins, promovendo a integração social nas suas mais variadas dimensões.

Tipo de Programa Finalístico

Programa 3294 ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO AMAZONAS

Órgão Responsável Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Órgãos Participantes SEPED, FEAPD

Objetivo Assegurar a Gestão da Política de Atenção à Pessoa com Deficiência como Política Pública consolidada e compartilhada, com vista a prover com maior eficiência, eficácia e efetividade nas atuações específicas e interseccionais, de todas ações da esfera pública, em prol da promoção e garantia dos direitos de cidadania das pessoas com deficiência, visando o bem-estar social, o acesso aos bens e serviços e a melhoria da qualidade de vida.

Público-alvo Pessoas com Deficiência e suas famílias.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência		Índice previsto ao final do PPA
	Data	Índice	
Número de Pessoas com Deficiência beneficiadas (UN)	31/12/2014	12.000,00	20.000,00
Valor do Programa			31.757.000,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social			
Despesa Corrente			31.537.000,00
Despesa de Capital			120.000,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Ações Descentralizadas Socioassistenciais às Pessoas com Deficiência	Entidade conveniada (Unidade)	Estado	FIS FIN	36,00 3.777.000,00
Adequação de Unidades e Espaços Físicos à Pessoa com Deficiência	Unidade adequada (Unidade)	Estado	FIS FIN	100,00 21.640.000,00
Apoio ao Conselho de Direito e Comissões Técnicas	Conselho e Comissão apoiados (Unidade)	Estado	FIS FIN	3,00 272.000,00
Direitos da Pessoa com Deficiência	Pessoa beneficiada (Unidade)	Estado	FIS FIN	120,00 168.000,00
Execução de Projetos de Atenção à Pessoa com Deficiência	Projeto implementado (Unidade)	Estado	FIS FIN	3,00 126.000,00
Implementação da Política Estadual de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa beneficiada (Unidade)	Estado	FIS FIN	88.000,00 5.776.000,00

Área Temática SOCIAL

Objetivo do Governo Ampliar e implantar serviços essenciais nas áreas da assistência social, cultura, esporte e lazer, e outros segmentos afins, promovendo a integração social nas suas mais variadas dimensões.

Tipo de Programa Finalístico

Programa 3271 MAIS JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER

Órgão Responsável Secretaria de Estado de Juventude, Esporte e Lazer

Órgãos Participantes SEJEL, FVO

Objetivo Estimular o desenvolvimento e a prática do esporte e do lazer no Estado do Amazonas.

Público-alvo Atletas da base, atletas e para-atletas profissionais, estudantes, portadores de necessidades especiais, idosos, grupo de etnias e comunidade em geral.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice	Índice previsto ao final do PPA
Aumento do número de cidadãos beneficiados pelas atividades desportivas e de lazer apoiadas e/ou realizadas pela FVO (%)	31/12/2014	3,50	7,00
Índice de crescimento do número de atletas e para-atletas profissionais nas competições regionais e nacionais (%)	31/12/2014	26,41	7,57
Número de aluno-atleta participantes dos Jogos Escolares do Amazonas nas Olimpíadas Escolares (UN)	31/12/2014	345.000,00	459.195,00
Valor do Programa			91.002.517,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social			
Despesa Corrente			85.601.517,00
Despesa de Capital			5.401.000,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Ampliação e Capacitação do Quadro de Pessoal	Cargo preenchido (Unidade)	Estado	FIS FIN	18,00 63.000,00
Apoio ao Conselho Estadual da Juventude do Amazonas - CEJAM	Conselho e Comissão apoiados (Unidade)	Estado	FIS FIN	1,00 25.000,00
Bolsa Atleta	Atleta assistido (Unidade)	Estado	FIS FIN	5,00 25.000,00
Capacitação em Desporto	Pessoa capacitada (Unidade)	Estado	FIS FIN	15,00 23.000,00



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Unidades Esportivas	Unidade construída/reformada/aparelhada (Unidade)	Região do Alto Juruá	FIS FIN	3,00 120.000,00
		Região do Alto Rio Negro	FIS FIN	3,00 120.000,00
		Região do Alto Solimões	FIS FIN	3,00 120.000,00
		Região do Baixo Amazonas	FIS FIN	5,00 200.000,00
		Região do Madeira	FIS FIN	6,00 160.000,00
		Região do Médio Amazonas	FIS FIN	3,00 120.000,00
		Região do Purus	FIS FIN	2,00 60.000,00
		Região do Rio Negro/Solimões	FIS FIN	7,00 280.000,00
		Região do Triângulo (Jutai, Juruá, Solimões)	FIS FIN	8,00 200.000,00
		Região Metropolitana	FIS FIN	72,00 8.310.574,00
Total da Ação:				FIS 110,00 FIN 9.710.574,00
Esporte e Lazer para Jovens, Adultos e Idosos	Pessoa atendida (Unidade)	Estado	FIS FIN	25.200,00 12.062.304,00
Implementação das Atividades do Centro de Treinamento de Alto Rendimento da Amazônia	Atleta assistido (Unidade)	Região Metropolitana	FIS FIN	5.700,00 7.552.492,00
Manutenção e Operação dos Estádios de Futebol	Estádio de Futebol mantido (Unidade)	Região Metropolitana	FIS FIN	3,00 6.744.113,00
Olimpíadas Rio 2016: Reforma, Ampliação e Modernização dos Locais de Treinamento para o Torneio Olímpico de Futebol	Metro quadrado reformado e/ou ampliado (Metro quadrado)	Região Metropolitana	FIS FIN	40,00 41.000,00
Promoção do Desporto e Lazer	Pessoa beneficiada (Unidade)	Estado	FIS FIN	367.200,00 44.009.364,00
		Região Metropolitana	FIS FIN	2.475,00 10.726.670,00
Total da Ação:				FIS 369.675,00 FIN 54.736.034,00

Área Temática SOCIAL

Objetivo do Governo Ampliar e implantar serviços essenciais nas áreas da assistência social, cultura, esporte e lazer, e outros segmentos afins, promovendo a integração social nas suas mais variadas dimensões.

Tipo de Programa Finalístico

Programa 3293 TODOS PELA VIDA

Órgão Responsável Secretaria de Estado da Assistência Social

Órgãos Participantes FES, SEJUSC, SSP, PC, PMAM, CBMAM, DETRAN, SETRAB, SEJE, SEDUC, SEAS, SEPED, SEAP

Objetivo Promover a proteção social dos grupos, famílias e indivíduos por meio da articulação e integração de ações multissetoriais para a prevenção e o enfrentamento da violência e da criminalidade, sobretudo dos crimes contra a vida, no Estado do Amazonas.

Público-alvo Famílias em situação de vulnerabilidade social, decorrente da fragilização de vínculos familiares e comunitários ou qualquer outra situação e risco social dos residentes nas áreas prioritárias de proteção social (territórios de maior incidência da violência letal).

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice	Índice previsto ao final do PPA
Taxa de Mortes Violentas no Estado (1/100.000)	31/12/2014	24,00	18,00

Valor do Programa	296.097.535,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	294.896.535,00
Despesa de Capital	1.101.000,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Ações de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar	Cidadão atendido (Unidade)	Estado	FIS FIN	400,00 4.995.000,00
Ações de Prevenção às Drogas em Articulação com a Rede de Serviços	Evento realizado (Unidade)	Estado	FIS FIN	240,00 2.400.000,00
Ações Integradas de Prevenção à Violência e Defesa Social	Atendimento realizado (Unidade)	Estado	FIS FIN	45.080,00 5.277.295,00
Assistência Financeira aos Estabelecimentos de Ensino por Meio das Unidades Executoras - Todos Pela Vida - Educação	Escola atendida (Unidade)	Estado	FIS FIN	639,00 206.000.000,00
Capacitação dos Profissionais Envolvidos no Programa Todos Pela Vida	Pessoa capacitada (Unidade)	Estado	FIS FIN	4.500,00 747.941,00



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Desenvolvimento de Ações Itinerantes de Trabalho e Cidadania	Trabalhador atendido (Unidade)	Estado	FIS 167.000,00 FIN 1.549.400,00	
Desenvolvimento de Projetos e Atividades Educacionais junto à Comunidade	Adolescente e jovem atendido (Unidade)	Estado	FIS 13.000,00 FIN 16.682.000,00	
Desenvolvimento do Projeto Economia Solidária Amazônica	Empreendimento solidário implantado (Unidade)	Estado	FIS 20.860,00 FIN 10.870.700,00	
Desenvolvimento do Projeto Reeducação Cidadão	Cidadão beneficiado (Unidade)	Estado	FIS 87.000,00 FIN 1.359.000,00	
Galera Nota 10	Adolescente e jovem atendido (Unidade)	Região Metropolitana	FIS 26.700,00 FIN 11.146.266,00	
Gestão para Resultados no Âmbito do Programa Todos Pela Vida	Sistema de informação implantado (Unidade)	Estado	FIS 1,00 FIN 1.879.222,00	
Implantação dos Núcleos Integrados de Proteção Social - NIPS	Núcleo implantado (Unidade)	Região Metropolitana	FIS 30,00 FIN 1.034.431,00	
Implementação dos Núcleos Integrados de Proteção Social (NIPS)	Atendimento realizado (Unidade)	Região Metropolitana	FIS 112.500,00 FIN 15.721.280,00	
Implementação Intersetorial das Ações de Saúde no Programa Todos pela Vida	Pessoa capacitada (Unidade)	Estado	FIS 920,00 FIN 42.000,00	
Política de Conscientização e Informação para Controle e Diminuição de Acidentes de Trânsito	Atividade realizada (Unidade)	Estado	FIS 20,00 FIN 200.000,00	
Proteção Integral à Criança e ao Adolescente	Criança e adolescente atendido (Unidade)	Estado	FIS 2.000,00 FIN 11.393.000,00	
Reintegração Social das Pessoas Privadas de Liberdade	Projeto desenvolvido (Unidade)	Estado	FIS 8,00 FIN 3.915.000,00	
Serviço de Atendimento Psicossocial para Pessoas com Deficiência	Pessoa beneficiada (Unidade)	Estado	FIS 6.000,00 FIN 895.000,00	

Área Temática	SOCIAL
Objetivo do Governo	Ampliar e implantar serviços essenciais nas áreas da assistência social, cultura, esporte e lazer, e outros segmentos afins, promovendo a integração social nas suas mais variadas dimensões.
Tipo de Programa	Gestão de Políticas Públicas
Programa	3237 GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Órgão Responsável	Secretaria de Estado da Assistência Social
Órgãos Participantes	SEAS, FEAS
Objetivo	Assegurar a Gestão da Assistência Social como Política Pública, amplamente consolidada e compartilhada, com vistas a prover maior eficiência, eficácia e efetividade nas atuações específicas e intersetoriais, em prol da garantia de direitos aos usuários do Sistema Único de Assistência Social.
Público-alvo	Gestores Estaduais e Municipais, Conselheiros, Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social e Usuários da Rede Estadual de Serviços Socioassistenciais.

Valor do Programa	46.341.976,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	45.805.976,00
Despesa de Capital	535.000,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Ampliação do Quadro Funcional e Formação de Trabalhadores da Assistência Social	Trabalhador qualificado (Unidade)	Estado	FIS 2.300,00 FIN 920.000,00	
Apoio aos Órgãos Colegiados e Afins	Evento realizado (Unidade)	Estado	FIS 28,00 FIN 980.000,00	
Aprimoramento da Gestão dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios do SUAS	Visita realizada (Unidade)	Estado	FIS 1.000,00 FIN 5.253.000,00	
Gestão de Trabalho e Educação Permanente do SUAS	Trabalhador qualificado (Unidade)	Estado	FIS 2.940,00 FIN 2.100.000,00	
Gestão e Monitoramento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN	Visita realizada (Unidade)	Estado	FIS 84,00 FIN 455.000,00	
Gestão e Monitoramento do Sistema Único de Assistência Social	Visita realizada (Unidade)	Estado	FIS 690,00 FIN 34.577.976,00	
Implementação de Projetos Socioassistenciais	Projeto implementado (Unidade)	Estado	FIS 13,00 FIN 2.016.000,00	



ECONÔMICA



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Área Temática	ECONÔMICA
Objetivo do Governo	Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, investindo na diversidade, produtividade e competitividade da economia, no empreendedorismo e no desenvolvimento regional, gerando emprego e renda.
Tipo de Programa	Finalístico
Programa	3172 AMAZONAS EMPREENDEDOR
Órgão Responsável	Secretaria de Estado do Trabalho
Órgãos Participantes	JUCEA, AFEAM, SETRAB
Objetivo	Estimular o empreendedorismo através da geração de novas oportunidades de ocupações produtivas, apoiando o micro e pequeno empresário, suas cooperativas e formas associativas de produção, bem como oportunizar emprego e trabalho à população economicamente ativa, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida no Amazonas.
Público-alvo	Micro e pequenos empresários, cooperativas e artesãos, a economia solidária, inclusive a população economicamente ativa do estado.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice previsto ao final do PPA
Taxa de Empregos Gerados (%)	07/01/2013 5,00	8,00
Taxa de variação de artesãos cadastrados na Secretaria do Trabalho (%)	07/01/2013 4,50	100,00

Valor do Programa	513.698.900,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	20.099.900,00
Despesa de Capital	1.653.000,00
Outras Fontes	491.945.000,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Bolsa Qualificação Amazônica	Trabalhador beneficiado (Unidade)	Estado	FIS 21.130,00 FIN 561.400,00	
Capacitação de Profissionais da Área Trabalho	Profissional capacitado (Unidade)	Estado	FIS 480,00 FIN 400.000,00	
Desenvolvimento de Projetos Especiais em Ação	Cidadão atendido (Unidade)	Estado	FIS 64.000,00 FIN 840.000,00	
Emissão de Carteira do Trabalho e Previdência Social	Cidadão assistido (Unidade)	Estado	FIS 919.000,00 FIN 921.400,00	
Fortalecimento do Artesanato Amazônico	Artesão cadastrado (Unidade)	Estado	FIS 20.770,00 FIN 3.321.400,00	



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Implementação do Núcleo de Apoio ao Empreendedor - NAE	Cidadão atendido (Unidade)	Estado	FIS FIN	25.900,00 921.400,00
Intermediação de Emprego	Vaga captada (Unidade)	Estado	FIS FIN	113.200,00 5.177.500,00
Qualificação Profissional e Social	Trabalhador qualificado (Unidade)	Estado	FIS FIN	15.200,00 2.632.900,00
Registro de Empresas Mercantis e Implantação da Necessim	Empresa registrada (Unidade)	Estado	FIS FIN	31.400,00 1.625.000,00
Seguro Desemprego	Trabalhador habilitado (Unidade)	Estado	FIS FIN	506.200,00 5.351.900,00

Ações não Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Financiamento a Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado	Financiamento concedido (Unidade)	Estado	FIS FIN	3.341,00 167.076.000,00
Microcrédito Ateam Banco do Povo	Financiamento concedido (Unidade)	Estado	FIS FIN	64.974,00 324.970.000,00

Área Temática ECONÔMICA

Objetivo do Governo Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, investindo na diversidade, produtividade e competitividade da economia, no empreendedorismo e no desenvolvimento regional, gerando emprego e renda.

Tipo de Programa Finalístico

Programa 3127 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Órgão Responsável Secretaria de Estado de Política Fundiária

Órgãos Participantes SPF, FERF

Objetivo Planejar, monitorar e avaliar a implementação da política de gestão territorial; criar assentamento e promover a regularização fundiária.

Público-alvo Administração pública e parceiros de programas e projetos de desenvolvimento territorial; famílias carentes e/ou sob risco social; ocupantes de terras públicas ou privadas em geral.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice	Índice previsto ao final do PPA
Quantidade de títulos expedidos (UN)	07/02/2011	4.400,00	6.000,00

Valor do Programa 41.472.000,00

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Despesa Corrente	39.285.000,00
Despesa de Capital	2.187.000,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Cooperação Técnica	Cooperação técnica firmada (Unidade)	Estado	FIS FIN	4,00 40.000,00
Desapropriação de Imóveis para Fins de Assentamento	Imóvel desapropriado (Unidade)	Estado	FIS FIN	4,00 2.167.000,00
Desapropriação de Imóveis para Fins de Moradia	Imóvel desapropriado (Unidade)	Estado	FIS FIN	4,00 20.000,00
Desenvolvimento de Ações Fundiárias	Título de terra expedido (Unidade)	Estado	FIS FIN	14.320,00 39.205.000,00
Manutenção do Acervo Fundiário	Acervo mantido (Unidade)	Estado	FIS FIN	1,00 40.000,00



INFRAESTRUTURA



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Área Temática

INFRAESTRUTURA

Objetivo do Governo Ampliar e recuperar a infraestrutura nas áreas de transporte, energia, habitação, telecomunicação, saneamento, sistema viário e urbanização, viabilizando a execução de programas e projetos com vistas ao desenvolvimento do Estado.

Tipo de Programa Finalístico

Programa 3239 AMAZONAS 2020

Órgão Responsável Secretaria de Estado de Infraestrutura

Órgãos Participantes DETRAN, SEINFRA, SNPH, COSAMA

Objetivo Preparar o Estado do Amazonas para atingir o ano de 2020 com avanços Sociais e Estruturais apropriados ao desenvolvimento econômico e qualidade de vida da Sociedade.

Público-alvo População do Estado do Amazonas.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice	Índice previsto ao final do PPA
Extensão da rede de água implantada (m)	31/12/2010	11.230,00	11.230,00
Obras de arte especial - pontes (UN)	11/08/2015	6,00	6,00
Rodovário (Km)	16/08/2015	600,00	600,00
Sistema viário (Km)	16/08/2015	675,00	675,00
Total da infraestrutura para o aparelho social (UN)	16/08/2015	12,00	12,00

Valor do Programa 2.215.234.000,00

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Despesa Corrente	23.301.000,00
Despesa de Capital	2.172.785.000,00
Outras Fontes	19.146.000,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Ampliação e Melhoria do Sistema Aeroportuário	Aeroporto ampliado e/ou modernizado (Unidade)	Região do Alto Rio Negro	FIS FIN	1,00 650.000,00
		Região do Alto Solimões	FIS FIN	1,00 650.000,00
		Total da Ação:	FIS FIN	2,00 1.700.000,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Contenção, Melhorias e Recuperação de Encostas, Orlas e Taludes	Estrutura física de contenção (Metro quadrado)	Região do Alto Juruá	FIS FIN	39.066,00 72.525.500,00
		Região do Alto Solimões	FIS FIN	87.032,00 129.586.800,00
		Região do Baixo Amazonas	FIS FIN	29.640,00 55.599.100,00
		Região da Madeira	FIS FIN	19.780,00 36.641.900,00
		Região do Médio Amazonas	FIS FIN	9.880,00 18.443.000,00
		Região do Purus	FIS FIN	29.437,00 43.612.500,00
		Região do Rio Negro/Solimões	FIS FIN	19.760,00 29.255.000,00
		Região do Triângulo (Juruá, Juruá, Solimões)	FIS FIN	9.880,00 22.014.400,00
		Região Metropolitana	FIS FIN	188.145,00 244.236.200,00
		Total da Ação:	FIS FIN	442.600,00 551.914.500,00
Controle de Cheias e Vazantes do Estado do Amazonas	Contenção realizada (Metro cúbico)	Região do Rio Negro/Solimões	FIS FIN	11.600,00 3.527.500,00
		Região Metropolitana	FIS FIN	69.600,00 21.165.000,00
		Total da Ação:	FIS FIN	81.200,00 24.692.500,00
Destinação Final de Lixo e Resíduos Sólidos	Aterro sanitário implantado (Unidade)	Região Metropolitana	FIS FIN	2,00 1.700.000,00
Drenagem de Águas Pluviais e Drenagem de Canais	Igarapé drenado (Metro)	Região Metropolitana	FIS FIN	415,00 4.150.000,00
Fiscalização do Sistema Hidroviário	Porto fiscalizado (Unidade)	Região Metropolitana	FIS FIN	3,00 11.648.000,00
Implantação, Ampliação, Melhorias e Modernização de Espaços e Prédios Públicos	Área construída/melhorada (Metro quadrado)	Região Metropolitana	FIS FIN	3.880,00 7.055.000,00
Implantação, Ampliação, Melhorias e Modernização de Estradas, Rodovias e Vicinas	Estrada construída (Quilômetro)	Estado	FIS FIN	4,00 44.000,00
		Região do Alto Juruá	FIS FIN	6,00 7.055.000,00



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Implantação, Ampliação, Melhorias e Modernização de Estradas, Rodovias e Vias	Estrada construída (Quilômetro)	Região do Alto Solimões	FIS	4,00
			FIN	9.277.350,00
		Região do Baixo Amazonas	FIS	8,00
			FIN	7.055.000,00
		Região do Purus	FIS	4,00
			FIN	3.527.500,00
		Região do Rio Negro/Solimões	FIS	12,00
			FIN	16.332.350,00
		Região do Triângulo (Juruá, Juruá, Solimões)	FIS	8,00
			FIN	12.804.850,00
		Região Metropolitana	FIS	561,00
			FIN	635.912.200,00
		Total da Ação:	FIS	609,00
			FIN	692.008.250,00
Implantação, Ampliação, Melhorias e Modernização de Obras de Artes Especiais	Obra de arte especial construída (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	2,00
			FIN	1.700.000,00
Implantação, Ampliação, Melhorias e Modernização de Portos e Terminais Hidroviários	Porto e terminal implantado (Unidade)	Região do Alto Juruá	FIS	1,00
			FIN	2.500.000,00
		Região Metropolitana	FIS	2,00
			FIN	5.000.000,00
		Total da Ação:	FIS	3,00
			FIN	7.500.000,00
Implantação, Ampliação, Melhorias e Modernização do Sistema Viário Urbano	Rua asfaltada (Quilômetro)	Região do Alto Juruá	FIS	16,00
			FIN	16.610.308,00
		Região do Alto Rio Negro	FIS	4,00
			FIN	4.152.577,00
		Região do Alto Solimões	FIS	20,00
			FIN	42.282.885,00
		Região do Baixo Amazonas	FIS	12,00
			FIN	17.582.504,00
		Região do Madeira	FIS	16,00
			FIN	21.735.081,00
		Região do Médio Amazonas	FIS	8,00
			FIN	44.690.077,00
		Região do Purus	FIS	12,00
			FIN	17.582.504,00
		Região do Rio Negro/Solimões	FIS	16,00
			FIN	16.610.308,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Implantação, Ampliação, Melhorias e Modernização do Sistema Viário Urbano	Rua asfaltada (Quilômetro)	Região do Triângulo (Jutai, Juruá, Solimões)	FIS	24,00
			FIN	30.070.271,00
	"	Região Metropolitana	FIS	382,00
			FIN	401.215.735,00
Total da Ação:			FIS	510,00
			FIN	612.502.250,00
Implantação, Ampliação, Modernização e Recuperação do Sistema de Abastecimento de Água	Água tratada (Metro cúbico)	Região do Alto Juruá	FIS	14.688,00
			FIN	14.110.000,00
	"	Região do Alto Solimões	FIS	3.672,00
			FIN	3.527.500,00
	Região do Baixo Amazonas	FIS	3.672,00	
		FIN	3.527.500,00	
	Região do Madeira		FIS	3.672,00
			FIN	3.527.500,00
	Região do Rio Negro/Solimões		FIS	7.344,00
			FIN	7.055.000,00
"	Região do Triângulo (Jutai, Juruá, Solimões)		FIS	3.672,00
			FIN	3.527.500,00
	Região Metropolitana		FIS	69.108,00
			FIN	65.555.000,00
Total da Ação:			FIS	105.828,00
			FIN	100.830.000,00
Implantação, Ampliação, Modernização e Recuperação do Sistema de Esgoto Sanitário	Sistema de esgoto sanitário ampliado/recuperado (Quilômetro)	Região Metropolitana	FIS	8,00
			FIN	7.055.000,00
Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água - COSAMA	Água tratada (Metro cúbico)	Estado	FIS	12.690.800,00
			FIN	18.718.000,00
Reforma e Adequação do Sistema de Iluminação Pública	Sistema instalado (Unidade)	Região do Alto Juruá	FIS	3,00
			FIN	10.582.500,00
	Região do Alto Rio Negro		FIS	1,00
			FIN	3.527.500,00
"	Região do Alto Solimões		FIS	1,00
			FIN	3.527.500,00
	Região do Baixo Amazonas		FIS	2,00
			FIN	7.055.000,00
	Região do Madeira		FIS	2,00
			FIN	7.055.000,00



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Reforma e Adequação do Sistema de Iluminação Pública	Sistema instalado (Unidade)	Região do Purus	FIS	1,00
			FIN	3.527.500,00
		Região do Triângulo (Jutai, Juruá, Solimões)	FIS	1,00
			FIN	3.527.500,00
		Região Metropolitana	FIS	4,00
			FIN	14.110.000,00
		Total da Ação:	FIS	15,00
			FIN	52.912.500,00

Ações não Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Ampliação e Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água	Água tratada (Metro cúbico)	Estado	FIS	12.690.800,00
		FIN		19.148.000,00

Área Temática INFRAESTRUTURA

Objetivo do Governo Ampliar e recuperar a infraestrutura nas áreas de transporte, energia, habitação, telecomunicação, saneamento, sistema viário e urbanização, viabilizando a execução de programas e projetos com vistas ao desenvolvimento do Estado.

Tipo de Programa Finalístico

Programa 3214 DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS (RMM)

Órgão Responsável Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus

Órgãos Participantes SRMM, UGPE, FERMM

Objetivo Realizar o planejamento integrado e contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Metropolitana de Manaus, pautado pela sustentabilidade ambiental.

Público-alvo População dos municípios que integram a Região Metropolitana e grupos empresariais.

Valor do Programa 531.426.967,00

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Despesa Corrente	215.065.000,00
Despesa de Capital	316.361.967,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Infraestrutura Urbana Viária da Região Metropolitana	Área beneficiada (Quilômetro quadrado)	Região Metropolitana	FIS	26.340,00
		FIN		154.279.050,00
Manutenção e Operacionalização da Ponte sobre o Rio Negro	Contrato firmado (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	3,00
		FIN		19.326.820,00
Saneamento Básico para a Região Metropolitana	Família beneficiada (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	400,00
		FIN		283.130,00
Sistema Viário da Região Metropolitana	Estrada e rodovia construída/recuperada (Quilômetro)	Região Metropolitana	FIS	8.611,30
		FIN		357.537.967,00

Área Temática INFRAESTRUTURA

Objetivo do Governo Ampliar e recuperar a infraestrutura nas áreas de transporte, energia, habitação, telecomunicação, saneamento, sistema viário e urbanização, viabilizando a execução de programas e projetos com vistas ao desenvolvimento do Estado.

Tipo de Programa Finalístico

Programa 3198 HABITAÇÃO

Órgão Responsável Secretaria de Estado da Infraestrutura

Órgãos Participantes SEINFRA, SUHAB

Objetivo Reduzir o déficit Habitacional no Amazonas e oferecer condições dignas de moradia para a população de baixa renda e sob Risco Social.

Público-alvo População de baixa renda e sob risco social, e servidores públicos.

Valor do Programa 105.098.000,00

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Despesa Corrente	6.640.000,00
Despesa de Capital	98.458.000,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Ações Emergenciais de Moradia	Família assistida (Unidade)	Estado	FIS	4,00
		FIN		4.000,00
Disponibilização de Casas Populares para a População de Baixa Renda na Capital e Interior do Estado	unidade habitacional (Unidade)	Estado	FIS	52,00
		FIN		5.190.000,00
Disponibilização de Casas Populares para a População sob Risco Social	unidade habitacional (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	1.746,00
		FIN		34.991.004,00

PODER EXECUTIVO



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Disponibilização de Casas Populares para Servidores Públicos Estadual	unidade habitacional (Unidade)	Região Metropolitana	FIS FIN	1.886,00 60.386.392,00
Manutenção da Infraestrutura de Conjuntos Habitacionais	Infraestrutura melhorada (Unidade)	Região Metropolitana	FIS FIN	1,00 1.000,00
Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV	unidade habitacional (Unidade)	Região Metropolitana	FIS FIN	68,00 4.355.604,00
Ressarcimento de Valores Pagos Indevidamente ou por Desistência de Terrenos Comercializados	Pessoa ressarcida (Unidade)	Região Metropolitana	FIS FIN	100,00 200.000,00

Área Temática INFRAESTRUTURA

Objetivo do Governo Ampliar e recuperar a infraestrutura nas áreas de transporte, energia, habitação, telecomunicação, saneamento, sistema viário e urbanização, viabilizando a execução de programas e projetos com vistas ao desenvolvimento do Estado.

Tipo de Programa Finalístico

Programa 3166 PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS

Órgão Responsável Secretaria de Estado de Infraestrutura

Órgãos Participantes SEINFRA, SUHAB, FEH, UGPE

Objetivo Melhorar as condições de moradia da população residente na área do entorno dos igarapés de Manaus

Público-alvo População residente na área do entorno dos igarapés.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice	Índice previsto ao final do PPA
Índice de recuperação de igarapés. (%)	07/08/2015	10,00	100,00

Valor do Programa 921.955.000,00

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Despesa Corrente	11.845.000,00
Despesa de Capital	910.110.000,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Gestão do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus	Programa apoiado (Unidade)	Região Metropolitana	FIS FIN	1,00 11.845.000,00
Infraestrutura Urbana e Social nos Igarapés de Manaus	Drenagem/saneamento realizado (Metro)	Região Metropolitana	FIS FIN	5.155,00 155.690.000,00
Melhoria Ambiental, Urbanística e Habitacional de Manaus	Drenagem/saneamento realizado (Metro)	Região Metropolitana	FIS FIN	13.867,00 706.731.000,00
Reassentamento, Urbanização e Saneamento Básico do Entorno dos Igarapés	Família reassentada (Unidade)	Região Metropolitana	FIS FIN	536,00 8.438.000,00
Sustentabilidade Social e Institucional	Família assistida (Unidade)	Região Metropolitana	FIS FIN	1.180,00 39.250.000,00

Área Temática INFRAESTRUTURA

Objetivo do Governo Ampliar e recuperar a infraestrutura nas áreas de transporte, energia, habitação, telecomunicação, saneamento, sistema viário e urbanização, viabilizando a execução de programas e projetos com vistas ao desenvolvimento do Estado.

Tipo de Programa Finalístico

Programa 3278 PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DO INTERIOR DO AMAZONAS

Órgão Responsável Secretaria de Estado de Infraestrutura

Órgãos Participantes SEINFRA, SUHAB, FEH, UGPE

Objetivo Melhorar as condições de moradia e de vida da população residente nas áreas de entorno dos igarapés de todo Estado do Amazonas.

Público-alvo População residente na área do Entorno dos Igarapés do Interior do Estado do Amazonas.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice	Índice previsto ao final do PPA
Índice de recuperação de igarapés. (%)	18/09/2015	10,00	100,00

Valor do Programa 129.000.033,00

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Despesa Corrente	
Despesa de Capital	129.000.033,00



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Gestão do Programa Social e Ambiental dos Igarapés do Interior do Estado do Amazonas	Programa apoiado (Unidade)	Estado	FIS FIN	1,00 1.000,00
Infraestrutura Urbana e Social nos Igarapés dos Municípios do Interior do Amazonas	Drenagem/saneamento realizado (Metro)	Região do Médio Amazonas	FIS FIN	29.120,00 122.345.033,00
Melhoria Ambiental, Urbanística e Habitacional do Interior	Igarapé drenado e saneado (Unidade)	Região do Médio Amazonas	FIS FIN	1,00 1.000.000,00
Sustentabilidade Social e Institucional do Interior do Amazonas	Família assistida (Unidade)	Região do Médio Amazonas	FIS FIN	500,00 1.000.000,00
Urbanização e Saneamento do Entorno dos Igarapés dos Municípios do Amazonas	Família reassentada (Unidade)	Região do Médio Amazonas	FIS FIN	371,00 3.654.000,00
		Região do Rio Negro/Solimões	FIS FIN	100,00 1.000.000,00
		Total da Ação:	FIS FIN	471,00 4.654.000,00



MEIO AMBIENTE



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Área Temática MEIO AMBIENTE

Objetivo do Governo Garantir a implementação da política na área ambiental que possibilitem a conservação e manutenção dos recursos naturais, contribuindo para a qualidade de vida da população e o desenvolvimento sustentável.

Tipo de Programa Gestão de Políticas Públicas

Programa 3248 MEIO AMBIENTE

Órgão Responsável Secretaria de Estado do Meio Ambiente

Órgãos Participantes SEMA, IPAAM, FEMA, FERH

Objetivo Formular, coordenar e executar a política estadual do meio ambiente do Amazonas.

Público-alvo A sociedade em geral qualificada nos seus distintos segmentos sociais: instituições governamentais e não governamentais, povos indígenas e comunidades tradicionais, empresarial, instituições de ensino e pesquisa e moradores, usuários e beneficiários das Unidades de Conservação (UC) estaduais.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice	Índice previsto ao final do PPA
Número de autos de infração lavrados (UN)	31/12/2014	273,00	280,00
Número de estudos por sub-região realizados (UN)	31/12/2015	5,00	10,00
Número de famílias beneficiadas por programa com pagamento de serviços ambientais (UN)	31/12/2014	8.058,00	9.500,00
Número de fiscalizações realizadas (UN)	31/12/2014	915,00	962,00
Número de focos de calor (UN)	31/12/2014	9.929,00	6.000,00



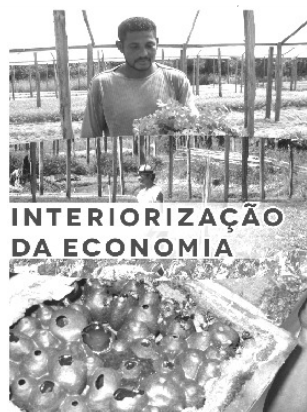
Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Número de instrumentos de gestão de Recursos Hídricos implementados (UN)	31/12/2015		1,00	2,00
Número de licenças ambientais concedidas (UN)	31/12/2014		3.958,00	3.990,00
Percentual de famílias rurais beneficiadas com água potável (%)	31/12/2015		40,00	100,00
Percentual de imóveis rurais cadastrados (%)	31/12/2014		8,80	40,00
Taxa de desmatamento (Km²)	31/12/2014		464,00	350,00
Volume de madeira autorizado (m³)	31/12/2014		749.693,94	550.000,00
Valor do Programa				134.948.000,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				
Despesa Corrente				50.613.000,00
Despesa de Capital				84.335.000,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Controle de Recursos Hídricos	Outorgas e cadastros expedidos (Unidade)	Estado	FIS FIN	10,00 200.000,00
Controle e Monitoramento Ambiental	Relatórios periódicos analíticos (Unidade)	Estado	FIS FIN	24,00 1.502.375,00
Desconcentração do Controle Ambiental	Unidade descentralizada (Unidade)	Estado	FIS FIN	4,00 200.000,00
Educação Ambiental	Ações de educação ambiental (Unidade)	Estado	FIS FIN	30,00 200.000,00
Fiscalização e Monitoramento das Atividades Efetivas ou Potencialmente Poluidoras	Fiscalização e monitoramento realizado (Unidade)	Estado	FIS FIN	943,00 6.569.000,00
Gestão Ambiental e Ordenamento Territorial	Política estadual elaborada (Unidade)	Estado	FIS FIN	4,00 6.509.875,00
Gestão de Unidades de Conservação Estaduais	UC com programas implementados (Unidade)	Estado	FIS FIN	52,00 8.156.750,00
Gestão dos Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FERH)	Projeto aprovado, executado e monitorado (Unidade)	Estado	FIS FIN	2,00 3.646.000,00
Gestão dos Recursos do Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA)	Projeto aprovado, executado e monitorado (Unidade)	Estado	FIS FIN	2,00 4.723.000,00
Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos	Citadão beneficiado (Unidade)	Estado	FIS FIN	6.223,00 93.992.250,00
Licenciamento Ambiental das Atividades Efetivas ou Potencialmente Poluidoras/Degradadoras/Utilizadoras de recursos naturais	Licença ambiental emitida (Unidade)	Estado	FIS FIN	3.972,50 4.600.000,00
Proteção e Manejo da Fauna	Animal registrado, apreendido ou entregue (Unidade)	Estado	FIS FIN	340,00 400.000,00
Regularização Ambiental de Imóveis Rurais	Imóvel rural cadastrado (Unidade)	Estado	FIS FIN	1.300,00 1.245.000,00
Serviços Ambientais e Adaptação as Mudanças do Clima	Programas, subprogramas e projetos implementados (Unidade)	Estado	FIS FIN	16,00 3.004.750,00



**INTERIORIZAÇÃO
DA ECONOMIA**



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Área Temática

INTERIORIZAÇÃO DA ECONOMIA

Objetivo do Governo

Promover o desenvolvimento dos municípios do interior do Estado com ampliação da consciência ambiental e sustentável, investindo na interiorização da economia.

Tipo de Programa

Finalístico

Programa

3277 TERRA PRODUTIVA

Órgão Responsável

Secretaria de Estado de Produção Rural

Órgãos Participantes

SEPROR, IDAM, SPF, ADAF

Objetivo

Fomentar melhores condições de vida aos homens e mulheres do campo com a criação de novas oportunidades de trabalho e renda, mediante arranjos produtivos sustentáveis, assegurando condições necessárias à produção e seu escoamento, à comercialização e à agregação de valor aos produtos agropecuários, florestais e pesqueiros.

Público-alvo

Agricultores familiares, produtores rurais, criadores, extrativistas, indígenas, ribeirinhos, pescadores, equicultores, assentados da reforma agrária, jovens e mulheres rurais e suas organizações, associações e cooperativas.

Indicadores (Unidade de medida)	Data	Índice de Referência	Índice previsto ao final do PPA
Madeira manejada (m³)	18/12/2014	13.360,00	32.175,00
Produção de banana assistida pela ATER (T)	18/12/2014	48.000,00	59.000,00
Produção de carne bovina assistida pela ATER (T)	18/12/2014	33.862,00	43.139,00
Produção de Castanha do Brasil (T)	18/12/2014	770,00	847,00
Produção de farinha de mandioca assistida pela ATER (T)	18/12/2014	59.823,00	80.586,00
Produção de leite assistida pela ATER (T)	18/12/2014	69,00	86,00
Produção de pescado cultivado (T)	18/12/2014	21.825,00	78.780,00
Produção Extrativista de Pescado (T)	18/12/2014	179.101,00	206.977,00
Recuperação e Construção de estradas vicinais (Km)	18/12/2014	400,00	600,00
Valor do Programa			308.531.000,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social			
Despesa Corrente			277.742.000,00
Despesa de Capital			30.789.000,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Ampliação do Quadro de Recursos Humanos do IDAM	Cargo preenchido (Unidade)	Estado	FIS FIN	30,00 30.000,00
Ampliação do Quadro de Recursos Humanos do Sistema SEPROR	Cargo preenchido (Unidade)	Estado	FIS FIN	30,00 33.000,00
Apoio à Comercialização da Produção Agropecuária, Pesqueira, e Florestal	Produtor beneficiado (Unidade)	Estado	FIS FIN	111.000,00 5.200.000,00
Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater	Agricultor familiar e produtor rural assistidos (Unidade)	Estado	FIS FIN	265.000,00 69.385.000,00
Capacitação de Agricultores Familiares e Produtores Rurais	Agricultor familiar e produtor rural capacitados (Unidade)	Estado	FIS FIN	50.100,00 5.342.000,00
Construção e Recuperação de Estradas Vizinhas	Estrada vicinal construída/recuperada (Quilômetro)	Estado	FIS FIN	2.000,00 16.000.000,00
Construção, Reforma, Ampliação e Aparelhamento de Unidades do IDAM	Unidade construída, reformada e equipada (Unidade)	Estado	FIS FIN	58,00 1.725.000,00
Construção, Reforma, Aparelhamento e Operacionalização de Unidades da ADAF	Unidade construída, reformada e equipada (Unidade)	Estado	FIS FIN	60,00 1.000.000,00
Defesa Agropecuária e Florestal	Fiscalização realizada (Unidade)	Estado	FIS FIN	6.000.000,00 23.321.000,00
Encontros, Eventos, Ações Socio culturais e Feiras para a Promoção da Produção Rural	Evento realizado (Unidade)	Estado	FIS FIN	196,00 9.200.000,00
Fomento e Apoio à Produção Agropecuária, Florestal e Pesqueira	Produtor beneficiado (Unidade)	Estado	FIS FIN	376.000,00 153.274.500,00
Formação e Qualificação Profissional para o Setor Primário	Pessoa capacitada (Unidade)	Estado	FIS FIN	132,00 400.000,00
Gestão do Fundo de Aval	Fundo gerenciado (Unidade)	Estado	FIS FIN	1,00 44.000,00
Implantação e Implementação da Agroindústria de Produtos de Origem Agropecuária, Florestal e Pesqueira	Unidade construída (Unidade)	Estado	FIS FIN	24,00 4.000.000,00
Incorporação de Tecnologia para a Modernização de Sistemas Produtivos	Sistema implantado (Unidade)	Estado	FIS FIN	1,00 44.000,00
Infraestrutura de Comercialização	Unidade construída, reformada e equipada (Unidade)	Estado	FIS FIN	24,00 4.000.000,00
Infraestrutura de Escoamento da Produção: Transporte	Equipamento adquirido (Unidade)	Estado	FIS FIN	102,00 1.299.500,00
Infraestrutura de Mecanização Agropecuária e Implementos	Área preparada (Hectares)	Estado	FIS FIN	400,00 8.000.000,00



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Monitoramento de Sistemas Produtivos	Sistema monitorado (Unidade)	Estado	FIS FIN	1,00 44.000,00
Organização e Dinamização de Cadeias Produtivas Florestais, Pesqueiras e Agropecuárias	Produtor beneficiado (Unidade)	Estado	FIS FIN	83.070,00 6.149.000,00
Regularização Fundiária para a Zona Rural	Família beneficiada (Unidade)	Estado	FIS FIN	40,00 40.000,00



PLANEJAMENTO E GESTÃO



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Área Temática	PLANEJAMENTO E GESTÃO
Objetivo do Governo	Promover o desenvolvimento socioeconômico do Amazonas com a melhoria da qualidade dos serviços públicos, buscando a modernização da gestão dos órgãos do governo e a eficiência dos gastos públicos.
Tipo de Programa	Finalístico
Programa	3168 CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO
Órgão Responsável	Secretaria de Estado de Administração e Gestão
Órgãos Participantes	CASA CIVIL, SEPROR, IDAM, SPF, SEC, SSP, SEINFRA, SUHAB, CGE, SEVG, SEAD, SEFAZ, FFMF, SEPLANCTI, SEJEL, FVO, SEMA, IPAAM, SEIND, CGL, SRMM, UGPE
Objetivo	Contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo Governo do Estado com a capacitação e valorização de seus servidores.
Público-alvo	Servidor público estadual.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice	Índice previsto ao final do PPA
Nº de servidores concluintes (UN)	31/12/2010	12.306,00	14.000,00

Valor do Programa	10.416.600,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	10.416.600,00
Despesa de Capital	

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Capacitação de Servidores Públicos Estaduais	Servidor capacitado (Unidade)	Estado	FIS FIN	7.248,00 10.416.600,00



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Área Temática	PLANEJAMENTO E GESTÃO
Objetivo do Governo	Promover o desenvolvimento socioeconômico do Amazonas com a melhoria da qualidade dos serviços públicos, buscando a modernização da gestão dos órgãos do governo e a eficiência dos gastos públicos.
Tipo de Programa	Finalístico
Programa	3135 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Órgão Responsável	Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação
Órgãos Participantes	CASA CIVIL, SEJUSC, SEPLANCTI, AFEAM, CIAMA, SEDUC, CIGÁS
Objetivo	Executar políticas regionais integradas para estabelecer nova dinâmica nas funções de geração de riqueza, visando melhoria nas condições de vida da população do Estado.
Público-alvo	População do Estado do Amazonas.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice	Índice previsto ao final do PPA
Aplicação de crédito - Capital (R\$ mil)	31/12/2014	86.638,62	110.362,36
Aplicação de crédito - Interior (R\$ mil)	30/12/2014	68.393,97	130.606,40
Índice de Atividade Econômica Regional - Amazonas (Ind)	31/12/2014	155,80	160,79
Taxa de crescimento do PIB (Volume) do Estado do Amazonas (%)	31/12/2013	3,90	3,23
Volume de investimento dos projetos - CODAM (R\$ milhão)	31/12/2014	4.433,23	4.516,09

Valor do Programa	990.740.608,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	570.147.000,00
Despesa de Capital	256.782.000,00
Outras Fontes	363.811.608,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Aquisição de Produto Regionalizado para a Rede Estadual de Ensino	Aluno atendido (Unidade)	Estado	FIS FIN	474.370,75 381.000.000,00
Articulação para as Ações de Desenvolvimento Territorial	Território consolidado (Unidade)	Estado	FIS FIN	8,00 988.000,00
Captação de Recursos e Realização de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento do Amazonas	Recurso captado (Reais)	Estado	FIS FIN	680.000,00 680.000,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Desenvolvimento de Ações Integradas no Estado do Amazonas	Projeto gerenciado e implantado (Unidade)	Estado	FIS FIN	4,00 8.343.000,00
Estudos e Estruturação de Distritos Agroindustriais para Diversificação Econômica	Projeto desenvolvido (Unidade)	Estado	FIS FIN	8,00 394.000,00
Estudos e Estruturação do Complexo Naval do Estado do Amazonas	Estudo e pesquisa realizada (Unidade)	Estado	FIS FIN	8,00 3.861.000,00
Formulação e Gestão da Política de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas	Arranjos Produtivos Locais - APLs implementados (Unidade)	Estado	FIS FIN	12,00 6.374.000,00
Formulação e Gestão do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Amazonas	Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE das sub-regiões (Unidade)	Estado	FIS FIN	4,00 431.000,00
Fortalecimento da Política Estadual de Desenvolvimento Urbano	Evento realizado (Unidade)	Estado	FIS FIN	20,00 240.000,00
Gestão dos Recursos Minerais e da Geodiversidade do Estado do Amazonas	Projeto elaborado (Unidade)	Estado	FIS FIN	8,00 3.438.000,00
Implementação do Programa de Crédito Multissetorial para o Desenvolvimento do Estado do Amazonas - PRODESUS	Convênio firmado (Unidade)	Estado	FIS FIN	1,00 216.782.000,00
Promoção Econômica do Estado do Amazonas	Evento realizado (Unidade)	Estado	FIS FIN	16,00 4.388.000,00

Ações não Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Ampliação da Rede Física de Gás Natural	Gasoduto enterrado (Metro)	Região Metropolitana	FIS FIN	82.408,21 83.960.608,00
Crédito Multissetorial para o Desenvolvimento do Estado do Amazonas - PRODESUS	Financiamento concedido (Unidade)	Estado	FIS FIN	5.096,00 224.521.000,00
Elaboração e Execução de Projetos para o Desenvolvimento do Amazonas	Projeto gerenciado (Unidade)	Estado	FIS FIN	2,00 8.900.000,00
Financiamento de Projetos de Desenvolvimento	Projeto financiado (Unidade)	Estado	FIS FIN	154,00 46.410.000,00



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Área Temática	PLANEJAMENTO E GESTÃO
Objetivo do Governo	Promover o desenvolvimento socioeconômico do Amazonas com a melhoria da qualidade dos serviços públicos, buscando a modernização da gestão dos órgãos do governo e a eficiência dos gastos públicos.
Tipo de Programa	Finalístico
Programa	3244 FOMENTO E APOIO A INICIATIVAS DE PESQUISAS CIENTÍFICAS, TECNOLÓGICAS E INOVAÇÃO NO ESTADO DO AMAZONAS
Órgão Responsável	Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação
Órgãos Participantes	FAPEAM
Objetivo	Fomentar e apoiar processos de desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação, por meio de ações e projetos voltados para o custeio e investimento da pesquisa, formação de recursos humanos, inovação no setor produtivo, melhoria de infraestrutura, difusão do conhecimento científico tecnológico e intercâmbio de cooperação nacional e internacional, que atendam áreas de interesse estratégico para o desenvolvimento do Estado do Amazonas.
Público-alvo	Estudantes; Pesquisadores; Escolas de Ensino Fundamental e Médio; Instituições de Ensino Superior; Institutos de Pesquisa, Tecnologia e Inovação; Cooperativas e Associações; Setor Produtivo; Organizações governamentais e não-governamentais do Estado do Amazonas e parceiros nacionais e internacionais.

Indicadores (Unidade de medida)	Data	Índice de Referência	Índice	Índice previsto ao final do PPA
% de bolsas auxílios à pesquisa concedidas à pesquisadores (%)	21/08/2015	150,00		170,00
% do volume de recursos executados em bolsas e auxílio à pesquisa (%)	21/08/2015	70,00		75,00
% do volume de recursos executados no setor produtivo (%)	21/08/2015	3,00		3,40
Índice de Volume de Recursos Captados (%)	21/08/2015	1,90		1,90
Taxa de crescimento de bolsas concedidas à pesquisa científica, tecnológica e de inovação (%)	21/08/2015	30,00		50,00
Valor do Programa			422.942.650,00	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				
Despesa Corrente			361.918.650,00	
Despesa de Capital			61.024.000,00	

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Apoio à Consolidação e Modernização da Infraestrutura para Ciência, Tecnologia e Inovação (C&TI)	Projeto apoiado (Unidade)	Estado	FIS	165,00
			FIN	15.502.562,00
Fomento à Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação	Bolsa implementada (Unidade)	Região do Alto Solimões	FIS	32,00
			FIN	96.000,00
		Região do Baixo Amazonas	FIS	247,00
			FIN	741.000,00
		Região do Madeira	FIS	28,00
			FIN	84.000,00
		Região do Médio Amazonas	FIS	8,00
			FIN	24.000,00
		Região do Purus	FIS	20,00
			FIN	60.000,00
		Região do Rio Negro/Solimões	FIS	12,00
			FIN	36.000,00
		Região do Triângulo (Juruá, Juruá, Solimões)	FIS	48,00
			FIN	144.000,00
		Região Metropolitana	FIS	13.246,00
			FIN	230.200.813,00
Total da Ação:				FIS 13.641,00
			FIN	231.385.813,00
Fomento à Popularização e Difusão da Ciência, Tecnologia e Inovação	Projeto apoiado (Unidade)	Estado	FIS	510,00
			FIN	27.503.167,00
Fomento a Projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação em Instituições Públicas e Privadas e no Setor Produtivo	Projeto apoiado (Unidade)	Estado	FIS	965,00
			FIN	135.667.440,00
Intercâmbio e Cooperação Interinstitucional, Nacional e Internacional	Bolsas e auxílios implementados (Unidade)	Estado	FIS	170,00
			FIN	12.893.668,00



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Área Temática	PLANEJAMENTO E GESTÃO
Objetivo do Governo	Promover o desenvolvimento socioeconômico do Amazonas com a melhoria da qualidade dos serviços públicos, buscando a modernização da gestão dos órgãos do governo e a eficiência dos gastos públicos.
Tipo de Programa	Gestão de Políticas Públicas
Programa	3259 GESTÃO ADMINISTRATIVA, FISCAL, FINANCEIRA E CONTÁBIL
Órgão Responsável	Secretaria de Estado da Fazenda
Órgãos Participantes	SEFAZ, FFMF
Objetivo	Realizar a arrecadação dos tributos estaduais, de forma eficiente e eficaz, desenvolvendo processos de inovação que assegurem a maximização da receita do Estado, bem como gerenciar os recursos orçamentários e financeiros, buscando o equilíbrio das contas públicas, normalizando e efetuando a contabilidade geral do Estado, garantindo os meios necessários para a gestão administrativa eficaz, visando o atendimento da função social do Estado.
Público-alvo	Contribuintes, órgãos da administração pública estadual, seus poderes e, consequentemente, a sociedade amazonense.

Valor do Programa	142.370.284,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	52.895.984,00
Despesa de Capital	89.474.300,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Construção, Ampliação, Reforma e Equipamentação das Unidades da SEFAZ	Unidade construída, reformada e equipada (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	12,00
			FIN	23.729.252,00
Funcionamento das Unidades da SEFAZ	Unidade mantida (Unidade)	Região do Alto Juruá	FIS	1,00
			FIN	92.000,00
		Região do Alto Rio Negro	FIS	1,00
			FIN	134.576,00
		Região do Alto Solimões	FIS	1,00
			FIN	64.000,00
		Região do Baixo Amazonas	FIS	1,00
			FIN	152.000,00
		Região do Madeira	FIS	2,00
			FIN	629.784,00
		Região do Médio Amazonas	FIS	1,00
			FIN	48.000,00
		Região do Purus	FIS	1,00
			FIN	72.000,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Funcionamento das Unidades da SEFAZ	Unidade mantida (Unidade)	Região do Rio Negro/Solimões	FIS	1,00
			FIN	656.000,00
		Região do Triângulo (Juruá, Juruá, Solimões)	FIS	1,00
			FIN	196.420,00
		Região Metropolitana	FIS	5,00
			FIN	6.760.839,00
Total da Ação:				FIS 15,00
			FIN	8.855.619,00
Gestão Administrativa, Tributária, Financeira e Contábil	Unidade administrativa em funcionamento (Unidade)	Estado	FIS	6,00
			FIN	90.285.403,00
Operacionalização e Execução do Programa Estadual de Cidadania Fiscal	Prêmio concedido (Realis)	Estado	FIS	19.500.000,00
			FIN	19.500.000,00

Área Temática	PLANEJAMENTO E GESTÃO
Objetivo do Governo	Promover o desenvolvimento socioeconômico do Amazonas com a melhoria da qualidade dos serviços públicos, buscando a modernização da gestão dos órgãos do governo e a eficiência dos gastos públicos.
Tipo de Programa	Gestão de Políticas Públicas
Programa	3229 GESTÃO E SERVIÇOS AO ESTADO
Órgão Responsável	Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação
Órgãos Participantes	FUNDPGE, CASA CIVIL, IDAM, SEINFRA, SUHAB, CASA MILITAR, CGE, IOE, SEAD, SEFAZ, SEFAZ EG, FFMF, SEPLANCTI, IPEM, PRODAM, AMAZONASTUR, SERGB, CGL, SECOM, ARSAM
Objetivo	Realizar a gestão dos serviços ofertados pelo Estado, visando melhoria na capacidade de gestão e planejamento do mesmo, a fim de assegurar eficiência, eficácia e transparência nas ações públicas.
Público-alvo	Órgãos da Administração Pública Estadual, seus poderes e, consequentemente a sociedade amazonense.

Valor do Programa	798.234.304,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	714.363.304,00
Despesa de Capital	45.471.000,00
Outras Fontes	38.400.000,00



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Acompanhamento e Documentação das Ações de Governo	Mídia impressa e eletrônica disponibilizada (Unidade)	Estado	FIS 75.000,00 FIN 8.693.400,00	
Ampliação do Quadro de Recursos Humanos da SEPLANCTI	Cargo preenchido (Unidade)	Região Metropolitana	FIS 25,00 FIN 10.000,00	
Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social	Projeto implementado (Unidade)	Estado	FIS 48,00 FIN 6.000.000,00	
Articulação Política do Governo do Amazonas	Articulação realizada (Unidade)	Estado	FIS 549,00 FIN 15.491.296,00	
Auditoria e Controle Interno	Auditoria realizada (Unidade)	Estado	FIS 288,00 FIN 73.000,00	
Captação de Recursos para Constituir o Fundo das Parcerias Público-Privadas do Estado do Amazonas	Recurso captado (Reais)	Estado	FIS 40.000,00 FIN 40.000,00	
Cerimonial Público	Evento realizado (Unidade)	Estado	FIS 1.400,00 FIN 9.327.840,00	
Comunicação Digital do Governo	Tecnologia digital disponibilizada (Unidade)	Estado	FIS 4.056,00 FIN 1.460.000,00	

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Concessão de Subsídios ao Transporte Coletivo	Valor repassado (Reais)	Região Metropolitana	FIS 4.000.000,00 FIN 4.000.000,00	
Disseminação de Valores Éticos e da Transparência no Serviço Público	Evento realizado (Unidade)	Estado	FIS 48,00 FIN 21.000,00	
Divulgação e Publicidade das Ações de Governo	Peça publicitária veiculada (Unidade)	Estado	FIS 1.507,00 FIN 176.651.000,00	
Edição do Diário Oficial do Estado	Jornal publicado (Unidade)	Estado	FIS 720.000,00 FIN 23.573.000,00	
Fortalecimento do Planejamento, Orçamento, Desenvolvimento de Pesquisa e Geoprocessamento	Documento elaborado (Unidade)	Estado	FIS 21,00 FIN 2.672.000,00	
Funcionamento da Estrutura de Tecnologia da Informação do Governo do Amazonas	Divulgação realizada (Unidade)	Estado	FIS 48,00 FIN 22.000,00	
Gestão da Política de Turismo e da Promoção da Marca Amazonas - AMAZONASTUR	Evento realizado (Unidade)	Estado	FIS 96,00 FIN 43.583.000,00	
Gestão do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas	Projeto aprovado, executado e monitorado (Unidade)	Estado	FIS 4,00 FIN 40.000,00	
Manutenção de Serviço de Transporte - Recepção, Armazenagem e Distribuição de Combustíveis	Consumo de combustível Estado (Litro)	Estado	FIS 16.700,00 FIN 133.492.000,00	
Manutenção dos Sistemas Corporativos Informatizados	Sistema mantido (Unidade)	Estado	FIS 9,00 FIN 10.953.000,00	
Modernização Tecnológica e Informatização	Projeto implantado (Unidade)	Estado	FIS 154,00 FIN 115.361.768,00	
Reforma, ampliação e aparelhamento da nova sede da SEPLANCTI	Unidade reformada/adequada (Unidade)	Região Metropolitana	FIS 1,00 FIN 6.000.000,00	
Regulação da Qualidade dos Serviços Públicos Concedidos pelo Estado	Cidadão beneficiado (Unidade)	Estado	FIS 700.000,00 FIN 4.020.000,00	
Transporte e Segurança de Autoridades	Ação realizada (Unidade)	Estado	FIS 1.120,00 FIN 198.350.000,00	

Ações não Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Avaliação da Conformidade	Ação de fiscalização (Unidade)	Estado	FIS 79.000,00 FIN 6.600.000,00	
Controle Metrológico dos Instrumentos de Pesar e Medir	Fiscalização metrológica realizada (Unidade)	Estado	FIS 197.000,00 FIN 6.600.000,00	

Ações não Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Implantação de Sistema de Gestão de Recursos Humanos (PRODAM-RH) no Governo	Sistema implantado no Governo do Estado (% de execução)	Estado	FIS 100,00 FIN 600.000,00	
Implantação de Sistemas Estratégicos e Corporativos	Sistema implantado (Unidade)	Estado	FIS 16,00 FIN 20.000.000,00	
Implantação de solução de comunicação através de tecnologias viabilizadas pela Rede de Governo	Solução implantada (% de execução)	Região Metropolitana	FIS 100,00 FIN 2.000.000,00	
Implantação de solução de virtualização de processos no Governo	Solução implantada (% de execução)	Estado	FIS 100,00 FIN 2.600.000,00	



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Área Temática

PLANEJAMENTO E GESTÃO

Objetivo do Governo

Promover o desenvolvimento socioeconômico do Amazonas com a melhoria da qualidade dos serviços públicos, buscando a modernização da gestão dos órgãos do governo e a eficiência dos gastos públicos.

Tipo de Programa

Gestão de Políticas Públicas

Programa

3292 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

Órgão Responsável

Secretaria de Estado da Administração e Gestão

Órgãos Participantes

SEAD

Objetivo

Assegurar remuneração legalmente estabelecida aos pensionistas especiais e seus dependentes e a concessão do auxílio funeral.

Público-alvo

Pensionistas especiais e família do servidor falecido na atividade, aposentado ou ainda a terceiros para custear despesas com funeral.

Valor do Programa

101.630.000,00

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Despesa Corrente	101.630.000,00
Despesa de Capital	

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Encargos com Pensões Especiais e Outras Obrigações	Pessoa beneficiada (Unidade)	Estado	FIS 14.000,00 FIN 101.630.000,00	

Área Temática

PLANEJAMENTO E GESTÃO

Objetivo do Governo

Promover o desenvolvimento socioeconômico do Amazonas com a melhoria da qualidade dos serviços públicos, buscando a modernização da gestão dos órgãos do governo e a eficiência dos gastos públicos.

Tipo de Programa

Gestão de Políticas Públicas

Programa

0003 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS

Órgão Responsável

Governo do Estado do Amazonas

Órgãos Participantes

AMAZONPREV, GOVERNO AM, ALE, TCE, PGJ, TJ, FES, SEPROR, IDAM, DETRAN, SEINFRA, SUHAB, SINPH, IOE, SEFAZ-EG, SEPLANCTI, JUCEA, IPREM, FVO, FUNTEC, IPAAM, ADAF, CETAM, ARSAM, UEA, FAPEAM

Objetivo

Realizar o Pagamento de Sentenças Judiciais

Público-alvo

Credores do Estado

Valor do Programa

109.655.312,00

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Despesa Corrente	109.655.312,00
Despesa de Capital	

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Cumprimento de Sentenças Judiciais Translatadas em Julgado	Sentença cumprida (Unidade)	Estado	FIS 16,00 FIN 16.293,00	
Cumprimento de Sentenças Judiciais Translatadas em Julgado (precatórios)	Sentença cumprida (Unidade)	Estado	FIS 1.711,00 FIN 109.639.019,00	

Área Temática

PLANEJAMENTO E GESTÃO

Objetivo do Governo

Promover o desenvolvimento socioeconômico do Amazonas com a melhoria da qualidade dos serviços públicos, buscando a modernização da gestão dos órgãos do governo e a eficiência dos gastos públicos.

Tipo de Programa

Gestão de Políticas Públicas

Programa

3170 OPERAÇÕES ESPECIAIS: GERENCIAMENTO DOS ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

Órgão Responsável

Secretaria de Estado da Fazenda

Órgãos Participantes

SEFAZ-EG

Objetivo

Realizar transferência de recursos, restituições e indenizações.

Público-alvo

Credores do Governo do Estado.

Valor do Programa

554.798.000,00

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Despesa Corrente	554.798.000,00
Despesa de Capital	

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Contribuição para a Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP	Valor do PASEP recolhido (Reais)	Estado	FIS 519.798.000,00 FIN 519.798.000,00	
Devolução de Tributos e Cauções	Valor do tributo ou caução restituído (Reais)	Estado	FIS 20.000.000,00 FIN 20.000.000,00	
Serviço de Apoio Administrativo Financeiro ao Estado	Valor do contrato firmado (Reais)	Estado	FIS 15.000.000,00 FIN 15.000.000,00	



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Área Temática	PLANEJAMENTO E GESTÃO
Objetivo do Governo	Promover o desenvolvimento socioeconômico do Amazonas com a melhoria da qualidade dos serviços públicos, buscando a modernização da gestão dos órgãos do governo e a eficiência dos gastos públicos.
Tipo de Programa	Gestão de Políticas Públicas
Programa	1406 OPERAÇÕES ESPECIAIS: PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO CAPITAL DAS EMPRESAS ESTATAIS
Órgão Responsável	Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação
Órgãos Participantes	SEPLANCTI
Objetivo	Transferir recursos que irão compor a participação societária do Governo do Estado nas Empresas Estatais.
Público-alvo	Empresas Estatais.

Valor do Programa	20.040.000,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	20.000.000,00
Despesa de Capital	40.000,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Participação do Estado no Capital da CIAMA	Recurso financeiro repassado (Reais)	Estado	FIS FIN	20.040.000,00 20.040.000,00

Área Temática	PLANEJAMENTO E GESTÃO
Objetivo do Governo	Promover o desenvolvimento socioeconômico do Amazonas com a melhoria da qualidade dos serviços públicos, buscando a modernização da gestão dos órgãos do governo e a eficiência dos gastos públicos.
Tipo de Programa	Gestão de Políticas Públicas
Programa	0004 OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇOS DA DÍVIDA INTERNA E EXTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÃO)
Órgão Responsável	Governo do Estado do Amazonas
Órgãos Participantes	GOVERNO AM, SUHAB, SEFAZ-EG, ADAF
Objetivo	Cumprir obrigações com o pagamento da dívida interna e externa.
Público-alvo	Credores Especiais.

Valor do Programa	3.655.434.000,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	1.771.591.000,00
Despesa de Capital	1.883.943.000,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa	Dívida contratual externa amortizada (Reais)	Estado	FIS FIN	1.008.515.000,00 1.008.515.000,00
Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna	Dívida contratual interna amortizada (Reais)	Estado	FIS FIN	2.646.919.000,00 2.646.919.000,00

Área Temática	PLANEJAMENTO E GESTÃO
Objetivo do Governo	Promover o desenvolvimento socioeconômico do Amazonas com a melhoria da qualidade dos serviços públicos, buscando a modernização da gestão dos órgãos do governo e a eficiência dos gastos públicos.
Tipo de Programa	Gestão de Políticas Públicas
Programa	3179 OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS
Órgão Responsável	Secretaria de Estado da Fazenda
Órgãos Participantes	SEFAZ-EG
Objetivo	Realizar transferências constitucionais e legais para os municípios.
Público-alvo	Prefeituras Municipais.

Valor do Programa	9.895.583.000,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	9.895.583.000,00
Despesa de Capital	

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Participação dos Municípios na Arrecadação do ICMS	Valor do ICMS repassado (Reais)	Estado	FIS FIN	9.297.975.000,00 9.297.975.000,00
Participação dos Municípios na Arrecadação do Imposto sobre Exportação de Produtos Industrializados	Valor do IPI repassado (Reais)	Estado	FIS FIN	41.738.000,00 41.738.000,00
Participação dos Municípios na Arrecadação do IPVA	Valor do IPVA repassado (Reais)	Estado	FIS FIN	452.760.000,00 452.760.000,00
Participação dos Municípios na Cota Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	Cota parte repassada (Reais)	Estado	FIS FIN	1.950.000,00 1.950.000,00
Participação dos Municípios no Produto da Exploração do Petróleo	Cota parte repassada (Reais)	Estado	FIS FIN	101.160.000,00 101.160.000,00



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Área Temática	PLANEJAMENTO E GESTÃO
Objetivo do Governo	Promover o desenvolvimento socioeconômico do Amazonas com a melhoria da qualidade dos serviços públicos, buscando a modernização da gestão dos órgãos do governo e a eficiência dos gastos públicos.
Tipo de Programa	Gestão de Políticas Públicas
Programa	3238 POLÍTICA E GESTÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO AMAZONAS
Órgão Responsável	Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação
Órgãos Participantes	SEPLANCTI

Objetivo	Criar políticas públicas voltadas ao fornecimento do sistema local de ciência, tecnologia e inovação do Estado e apoiar o planejamento, implantação, avaliação e controle dos programas e ações desta área voltados ao desenvolvimento socioeconômico regional.
----------	---

Público-alvo	Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia e Inovação Tecnológica-CT&I, órgãos da administração pública estadual e setor produtivo/empresarial.
--------------	---

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice	Índice previsto ao final do PPA
Percentual de ações de CT&I executadas (%)	30/12/2014	95,00	100,00

Valor do Programa	17.109.000,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	

Despesa Corrente	16.609.000,00
Despesa de Capital	500.000,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Desenvolvimento do Sistema Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação - TICs	Projeto apoiado (Unidade)	Estado	FIS FIN	1,00 4.029.000,00
Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Política Pública de Ciência, Tecnologia e Inovação	Projeto apoiado (Unidade)	Estado	FIS FIN	4,00 4.592.000,00
Desenvolvimento Humano e Inclusão Social	Projeto apoiado (Unidade)	Estado	FIS FIN	1,00 5.158.000,00
Difusão e Popularização do Conhecimento Científico e da Inovação Tecnológica	Projeto apoiado (Unidade)	Estado	FIS FIN	12,00 3.330.000,00

Área Temática	PLANEJAMENTO E GESTÃO
Objetivo do Governo	Promover o desenvolvimento socioeconômico do Amazonas com a melhoria da qualidade dos serviços públicos, buscando a modernização da gestão dos órgãos do governo e a eficiência dos gastos públicos.
Tipo de Programa	Gestão de Políticas Públicas
Programa	0002 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO ESTADO
Órgão Responsável	Governo do Estado do Amazonas
Órgãos Participantes	AMAZONPREV, GOVERNO AM, ALE, TCE, PGJ, TJ
Objetivo	Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos do Estado, seus pensionistas e dependentes.
Público-alvo	Servidores Públicos Estaduais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas.

Valor do Programa	6.383.403.233,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	6.383.403.233,00
Despesa de Capital	

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Encargos com Pessoal Aposentado e Pensionistas - Plano Financeiro	Aposentado e pensionista beneficiado (Unidade)	Estado	FIS FIN	22.153,00 5.366.996.000,00
Encargos com Pessoal Aposentado e Pensionistas - Plano Financeiro Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALE)	Aposentado e pensionista beneficiado - ALE (Unidade)	Estado	FIS FIN	279,00 28.713.000,00
Encargos com Pessoal Aposentado e Pensionistas - Plano Previdenciário	Aposentado e pensionista beneficiado (Unidade)	Estado	FIS FIN	352,50 28.763.000,00
Encargos com Pessoal Aposentado e Pensionistas - Plano Previdenciário Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALE)	Aposentado e pensionista beneficiado - ALE (Unidade)	Estado	FIS FIN	77,00 5.991.000,00
Encargos com Pessoal Inativo e Pensionistas	Pessoa beneficiada (Unidade)	Estado	FIS FIN	1.261,75 952.940.233,00

PODER EXECUTIVO



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Área Temática	PLANEJAMENTO E GESTÃO
Objetivo do Governo	Promover o desenvolvimento socioeconômico do Amazonas com a melhoria da qualidade dos serviços públicos, buscando a modernização da gestão dos órgãos do governo e a eficiência dos gastos públicos.
Tipo de Programa	Gestão de Políticas Públicas
Programa	3287 PROGRAMA DE APOIO À GESTÃO DA FUNDAÇÃO AMAZONPREV
Órgão Responsável	Secretaria de Estado de Administração e Gestão
Órgãos Participantes	ALE, SEAD
Objetivo	Promover a sustentabilidade orçamentária de Gestão da Fundação Amazonprev
Público-alvo	Agentes públicos

Valor do Programa	109.045.539,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	109.045.539,00
Despesa de Capital	

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Manutenção de Gestão da Fundação Amazonprev	Valor da Taxa de Administração (Reais)	Estado	FIS	109.045.539,00
			FIN	109.045.539,00

Área Temática	PLANEJAMENTO E GESTÃO
Objetivo do Governo	Promover o desenvolvimento socioeconômico do Amazonas com a melhoria da qualidade dos serviços públicos, buscando a modernização da gestão dos órgãos do governo e a eficiência dos gastos públicos.
Tipo de Programa	Gestão de Políticas Públicas
Programa	9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Órgão Responsável	Reserva de Contingência
Órgãos Participantes	AMAZONPREV, RESERVA
Objetivo	Garantir os valores legais destinados à Reserva de Contingência.
Público-alvo	Órgãos do Governo do Estado.

Valor do Programa	2.762.489.000,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	
Despesa de Capital	

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Reserva de Contingência	Recurso contingenciado (Reais)	Estado	FIS	1.072.732.000,00
			FIN	1.072.732.000,00
Reserva de Contingência RPPS	Recurso contingenciado (Reais)	Estado	FIS	1.689.757.000,00
			FIN	1.689.757.000,00

Área Temática	PLANEJAMENTO E GESTÃO
Objetivo do Governo	Promover o desenvolvimento socioeconômico do Amazonas com a melhoria da qualidade dos serviços públicos, buscando a modernização da gestão dos órgãos do governo e a eficiência dos gastos públicos.
Tipo de Programa	Apoio Administrativo
Programa	0001 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO
Órgão Responsável	Governo do Estado do Amazonas
Órgãos Participantes	AMAZONPREV, GOVERNO AM, PGJ, FUNDPGE, CASA CIVIL, PGE, OGE, FHEMOAM, FES, SEPROR, IDAM, SPF, SEC, SEJUSC, PROCON, SSP, PC, PMAM, CBMAM, DETRAN, FRAI, DPE, FUNDPAM, SEINFRA, SUHAB, SNPH, CASA MILITAR, CGE, IOE, SEVG, SEAD, SEFAZ, SEPLANCTI, JUCEA, IPEM, FUNDECON, SETRAB, SEJEL, FVO, SEDUC, FUNTEC, SEMA, IPAAM, SEAS, SEIND, SEPED, ADAF, SERGB, ERGSP, SEAP, CGL, CETAM, SECOM, ARSAM, UEA, SRMM, UGPE, FAPEAM
Objetivo	Prover os Órgãos da Administração Estadual dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Público-alvo	Órgãos do Governo do Estado.

Valor do Programa	21.525.402.895,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	21.474.929.519,00
Despesa de Capital	50.473.376,00



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Administração da Unidade	Unidade administrada (Unidade)	Estado	FIS	678,75
			FIN	1.297.476.450,00
Administração de Serviços de Energia Elétrica, Água e Esgoto e Telefonia	Unidade administrada (Unidade)	Estado	FIS	1.252,50
			FIN	536.686.452,00
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	Servidor assistido (Unidade)	Estado	FIS	56.389,00
			FIN	669.248.351,00
Remuneração de Pessoal Ativo do Estado e Encargos Sociais	Servidor público estadual remunerado (Unidade)	Estado	FIS	74.780,50
			FIN	15.099.684.410,00
Remuneração do Pessoal Ativo (Militares) do Estado e Encargos Sociais	Servidor público militar remunerado (Unidade)	Estado	FIS	10.730,00
			FIN	3.922.105.232,00



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Área Temática	LEGISLATIVA, CONTROLE EXTERNO E JUDICIÁRIO
Objetivo do Governo	Propiciar à sociedade amazonense uma legislação clara e uma fiscalização mais eficiente; garantir ao cidadão amazonense o pleno exercício do direito, por meio dos serviços jurisdicionais.
Tipo de Programa	Gestão de Políticas Públicas
Programa	3282 ATUAÇÃO LEGISLATIVA
Órgão Responsável	Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas
Órgãos Participantes	ALE
Objetivo	Desenvolver as atividades legislativas com efetividade, eficiência, eficácia e transparência, informando e promovendo a participação da sociedade na consolidação de uma legislação clara e uma fiscalização atuante.
Público-alvo	População do Estado do Amazonas

Valor do Programa	1.061.745.281,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	1.028.996.281,00
Despesa de Capital	32.749.000,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Ações de Informática da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas	Sistema gerido (Unidade)	Estado	FIS	4,00
			FIN	6.867.118,00
Administração e Processamento Legislativo	Unidade administrada (Unidade)	Estado	FIS	1,00
			FIN	821.223.037,00
Ampliação e Aparentamento da Assembleia Legislativa	Unidade ampliada e aparelhada (Unidade)	Região Metropolitana	FIS	1,00
			FIN	24.070.680,00
Assistência ao Servidor da Assembleia Legislativa	Servidor beneficiado (Unidade)	Estado	FIS	2.700,00
			FIN	191.895.034,00
Cooperação Técnica Legislativa às Câmaras Municipais	Câmara Municipal atendida (Unidade)	Estado	FIS	50,00
			FIN	128.759,00
Instalação e Operacionalização do Canal Aberto do Rádio e Televisão da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas	Programa veiculado (Unidade)	Estado	FIS	96,00
			FIN	4.935.740,00
Manutenção da Escola da Legislativa	Servidor e dependente capacitado (Unidade)	Estado	FIS	9.800,00
			FIN	12.532.491,00
Serviços Itinerantes da Assembleia Legislativa	Comunidade atendida (Unidade)	Estado	FIS	16,00
			FIN	94.422,00



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Área Temática	LEGISLATIVA, CONTROLE EXTERNO E JUDICIÁRIO
Objetivo do Governo	Propiciar à sociedade amazonense uma legislação clara e uma fiscalização mais eficiente; garantir ao cidadão amazonense o pleno exercício do direito, por meio dos serviços jurisdicionais.
Tipo de Programa	Gestão de Políticas Públicas
Programa	0056 CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS
Órgão Responsável	Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Órgãos Participantes	TCE
Objetivo	Exercer as atribuições constitucionais de fiscalização dos gastos públicos, visando assegurar a boa e regular aplicação dos recursos que a sociedade coloca à disposição do Estado.
Público-alvo	Órgãos públicos da esfera estadual e municipal sob a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.
Valor do Programa	756.154.000,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	750.558.000,00
Despesa de Capital	5.596.000,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Amparo ao Servidor do TCE	Servidor amparado (Unidade)	Estado	FIS 657,00 FIN 54.000.000,00	
Assistência aos Servidores	Servidor e dependente assistido (Unidade)	Estado	FIS 2.853,00 FIN 15.701.000,00	
Construção da Sede da Escola de Contas Públicas do TCE	Percentual de execução física (Percentual)	Estado	FIS 2,00 FIN 2.000,00	
Desenvolvimento e Integração de Sistemas de Controle Informatizados	Sistema implantado (Unidade)	Estado	FIS 99,00 FIN 8.820.000,00	
Escola de Contas Públicas do TCE	Pessoa capacitada (Unidade)	Estado	FIS 63,50 FIN 9.920.000,00	
Fiscalização Externa da Arrecadação e Aplicação dos Recursos Públicos Estaduais e Municipais	Processo julgado (Unidade)	Estado	FIS 6.260,00 FIN 11.320.000,00	
Manutenção da Unidade Administrativa	Unidade mantida (Unidade)	Estado	FIS 1,00 FIN 114.943.000,00	
Pessoal e Encargos Sociais	Servidor beneficiado (Unidade)	Estado	FIS 864,00 FIN 541.448.000,00	

Área Temática	LEGISLATIVA, CONTROLE EXTERNO E JUDICIÁRIO
Objetivo do Governo	Propiciar à sociedade amazonense uma legislação clara e uma fiscalização mais eficiente; garantir ao cidadão amazonense o pleno exercício do direito, por meio dos serviços jurisdicionais.
Tipo de Programa	Gestão de Políticas Públicas
Programa	3074 DEFESA JURÍDICA DO ESTADO
Órgão Responsável	Secretaria de Estado da Casa Civil
Órgãos Participantes	FUNDPGE, PGE
Objetivo	Garantir a defesa judicial e extrajudicial dos interesses estatais.
Público-alvo	Entes da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Governo do Estado do Amazonas.
Valor do Programa	8.792.000,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	6.641.000,00
Despesa de Capital	2.151.000,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Ampliação do Quadro Funcional da PGE	Cargo preenchido (Unidade)	Estado	FIS 10,00 FIN 33.000,00	
Articulação e Operacionalização da Procuradoria do Estado no Distrito Federal	Unidade funcionando (Unidade)	Estado	FIS 1,00 FIN 150.000,00	
Cobrança da Dívida Alívia e Recuperação do Crédito Tributário	Diligência cumprida (Unidade)	Estado	FIS 8.000,00 FIN 2.120.000,00	
Construção da Nova Sede da PGE	Percentual de execução física (Percentual)	Região Metropolitana	FIS 100,00 FIN 1.030.000,00	
Operacionalização da Escola de Advocacia Pública	Profissional capacitado (Unidade)	Estado	FIS 185,00 FIN 1.451.000,00	
Operacionalização do Centro de Estudos Jurídicos	Servidor capacitado (Unidade)	Estado	FIS 563,00 FIN 2.980.000,00	
Reforma e Ampliação do Prédio da Procuradoria Geral do Estado	Percentual de execução física (Percentual)	Região Metropolitana	FIS 100,00 FIN 988.000,00	



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Área Temática	LEGISLATIVA, CONTROLE EXTERNO E JUDICIÁRIO
Objetivo do Governo	Propiciar à sociedade amazonense uma legislação clara e uma fiscalização mais eficiente; garantir ao cidadão amazonense o pleno exercício do direito, por meio dos serviços jurisdicionais.
Tipo de Programa	Gestão de Políticas Públicas
Programa	3234 DESENVOLVIMENTO E GARANTIA DA ATUAÇÃO INSTITUCIONAL
Órgão Responsável	Procuradoria Geral de Justiça
Órgãos Participantes	PGJ, FAMP, PROVITA
Objetivo	Dotar o Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM) de recursos humanos, recursos tecnológicos, estruturas físicas e organizacionais, bem como, métodos e processos gerenciais, que lhe possibilitem atuar, com eficácia, para garantir a efetiva defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
Público-alvo	Procuradoria-Geral de Justiça, Membros, Servidores e Sociedade do Estado do Amazonas.
Valor do Programa	157.134.536,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	
Despesa Corrente	136.691.538,00
Despesa de Capital	18.443.000,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Ações Integradas no Combate às Organizações Criminosas	Iniciativa Realizada (Unidade)	Estado	FIS 4,00 FIN 428.839,00	
Amparo e Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Amazonas	Pessoa beneficiada (Unidade)	Estado	FIS 40,00 FIN 8.026.000,00	
Amparo e Valorização ao Servidor do Ministério Público	Servidor assistido (Unidade)	Estado	FIS 600,00 FIN 120.848.021,00	
Ampliação do Quadro Funcional da PGJ	Concurso realizado (Unidade)	Estado	FIS 4,00 FIN 63.543,00	
Aparelhamento de Unidades Administrativas e Operacionais	Unidade aparelhada (Unidade)	Estado	FIS 16,00 FIN 5.997.949,00	
Capacitação de Membros e Servidores do Ministério Público	Servidor capacitado (Unidade)	Estado	FIS 300,00 FIN 2.612.495,00	
Construção de Unidades Administrativas e Operacionais	Unidade construída (Unidade)	Estado	FIS 18,00 FIN 7.094.800,00	
Desenvolvimento Institucional	Procedimentos implantados (Unidade)	Estado	FIS 18,00 FIN 3.377.549,00	

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Fortalecimento da Atuação Institucional e de Participação Social nas Funções do MP	Evento realizado (Unidade)	Estado	FIS 20,00 FIN 1.072.098,00	
Fortalecimento da Segurança para Atuação Institucional	Unidade aparelhada (Unidade)	Estado	FIS 4,00 FIN 643.259,00	
Promoção de Eventos e Iniciais Técnico-Acadêmicas	Evento realizado (Unidade)	Estado	FIS 8,00 FIN 428.839,00	
Reforma e Ampliação de Unidades Administrativas e Operacionais	Unidade reformada ou ampliada (Unidade)	Estado	FIS 12,00 FIN 6.521.650,00	

Área Temática	LEGISLATIVA, CONTROLE EXTERNO E JUDICIÁRIO
Objetivo do Governo	Propiciar à sociedade amazonense uma legislação clara e uma fiscalização mais eficiente; garantir ao cidadão amazonense o pleno exercício do direito, por meio dos serviços jurisdicionais.
Tipo de Programa	Gestão de Políticas Públicas
Programa	3290 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL DO 1.º GRAU NA JUSTIÇA ESTADUAL
Órgão Responsável	Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Órgãos Participantes	TJ, FUNJEAM
Objetivo	Manter, desenvolver e aperfeiçoar as atividades judiciais da 1.ª instância do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, para propiciar a prestação de serviços cotados de qualidade, celeridade, eficiência, eficácia e efetividade na sua execução.
Público-alvo	Sociedade em geral.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice	Índice previsto ao final do PPA
Índice de agilidade no julgamento das ações de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública - 1o. Grau. (%)	31/12/2014	0,00	70,00
Índice de atendimento à demanda - 1o. Grau (%)	31/12/2014	0,00	1,00
Índice de audiências criminais realizadas por videoconferências (%)	31/12/2014	0,00	15,00
Índice de Conciliação pré-processual realizada (%)	31/12/2014	37,00	62,00



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Índice de Conciliação Processual realizada (%)	31/12/2014		57,00	72,00
Índice de Confiança do Poder Judiciário - 1o. Grau (%)	31/12/2014		0,00	4,00
Índice de Varas com sistema de audiência por videoconferência (%)	31/12/2014		0,00	20,00
Taxa de Congestionamento das Ações de Execução Fiscal (%)	31/12/2014		92,00	5,00
Taxa de congestionamento em litigância serial (%)	31/12/2014		0,00	1,50
Taxa de Congestionamento Processual - 1o. Grau (%)	31/12/2014		0,00	2,00
Valor do Programa				1.457.830.000,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				
Despesa Corrente				1.415.279.000,00
(FIS) Meta Física - Os respectivos totais são provenientes da soma dos ou da média dos anos informados.				
(FIN) Meta Financeira (R\$)				
Despesa de Capital				42.551.000,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Benefícios aos Servidores do 1.º Grau	Servidor beneficiado (Unidade)	Estado	FIS 1.420,00 FIN 143.063.000,00	
Construção de Unidades Jurisdicionais do 1.º Grau	Unidades construídas (Unidade)	Estado	FIS 2,00 FIN 14.600.000,00	
Implantação do Programa de Segurança no 1.º Grau	Unidade equipada (Unidade)	Estado	FIS 2,00 FIN 460.000,00	
Julgamento de Causas na Justiça Estadual do 1.º Grau	Processo julgado (Unidade)	Estado	FIS 535.761,00 FIN 205.987.000,00	
Reforma das Unidades Jurisdicionais do 1.º Grau	Unidade reformada/adequada (Unidade)	Estado	FIS 17,00 FIN 1.800.000,00	
Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais do 1.º Grau	Servidor remunerado (Unidade)	Estado	FIS 1.420,00 FIN 1.091.910.000,00	

Área Temática: LEGISLATIVA, CONTROLE EXTERNO E JUDICIÁRIO

Objetivo do Governo	Propiciar à sociedade amazonense uma legislação clara e uma fiscalização mais eficiente; garantir ao cidadão amazonense o pleno exercício do direito, por meio dos serviços jurisdicionais.
Tipo de Programa	Gestão de Políticas Públicas
Programa	3291 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL DO 2.º GRAU E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ESTADUAL
Órgão Responsável	Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Órgãos Participantes	TJ, FUNJEAM
Objetivo	Manter, desenvolver e aperfeiçoar as atividades judiciais da 2.ª Instância do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, bem como da sua Gestão Administrativa, para propiciar a prestação de serviços dotados de qualidade, celeridade, eficiência, eficácia e utilidade na sua execução.
Público-alvo	Sociedade em geral.

Indicadores (Unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice	Índice previsto ao final do PPA
Índice de Aderência às metas do Plano de Obras do TJAM (%)	31/12/2014	0,00	90,00
Índice de aderência às metas do Plano de TIC (%)	31/12/2014	0,00	90,00
Índice de Atendimento à Demanda - 2o. grau (%)	31/12/2014	0,00	136,10
Índice de capacitação dos magistrados em competências estratégicas (%)	31/12/2014	0,00	90,00
Índice de Confiança do Poder Judiciário - 2o. Grau (%)	31/12/2014	0,00	4,00
Índice de Eficiência Operacional (%)	31/12/2014	1.694,00	1.570,00
Índice de execução do orçamento estratégico (%)	31/12/2014	0,00	85,00
Índice de Execução do Plano Estratégico (%)	31/12/2014	0,00	90,00
Índice de mapeamento das competências estratégicas (%)	31/12/2014	0,00	80,00
Índice de Servidores Capacitados (%)	31/12/2014	0,00	15,00
Taxa de Congestionamento processual - 2o. Grau (%)	31/12/2014	0,00	2,00
Valor do Programa			543.596.000,00
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social			

(FIS) Meta Física - Os respectivos totais são provenientes da soma dos ou da média dos anos informados.
(FIN) Meta Financeira (R\$)



Governo do Estado do Amazonas
Plano Plurianual 2016-2019
Anexo II - Programas de Governo

Despesa Corrente	536.147.000,00
Despesa de Capital	7.449.000,00

Ações Orçamentárias

Título	Produto (Unidade)	Regionalização	Meta	Valor (R\$)
Benefícios aos Servidores do 2.º Grau	Servidor beneficiado (Unidade)	Estado	FIS 933,00 FIN 81.704.000,00	
Construção de Unidades Jurisdicionais do 2.º Grau	Unidades construídas (Unidade)	Estado	FIS 2,00 FIN 300.000,00	
Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores	Servidor capacitado (Unidade)	Estado	FIS 329,00 FIN 1.320.000,00	
Implantação do Programa de Segurança no 2.º Grau	Unidades equipadas (Unidade)	Estado	FIS 2,00 FIN 480.000,00	
Julgamento de Causas na Justiça Estadual do 2.º Grau	Processo julgado (Unidade)	Estado	FIS 56.932,00 FIN 39.293.000,00	
Operacionalização da Corregedoria Geral de Justiça	Correição realizada (Unidade)	Estado	FIS 96,00 FIN 1.368.000,00	
Operacionalização da Escola Superior de Magistratura	Magistrado capacitado (Unidade)	Estado	FIS 116,00 FIN 2.050.000,00	
Reforma das Unidades Jurisdicionais do 2.º Grau	Unidade reformada/adequada (Unidade)	Estado	FIS 2,00 FIN 200.000,00	
Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais do 2.º Grau e Gestão Administrativa	Servidor remunerado (Unidade)	Estado	FIS 933,00 FIN 416.863.000,00	

ANEXO III

METAS E PRIORIDADES

Plano Plurianual 2016 - 2019
Anexo III - Metas e Prioridades - 2016

As metas e prioridades da Administração Pública Estadual para o exercício financeiro de 2016, em consonância com o art. 157, § 2º, inciso I da Constituição do Estado, estão alinhadas as macrodiretrizes, objetivos de governo e áreas temáticas, conforme segue:

Macrodiretriz: Qualidade de Vida

Área Temática: Educação

Objetivo: Garantir o acesso da população amazonense a uma educação de qualidade e ao conhecimento com equidade, valorizando a diversidade etnocultural.

Metas

- Aumentar progressivamente os atuais 25% dos recursos oriundos da receita estadual destinados à educação.
- Universalizar o Ensino Fundamental, com duração de nove anos, para toda a população de 6 a 14 anos, e garantir que 70% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada.
- Universalizar o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos.
- Universalizar, para a população de 4 a 17 anos que possua alguma deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente, na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.
- Implantar e implementar gradativamente a educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender pelo menos 50% dos estudantes da educação básica.
- Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias

estaduais para o IDEB: 5,4 nos anos iniciais do ensino fundamental, 4,8 nos anos finais do ensino fundamental e 4,2 no ensino médio.

- Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a atender as populações do campo e as mais pobres, além de igualar a escolaridade média entre negros e não negros e os indígenas.
- Elevar para 93,5% a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais de idade, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.
- Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional, nos ensinos fundamental e médio.
- Universalizar o acesso à rede de computadores em banda larga e aumentar a relação computador/aluno nas escolas estaduais.
- Oferecer 730 mil novas vagas de cursos de qualificação profissional, sendo 100 mil vagas voltadas aos produtores rurais.
- Implantar 15 novos núcleos de educação profissional nos municípios do interior do Estado.
- Oferecer novos cursos de graduação, de acordo com a demanda da vocação regional e da perspectiva de geração de emprego e renda.
- Implantar novos núcleos da UEA nos municípios do Interior e ampliar as ações de extensão.
- Realizar intercâmbio com entidades de ensino nacional e internacional.
- Alfabetizar, com aprendizagem adequada, todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental.
- Modernizar a TV Cultura do Amazonas para garantir a qualidade na veiculação e produção de conteúdos amazônicos e plataforma de programas de ensino e medicina a distância no Estado.
- Realizar 16 concursos e processos seletivos para ingresso em cursos técnicos e nas carreiras públicas do estado do Amazonas.
- Destinar, proporcionalmente, ao crescimento dos investimentos em educação, recursos para o provimento do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos profissionais da área, respeitando a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Macrodiretriz: Qualidade de Vida

Área Temática: Saúde

Objetivo de Governo: Garantir o acesso da população aos serviços de saúde, assegurando o atendimento à saúde básica, média e de alta complexidade, de forma mais permanente e extensiva em todo o Estado.

Metas

- Aumentar a eficiência, rapidez e qualidade nos serviços de saúde e humanizar o atendimento ao paciente.
- Aumentar a oferta de consultas e exames especializados.
- Ampliar o acolhimento e a recuperação de jovens vítimas pelas drogas.
- Oferecer à população do Interior outras especialidades médicas, de modo a aumentar a oferta de cirurgias e outros serviços especializados.
- Instituir o programa de cofinanciamento por parte do Governo do Estado para apoiar financeiramente a atenção primária em saúde nos 62 municípios.
- Implementar ações de controle de endemias; buscar a eliminação da circulação do vírus da dengue; e diminuir a ocorrência de casos de tuberculose e hanseníase no Estado.
- Intensificar ações de imunização contra doenças como sarampo, câncer de colo de útero, tétano, meningite, rubéola, difteria, varicela e coqueluche, dentre outras.

Macrodiretriz: Qualidade de Vida

Área Temática: Segurança, Justiça, Direitos Humanos e Cidadania

Objetivo de Governo: Garantir a segurança pública e a defesa social; modernizar a operacionalização e o controle das políticas voltadas ao sistema carcerário, direitos humanos e cidadania.

Metas

- Reduzir a violência e combater a criminalidade nos bairros de Manaus e no interior do Estado, bem como preservar o patrimônio e o meio ambiente.
- Ampliar, reformar e modernizar as unidades do sistema de segurança pública.

- Criar novos Distritos Integrados de Polícia na capital, de forma a atender novas comunidades e conjuntos habitacionais, a exemplo dos Conjuntos Viver Melhor.
- Ampliar o número de policiais militares e civis, por meio de concurso público.
- Ampliar o número de unidades prisionais na capital e no interior.
- Construir uma penitenciária agrícola na Região Metropolitana de Manaus.
- Reduzir o déficit de vagas e o número de reincidentes no sistema prisional, ampliando a capacidade de atendimento social, jurídico, econômico e cultural ao público alvo da capital e interior do Estado.
- Garantir à população o acesso às políticas de direitos humanos e cidadania.

Macrodiretriz: Qualidade de Vida

Área Temática: Social

Objetivo de Governo: Ampliar e implantar serviços essenciais nas áreas da assistência social, cultura, esporte e lazer, e outros segmentos afins, promovendo a integração social nas suas mais variadas dimensões.

Metas

- Implantar ações que assegurem à população serviços de qualidade no âmbito da proteção social básica e especial, atendimento socioeducativo, e segurança alimentar e nutricional.
- Implantar novas unidades do Liceu de Ofício Cláudio Santoro no interior do Estado, gerando novas oportunidades de emprego e renda para as populações locais.
- Intensificar a programação de eventos e ensino de artes, e promover a política de museus, centros culturais e patrimônio histórico no Amazonas, com a criação de polos no interior.
- Ampliar e melhorar os espaços de esporte e lazer na capital e interior; e atendimentos em programas voltados ao esporte educacional, juventude e lazer.
- Implantar o Programa Todos pela Vida, numa ação conjunta entre os órgãos do Estado, para dar cobertura aos serviços de segurança pública, saúde, educação, esporte e lazer, cultura e socioassistenciais.

Macrodiretriz: Diversificação e Fortalecimento Econômico

Área Temática: Econômica

Objetivo de Governo: Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, investindo na diversidade, produtividade e competitividade da economia, no empreendedorismo e no desenvolvimento regional, gerando emprego e renda.

Metas

- Fortalecer o Polo Industrial, atraindo novos investimentos e empresas com alternativas econômicas, criando novos nichos de mercado, como a indústria naval, mineral, logística, fitoterápica, farmacêutica e biocósmica, dentre outras.
- Reorganizar a estrutura administrativa do sistema de meio ambiente do Estado, melhorando sua gestão e licenciamento ambiental.
- Implantar programas de desenvolvimento regional, territorial e ambiental, visando promover o crescimento socioeconômico nas regiões do Amazonas.
- Ampliar o programa de regularização fundiária na capital e no interior.
- Apoiar a produção e comercialização de produtos artesanais, regionais, e outros, oriundos de grupos empreendedores.
- Operacionalizar linhas de crédito no setor primário, secundário e terciário, contribuindo para o desenvolvimento regional do Estado.
- Promover a Marca Amazonas no âmbito nacional e internacional, aproveitando o potencial e as atrações turísticas do Estado.

Macrodiretriz: Diversificação e Fortalecimento Econômico

Área Temática: Infraestrutura

Objetivo de Governo: Ampliar e recuperar a infraestrutura nas áreas de transporte, energia, habitação, telecomunicação, saneamento, sistema viário e urbanização, viabilizando a execução de programas e projetos com vistas ao desenvolvimento do Estado.

Metas

- Implantar, recuperar e revitalizar rodovias estaduais, estradas e vicinais.

- Desenvolver a requalificação urbanística e a revitalização dos igarapés da capital e do interior.
- Realizar obras e serviços de engenharia para a contenção de processos erosivos graves em bairros da capital e municípios do interior.
- Realizar parcerias nas esferas federal, estadual e municipal para implantar soluções viárias em Manaus e demais municípios do Estado.
- Construir 30.000 moradias para famílias de baixa renda na capital, 12.000 nas sedes municipais e 5.000 nas áreas rurais; reassentar famílias e ressarcir valores pagos indevidamente, por meio de parcerias com o governo federal.
- Revitalizar, recuperar e ampliar o sistema de saneamento básico dos municípios do interior.
- Promover a melhoria das hidrovias dos rios Madeira, Solimões e Amazonas (balizamento e sinalização).

Macrodiretriz: Diversificação e Fortalecimento Econômico

Área Temática: Meio Ambiente

Objetivo de Governo: Garantir a implementação de políticas na área ambiental que possibilitem a conservação e manutenção dos recursos naturais, contribuindo para a qualidade de vida da população e o desenvolvimento sustentável.

Metas

- Promover a melhoria da estrutura administrativa do sistema de meio ambiente, otimizando os recursos humanos e financeiros para melhor desempenho da gestão e do licenciamento ambiental.
- Controlar, monitorar, e fiscalizar as atividades poluidoras, degradadoras e utilizadoras de recursos naturais.
- Fortalecer a gestão, controle e monitoramento dos recursos hídricos.
- Promover a educação ambiental de forma integrada e compatibilizada entre os órgãos que atuam na área.
- Coordenar as políticas estaduais de proteção e conservação ambiental para a gestão das áreas protegidas.
- Formular, coordenar e implementar políticas estaduais de ordenamento territorial e ambiental.
- Monitorar a implementação de programas e projetos com fins de conservação ambiental, no âmbito dos fundos financeiros.
- Desenvolver mecanismos efetivos de fiscalização das atividades de degradação ambiental.

Macrodiretriz: Desenvolvimento do Interior

Área Temática: Interiorização da Economia

Objetivo de Governo: Promover o desenvolvimento dos municípios do interior do Estado com ampliação da consciência ambiental e sustentável, investindo na interiorização da economia.

Metas

- Implantar distritos industriais de micro e pequenas empresas no interior.
- Implantar programas de desenvolvimento regional, territorial e ambiental, visando promover o crescimento socioeconômico nas regiões do Amazonas.
- Fomentar ações para expandir a fruticultura e ampliar a presença de agroindústria no interior.
- Prestar assistência técnica à produção rural, promovendo o desenvolvimento integrado da agricultura, pecuária, florestal, pesca e aquicultura.
- Fomentar o extrativismo madeireiro e não madeireiro da floresta, a ocupação produtiva e seu uso de forma sustentável.
- Viabilizar infraestrutura de escoamento da produção rural e dos distritos florestais.
- Estruturar e fortalecer no Amazonas o programa de agricultura indígena para atender às diversas peculiaridades étnicas aos diferentes sistemas de produção.
- Ampliar o programa de regularização fundiária no interior.
- Fomentar pesquisas que agreguem o conhecimento tradicional ao conhecimento tecnológico.

- Apoiar a produção e comercialização de produtos artesanais, regionais e outros oriundos de grupos empreendedores.
- Operacionalizar linhas de crédito no setor primário, secundário e terciário, contribuindo para o desenvolvimento regional do Estado.
- Revitalizar, recuperar e ampliar o sistema de abastecimento de água de municípios do interior.

Macrodiretriz: Modernização da Gestão

Área Temática: Planejamento e Gestão

Objetivo de Governo: Promover o desenvolvimento socioeconômico do Amazonas com a melhoria da qualidade dos serviços públicos, buscando a modernização da gestão dos órgãos do governo e a eficiência dos gastos públicos.

Metas

- Implantar práticas de gestão por resultados na administração pública estadual, com contrato de acordo de metas.
- Modernizar a administração pública por meio da profissionalização dos servidores, da disseminação de valores éticos, da ampliação dos mecanismos de participação social e do fortalecimento de políticas públicas e práticas de transparência administrativa.
- Ampliar o programa estadual de Parcerias Público-Privadas.
- Otimizar a arrecadação do Estado sem aumento de impostos.
- Melhorar a capacidade de planejamento setorial.
- Desenvolver ações de fomento ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação.
- Monitorar e avaliar as ações finalísticas da administração pública, em especial, os projetos prioritários do Governo, verificando as restrições na sua execução para as devidas providências.
- Elaborar projetos de captação de recursos junto aos órgãos da esfera internacional e federal, para o desenvolvimento regional e da ciência, tecnologia e inovação.
- Investir na capacitação dos servidores estaduais nas várias áreas de atuação da administração pública.
- Manter a atuação do estado do Amazonas no âmbito da Metrologia Legal e Qualidade Industrial.
- Investir no desenvolvimento regional do estado do Amazonas
- Promover e divulgar o potencial turístico do Estado do Amazonas no âmbito nacional e internacional.
- Modernizar a administração pública por meio da tecnologia da informação e comunicação, com o objetivo de promover economia e celeridade no Governo.
- Modernizar a administração pública através da tecnologia da informação e comunicação, com o objetivo de promover economia e celeridade no Governo.
- Formular, coordenar e implementar a política de mineração e geodiversidade do estado do Amazonas.

Macrodiretriz: Modernização da Gestão

Área Temática: Legislativa, Controle Externo e Judiciário.

Objetivo de Governo: Propiciar à sociedade amazonense uma legislação clara e uma fiscalização mais eficiente; garantir ao cidadão amazonense o pleno exercício do direito, por meio dos serviços jurisdicionais.

Metas

- Modernizar os serviços do Poder Legislativo, realizar o controle externo e judiciário e disseminar os valores éticos, ampliando os mecanismos de participação social; fortalecer as políticas públicas e práticas de transparência administrativa.